



Seminário Nacional sobre Direitos Humanos e a Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais



INPETI

INSTITUTO NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

FNPETI

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

UNICEF

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA INFÂNCIA

Seminário Nacional sobre Direitos Humanos e a Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais

APOIO

OIT

OPAS/OMS

Realização

FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – FNPETI

ISA MARIA DE OLIVEIRA

Secretária Executiva

VERÔNICA MARIA DA SILVA GOMES

Assistente Técnica

TÂNIA BEATRIZ DOS ANJOS DA CONCEIÇÃO

Apoio Administrativo

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF

MARIE-PIERRE POIRIER

Representante

ALISON SUTTON

Coordenadora do Programa Sistema de Garantia de Direitos e Proteção

Apoio

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

ARMAND PEREIRA

Diretor

PEDRO AMÉRICO FURTADO DE OLIVEIRA

Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC/OIT

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE / ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OPAS/OMS

HORÁCIO TORO

Representante no Brasil

JÚLIO JAVIER ESPÍNDOLA

Gerente da Unidade da Família e Segurança Alimentar e Nutricional

Equipe Técnica

PREPARAÇÃO DO SEMINÁRIO E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO

MARIA AMERICA UNGARETTI

Consultora do FNPETI

REVISÃO DO RELATÓRIO

ISA MARIA DE OLIVEIRA

FNPETI

Programação

29 DE SETEMBRO DE 2004

Mesa de abertura

ISA MARIA DE OLIVEIRA

Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI

MÁRIO MAMEDE

Secretário Adjunto da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR

MARIA INÉS DA SILVA BARBOSA

Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR/PR

MARIA LIÈGE SANTOS ROCHA

Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SEPM/PR

AZELENE KAINGÁNG

Presidente do Warã – Instituto Indígena Brasileiro

ALISON SUTTON

Oficial de Projetos do UNICEF

SOLANGE SANCHEZ

Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego da OIT

JÚLIO JAVIER ESPÍNDOLA

Gerente da Unidade da Família e Segurança Nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS / Organização Mundial da Saúde - OMS

COORDENAÇÃO DA ABERTURA: MARIA AMERICA UNGARETTI

Consultora do FNPETI

PALESTRA I

Situação de crianças e adolescentes brasileiros conforme as disparidades de gênero e étnico-raciais

MARCO SEGONE

Oficial de Projetos do UNICEF

COORDENAÇÃO: REGINA RUPP CATARINO

Fórum Estadual pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente no Trabalho – Mato Grosso do Sul

PALESTRA II

Masculino e feminino: qual a diferença?

MARIA LIÈGE SANTOS ROCHA

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República

PALESTRA III

Desconstruindo e pluralizando os gêneros

FERNANDO TOMÁS ACOSTA ¹

PALESTRA IV

A exclusão dos povos indígenas

AZELENE KAINGÁNG

PALESTRA V

A criança e o adolescente negros no trabalho infantil

VILMA MARIA SANTOS REIS

PALESTRA VI

Pobres e excluídos: duas figuras nacionais

IVETE LEOCÁDIA MANETZEDER KEIL

30 DE SETEMBRO DE 2004

OFICINA I

A naturalização do trabalho infantil à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais

COORDENADOR: PEDRO AMÉRICO FURTADO DE OLIVEIRA

Organização Internacional do Trabalho - OIT

OFICINA II

Educação política e relações de poder: qualificação do professor e do monitor à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

COORDENADORA: IVETE LEOCÁDIA MANETZEDER KEIL

Consultora do UNICEF e do FNPETI

OFICINA III

O papel das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil para redução das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

COORDENADORA: MÁRCIA GUEDES VIEIRA

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

OFICINA IV

A articulação do Sistema de Garantia de Direitos e as disparidades de gênero e étnico-raciais

COORDENADOR: WANDERLINO NOGUEIRA NETO

Consultor da Anceid e do UNICEF

Apresentação dos resultados das oficinas

COORDENAÇÃO: SÍLVIA PAULA VENDRAMIN BRUNETTI

Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

ESTUDOS APRESENTADOS

Trabalho infantil e gênero: um estudo da mídia do Mercosul

EXPOSITOR: GUILHERME CANELA

Coordenador de Relações Acadêmicas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância – ANDI

Integrando o gênero nas ações contra o trabalho infantil

EXPOSITOR: PEDRO AMÉRICO FURTADO DE OLIVEIRA

Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil - OIT

COORDENAÇÃO: POLLYANNA SOUSA COSTA

Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente – Piauí

Encerramento

ISA MARIA DE OLIVEIRA

Secretária Executiva do FNPETI

ALISON SUTTON

Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Apresentação

Este relatório contém o registro das palestras e dos resultados das oficinas realizadas durante o **I Seminário Direitos Humanos e Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais**, ocorrido em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2004.

Promovido pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho - OIT e da Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS / Organização Mundial de Saúde - OMS, o Seminário teve como objetivo promover a discussão, o aprofundamento e a qualificação dos integrantes do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI para o enfrentamento das disparidades de gênero e étnico-raciais.

A programação incluiu, além de uma abordagem teórico-conceitual sobre a temática, a sensibilização e a mobilização dos representantes das entidades do FNPETI, com vistas à formulação de recomendações para incorporação no Plano de Ação em 2005.

O Seminário consistiu na primeira iniciativa do Fórum Nacional para tratar de questões tão complexas, ainda pouco discutidas no âmbito do seu espaço. Representou, ao articular e sensibilizar atores sociais, conhecimentos e experiências presentes em nossa sociedade, um momento de singular importância para uma fundamental reflexão sobre o trabalho infantil e as questões de gênero e étnico-raciais e, para proposição de recomendações e ações aos integrantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

A partir das recomendações das oficinas e da avaliação realizada pelos participantes, o FNPETI espera poder contribuir para que as questões de gênero e étnico-raciais sejam incluídas de forma efetiva e sistemática nas ações dos fóruns estaduais de erradicação do trabalho infantil. O FNPETI pretende ampliar o debate e as parcerias a serem envolvidas, com vistas às mudanças de valores, atitudes e práticas, vigentes na sociedade brasileira, que caracterizam situações de intolerância, preconceito, discriminação, machismo e sexismo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente precisa ser cumprido. Um grande poeta dizia do nascimento de pequenino habitante dos mangues de Recife, de vida tão severina, que era “belo como o caderno novo, quando a gente o principia”.

O garotinho maltrapilho não deve ter seis anos. Oferece aos passantes seus préstimos, corre entre os carros na rua engarrafada, trabalha no lixo, vende chicletes, limpa o vidro do automóvel, pede. Não tem nome? Muitos. Mas os habitantes da cidade não se preocupam mais com o que já é parte do cenário: esses e essas pequenos(as) personagens aparentemente sem origem, sem destino.

O garotinho está fora da escola. O garotinho não tem pai, não tem mãe. Mora numa favela, entre tantas que proliferam neste país, ou simplesmente não tem onde morar.

Mais cedo ou mais tarde, o garotinho será aprisionado, seguirá sua vida em instituições de repressão, enfrentará (quem sabe?) a pena de morte imposta pelos Esquadrões da Morte.

O que dizer da colheita esperada quando a semente é abandonada em terreno adverso?

Essa é uma história vulgar. Parte da nossa História. Assustadora.

“*Aurora da vida*” chamou o poeta à infância. Desolador país este, que não está permitindo às suas meninas e seus meninos terem doces saudades de uma aurora que, pelo menos por enquanto, conserva ainda para muitos as cores das trevas.

Acreditar nas cores do arco-íris faz sentido. Para aqueles e aquelas que acreditam e lutam para que as crianças e os adolescentes do Brasil venham a ter outro destino:

“*Você talvez diga que sou um sonhador, mas não sou o único. Espero que um dia você se junte a nós, e o mundo viverá então como um só*”. **John Lennon**

E o sonho passa pela gratificante aventura de contribuir para a construção da cidadania das crianças e dos adolescentes com a erradicação, de fato, da exploração do trabalho dessas crianças e desses adolescentes.

ISA MARIA DE OLIVEIRA
Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Introdução

De acordo com a PNAD 2003, cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes com idade de 5 a 17 anos, encontram-se em situação de trabalho precoce. Porém, os avanços em termos da redução da exploração do trabalho infantil foram importantes, pois em 1992 eram 9,6 milhões de crianças e de adolescentes. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI foram fundamentais para essa redução, principalmente, a partir de 1998.

No entanto, crianças e adolescentes continuam sendo explorados no trabalho no lixo, na exploração sexual para fins comerciais, no tráfico e plantio de drogas, nas ruas, por exemplo, somente para citar algumas das piores formas do trabalho infantil.

Além disso, a situação das crianças e dos adolescentes conforme o gênero e a raça/etnia apresenta iniquidades bastante significativas. O percentual de crianças e adolescentes na idade de frequentar o ensino fundamental (7 a 14 anos) demonstra essas iniquidades, com 8,1% das crianças de cor preta contra 3,8% das crianças de cor branca fora da escola. Considerando os negros (pretos e pardos), há 6,9% de adolescentes fora da escola contra os 3,8% de adolescentes brancos. A proporção de adolescentes de 12 a 17 anos de cor preta fora da escola é maior (18,3%) do que a proporção dos adolescentes de cor branca (12,4%). Considerando pretos e pardos juntos, há 16,6% dos adolescentes fora da escola, contra os 12,4% de adolescentes brancos. Também, 21,5% das crianças e adolescentes indígenas de 7 a 14 anos estão fora da escola contra 3,6% das crianças de origem asiática. A educação dos adolescentes indígenas é a que apresenta a situação mais grave, com 27,9% desses adolescentes na faixa de 12 a 17 anos fora da escola. O analfabetismo atinge, sobretudo, os adolescentes indígenas entre 12 e 17 anos, com um índice geral de 15,2%, dos que não estão alfabetizados. Para os afrodescendentes, o índice de analfabetismo é de 6,1%, enquanto que para os adolescentes brancos é de 2,2%. Sobre o número de anos de estudo, mantendo o corte por raça/etnia, na faixa etária de 12 a 17 anos, as iniquidades agravam-se: os negros possuem 4,8 anos de estudo contra 6 anos de estudo dos adolescentes brancos e 3,8 anos de estudo para os adolescentes indígenas (UNICEF – Diversidade e Equidade, 2003).

São as crianças e os adolescentes mais pobres que estão inseridos de maneira prematura e ilegal no mercado de trabalho. Uma criança pobre tem mais de duas vezes a possibilidade de trabalhar do que uma criança rica. A proporção de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos que trabalham é de 13,2% para o grupo com mães

que possuem menos de um ano de instrução. Já entre aqueles com mães mais escolarizadas, com 11 anos ou mais, há 3,4% das crianças e dos adolescentes trabalhando. O percentual das crianças e dos adolescentes trabalhadores do sexo masculino é mais elevado do que o do sexo feminino: 11,4% e 5,7%, respectivamente. Do total de crianças e adolescentes que trabalha, 494.002 (PNAD 2001) estão no serviço doméstico, sendo que 484.121 crianças e adolescentes trabalhadores infantis domésticos (98%) são do sexo feminino e 66% (302.672) são negros. Dentre eles, 282.502 (93,3%) são meninas negras. Observa-se que 9,6% das crianças negras estão trabalhando contra 7,6% das crianças brancas. No caso das crianças e os adolescentes indígenas a proporção aumenta para 13,1%.

As violações dos direitos das crianças e dos adolescentes, considerando as disparidades de gênero e étnico-raciais, em situação de exploração do trabalho, ocasionaram que o FNPETI decidisse incluir no seu plano de ação 2004-2005, o enfrentamento dessas questões de forma mais sistemática e regular. O Seminário realizado insere-se nessa decisão.

O Seminário sobre Direitos Humanos e a Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais foi realizado em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2004, no auditório da Organização Pan-Americana de Saúde / OPAS, organizado pelo Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil / FNPETI e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância / UNICEF. Além disso, a iniciativa contou com o apoio da Organização Pan-Americana de Saúde / OPAS e da Organização Internacional do Trabalho / OIT.

Promover a discussão, o aprofundamento e a definição da participação do FNPETI no enfrentamento das disparidades de gênero e étnico-raciais, foi objetivo geral do Seminário. Os objetivos específicos foram, em primeiro lugar, promover a reflexão teórico-conceitual, sobre as disparidades de gênero e étnico-raciais. Em segundo lugar, mobilizar os representantes das diversas entidades que integram o FNPETI sobre as disparidades de gênero e étnico-raciais; e, por último, qualificar os integrantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, com vistas à elaboração de recomendações para incorporação no Plano de Ação do FNPETI em 2005.

A mesa de abertura do evento foi composta por Isa Maria de Oliveira, Secretária Executiva do FNPETI; Mário Mamede, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR; Maria Inês da Silva Barbosa, Chefe de Gabi-

nete da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR; Maria Liège Santos Rocha, Gerente de Projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SEPM/PR; Azelene Kaingáng, Presidente do Warã – Instituto Indígena Brasileiro; Alison Sutton – Oficial de Projetos do UNICEF; Solange Sanchez, Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego da OIT e Júlio Javier Espíndola, Gerente da Unidade da Família e Segurança Alimentar e Nutricional da OPAS/OMS.

A cerimônia de abertura esteve a cargo da consultora Maria America Ungaretti.

A abertura do evento foi feita por Isa Maria de Oliveira que iniciou sua fala cumprimentando todos os integrantes da mesa. Estendeu também seus cumprimentos a todos os representantes dos fóruns estaduais de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador e das entidades integrantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, assim como aos especialistas e convidados.

A seguir, a Secretária Executiva indicou que *“a realização deste I Seminário Nacional sobre Direitos Humanos e a Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais, pelo FNPETI e UNICEF, com o apoio da OPAS/OMS e OIT é um importante marco dentro das comemorações dos 10 anos de atuação do FNPETI. Em primeiro lugar, porque as questões de gênero e de raça/etnia foram definidas como uma das prioridades no Plano de Ação do Fórum Nacional para 2004/2005. E, em segundo lugar porque este Seminário é uma oportunidade para a sensibilização, discussão e construção de consensos sobre os temas propostos que deverão nortear as nossas ações e das instituições que integram a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. Consideramos ainda, importante destacar que a realização da Caravana Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, uma iniciativa do FNPETI, em parceria, com os fóruns estaduais de prevenção e erradicação do trabalho infantil, contribuirá para criar um ambiente facilitador para a elaboração dos planos estaduais de erradicação do trabalho infantil e a operacionalização dos planos já existentes. Temos certeza de que as recomendações apresentadas ao final destes dois dias de trabalho serão incorporadas na programação do Fórum Nacional qualificando suas ações e da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil no enfrentamento das disparidades de gênero e étnico-raciais. Muito obrigada a todos e a todas”*.

O segundo integrante da mesa a se pronunciar foi Mário Mamede, representante da SEDH que deu início à sua fala, cumprimentando a todos e felicitando o Fórum Nacional pela iniciativa, destacando a importância da inclusão dos enfoques de gênero e étnico-raciais para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, como garantia dos direitos humanos e, conseqüentemente da democracia. Realçou ainda que a SEDH tem apoiado o Fórum Nacional de forma sistemática, reconhecendo a importância de seu papel de mobilizador e articulador dos diversos segmentos da sociedade brasileira, engajados na prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Na fala seguinte, Maria Inês da Silva Barbosa, representante da SEPPIR, enfatizou o objetivo do Seminário de colocar o tema das disparidades étnico-raciais em debate, ampliando a sua discussão

e salientou o papel do Fórum e dos parceiros no combate ao problema. *“Início saudando nossos ancestrais, aos mais velhos (as) aqui presentes, aos deuses (as) de todas as cores, matizes e nomes, aos Erês, em nome de quem falamos, quando tratamos da infância, a Xangô, símbolo de luta, tenacidade e resistência do povo negro. A todas e todos que tornaram possível este Seminário, às parceiras (os) de mesa, a todas (os) aqui presentes imbuídas (os) de fazer deste país, realmente um país de todas (os), onde a infância de nossas (os) filhas (os) não seja usurpada. ‘É tempo de curar as feridas’, conforme nos ensina Mandela. Agradeço em nome da Ministra Matilde Ribeiro, a oportunidade de tratarmos de tema que nos é tão caro, uma de nossas razões de existir. A proposição de erradicação do trabalho infantil e o enfrentamento das disparidades de gênero e étnico-raciais, colocam quem aqui se encontra no campo da luta anti-sexista e anti-racista, de superação da branquitude e do machismo, o que implica na perda de privilégios; no reconhecimento do outro como capaz; e no respeito à diversidade. Impossível falar do enfrentamento das disparidades étnico-raciais na erradicação do trabalho infantil, sem falar de homens e mulheres, pais e mães, vítimas do racismo que impõe desigualdades sociais várias. A infância é usurpada numa sociedade centrada em valores que exortam o macho branco, proprietário”*.

Cabe ao Fórum e a todas (os) nós a luta sem tréguas pela instituição da igualdade racial e de gênero. Eu tenho um sonho, fazendo uso aqui da profética mensagem de Luther King, paga com sua vida, de que somos capazes de criar, de fato, um Brasil, onde a infância seja infância, sem adjetivação. Muito obrigada”.

Após a fala da representante da SEPPIR, a cerimonialista Maria America Ungaretti, passou a palavra a Maria Liège Santos Rocha, representante da SEPM. Liège Rocha assinalou que o Seminário caracteriza-se como um momento importante para a garantia dos direitos. Ressaltou que a questão de gênero encontra-se ainda em processo de discussão e reflexão para diversos segmentos da sociedade brasileira. Registrou que a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004, foi importante porque apresentou as diretrizes para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em que as questões de gênero, raça/etnia, empoderamento das mulheres, enfrentamento da pobreza, combate à violência, garantia de direitos, foram alguns dos temas tratados e aprofundados. *“O Fórum Nacional ao realizar este Seminário objetivando tratar de questões extremamente relevantes como as disparidades de gênero e étnico-raciais, demonstra consonância com os compromissos da SEPM, indicando possibilidades de parcerias futuras. Muito obrigada”*.

A seguir, Azelene Kaingáng, Presidente do Warã – Instituto Indígena Brasileiro iniciou sua fala também fazendo uma saudação aos povos indígenas na sua língua materna. Agradeceu o convite para participar do Seminário e registrou as dificuldades para obtenção de dados e estatísticas sobre os povos indígenas. Assinalou também a inexistência de políticas públicas brasileiras para o tratamento das diferenças culturais, regionais, lingüísticas das diferentes etnias que habitam o Brasil. Indicou ainda que, os povos indígenas da Amazônia estão em uma situação do ponto de vista de ocupação territorial bastante diferenciada dos demais povos indígenas do Brasil. *“Considero que o respeito às diferenças culturais dos Povos In-*

dígenas é necessária para a formulação das políticas. É certo que o preconceito e a discriminação sempre foram geradores de pobreza e exclusão, assim como é certo que as políticas públicas nunca foram pensadas de forma a refletir a diversidade que caracteriza o nosso país. O Estado brasileiro tem que se ver e se aceitar como um país multicultural, pois somente assim teremos a possibilidade de construir um diálogo multicultural, aceitar a diversidade e respeitar as diferenças, ou seja, significa pensar em um país com políticas diversas. Percebemos que a inserção dos Povos Indígenas nos programas de transferência de renda não acontece porque o próprio formulário do cadastro único do governo federal rejeita os índios porque eles não têm documentos, eles não têm um número. Isso demonstra que a diversidade não é tratada de forma específica, os índios são nivelados pela pobreza, pela fome e não pela diversidade cultural. Tentar condicionar a consolidação das democracias internas à supressão das identidades específicas é transformar a diferença em desigualdade que é o que tem acontecido com os Povos Indígenas. Nossas diferenças culturais nos tornaram desiguais aos olhos do Estado brasileiro. Muito obrigada”.

Alison Sutton, Oficial de projetos do UNICEF, também destacou a importância do Seminário “pois atualmente, há dados e informações sistematizados sobre as disparidades vivenciadas pelas crianças e adolescentes brasileiros. Portanto, as palestras e as oficinas deverão indicar ações específicas a serem incorporadas no Plano de Ação do FNPETI para os próximos anos, assim como estimular que os fóruns estaduais também incluam nos seus planos de ações, o combate às disparidades e a valorização das diversidades”. Por último, Alison Sutton indicou que a realização do Seminário demonstra o compromisso do UNICEF, assumido em 2002, com o Fórum Nacional para colocar as questões de gênero e étnico-raciais na agenda do movimento em favor da prevenção e erradicação do trabalho infantil.

A seguir, representando a OIT, Solange Sanches, Coordenadora do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego da OIT iniciou sua fala indicando que “gostaria de saudar os participantes desta mesa de abertura na pessoa da Sra. Isa Maria de Oliveira e, também do Sr. Júlio Javier Espíndola, que nos recebe tão amavelmente. Para a OIT este Seminário é um momento de grande importância, pela relevância que têm os temas da erradicação do trabalho infantil e da construção da igualdade de gênero e étnico/racial em nosso trabalho. De fato, ambos estão colocados no núcleo da Agenda do Trabalho Decente, que abrange os temas fundamentais para o trabalho e, assim, são parte fundamental da perspectiva através da qual a OIT concebe o combate à pobreza e à exclusão e, sobretudo, o desenvolvimento social. Incluir a perspectiva de gênero e raça/etnia no combate ao trabalho das crianças vem sendo uma preocupação constante do IPEC, que tomou a si próprio, como instituição a ser analisada nesta perspectiva. Incluir gênero e raça/etnia como um olhar transversal a todos os grandes desafios da atualidade é muito mais do que ampliar nossa análise dos problemas contemporâneos. É construir uma abordagem acurada das questões a serem enfrentadas de forma a tornar os caminhos para sua solução – políticas, ações, acompanhamentos e avaliações –, realmente potentes para a transformação social. Não há ações neutras no que se refere a gênero e raça/etnia. Na melhor hipótese, tais ações podem ter bons resultados sem, no entanto, reverter as situ-

ações iniciais de desigualdade. Um exemplo eloquente é a escolaridade no Brasil: embora tenha se elevado, constantemente, ao longo de todo o século XX, a defasagem inicial entre brancos e negros segue sendo quase idêntica à existente no início do século. Todas as evidências sobre nossa realidade apontam para o caráter constitutivo da discriminação baseada na cor e/ou sexo na construção da enorme e persistente desigualdade brasileira. Podemos acompanhar na história brasileira os mais diferentes momentos de crescimento econômico, viabilizados pelas diferentes políticas econômicas, que a desigualdade brasileira se mantém intocada, quando não se aprofunda. Dirigir nosso olhar para gênero, raça/cor, etnia ilumina nossa compreensão sobre os arranjos, papéis e hierarquias sociais, familiares, econômicas e políticas. Todos estes aspectos são pontos cruciais para a erradicação do trabalho das crianças. É preciso desnaturalizar não somente o trabalho das crianças, mas também as diferenças existentes entre aquelas atribuídas para meninas e meninos, entre meninas negras e brancas, entre os meninos negros e os meninos brancos. É preciso ainda, estarmos atentos à especial situação das crianças nas comunidades indígenas. Erradicar o trabalho infantil, particularmente em suas formas mais abomináveis, é fundamental para a construção da igualdade: romper as cadeias causais – discriminação, falta de oportunidades, medo, pobreza, exclusão social – que o fomentam e perpetuam. Construir a igualdade significa, também, que as meninas não serão confinadas ao trabalho doméstico e os meninos destinados a perigosas atividades nas ruas, por exemplo. Suas famílias poderão incorporar uma gama maior de oportunidades e de poder efetivo para superar situações de desvantagem social. As crianças e os adolescentes negros não seguirão a trajetória estreita do abandono da escola para o ingresso precoce no mercado de trabalho, comprometendo suas chances para o futuro. O empoderamento das mulheres certamente significa também menor espaço social para a prostituição e exploração sexual das crianças, somente para citar alguns aspectos relevantes, dentre os muitos que certamente serão abordados em profundidade ao longo destes dois dias de trabalho.

Por tudo isto, este Seminário se reveste de especial importância ao articular diferentes atores sociais, diferentes saberes e experiências presentes na sociedade brasileira para uma fundamental reflexão sobre o tema e para a proposição de ações. Desejamos um bom trabalho a todos. Obrigada.”

O último integrante da mesa de abertura a se pronunciar foi Júlio Javier Espíndola, representando a OPAS/OMS, que ressaltou que “a OPAS/OMS sente-se honrada em participar na realização deste Seminário devido à importância fundamental dos temas a serem tratados. As palestras, os debates e os trabalhos em grupo resultantes das oficinas permitirão que o Fórum Nacional tenha elementos consistentes para inclusão nas suas ações futuras. Para a OPAS, a pobreza e a exclusão são incompatíveis com a questão dos direitos humanos, pois onde os homens estão condenados a viver na miséria, os direitos humanos estão sendo sistematicamente violados. Portanto, unir-se para apresentar proposições para resolvê-los é um compromisso inadiável. Obrigada”.

Após a solenidade de abertura, Maria America Ungaretti, coordenadora do evento, convidou Regina Rupp Catarino, representante do Fórum Estadual pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e

de Proteção do Adolescente no Trabalho do Mato Grosso do Sul para coordenar a apresentação da palestra de abertura a ser feita por Marco Segone, Oficial de projetos do UNICEF.

Regina Rupp Catarino convidou Marco Segone para realizar a sua exposição. A seguir apresentou o currículo resumido do palestrante informando que o mesmo trabalhou em Bangladesh, Paquistão, Tailândia, Uganda e Albânia em projetos de desenvolvimento integrado. Em 1996 entrou para o UNICEF e trabalhou no Escritório Regional da América Latina e Caribe. De 1999 a 2001 trabalhou como Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Niger, onde criou e coordenou por dois anos a rede de monitoramento e avaliação. Desde 2002 trabalha no UNICEF no Brasil onde participou da criação da rede de monitoramento e avaliação brasileira e da rede de monitoração e avaliação para a América Latina e Caribe. É também vice-presidente da organização internacional para cooperação em avaliação - IOS. Marco Segone vai desenvolver o tema Situação de crianças e adolescentes brasileiros conforme as disparidades de gênero e étnico-raciais.

PALESTRA I

Situação de crianças e adolescentes brasileiros conforme as disparidades de gênero e étnico-raciais

MARCO SEGONE

"Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer muito ao FNPETI por ter sido convidado para este importante evento e gostaria também de falar sobre a minha felicidade quando eu vi o conteúdo deste Seminário, porque eu, profissionalmente, estou muito comprometido com os assuntos da iniquidade e da diversidade.

Na pasta que vocês receberam, têm dois documentos. Um documento que foi produzido o ano passado pelo UNICEF, que apresenta dados relevantes sobre a situação da criança e do adolescente, desagregados por gênero, raça, etnia e também por nível de pobreza, por nível de escolaridade da mãe, por ramo rural ou urbano etc. Além dos dados, tem um marco conceitual sobre equidade e diversidade, ou seja, tratar o diferente de maneira diferente exatamente para alcançar os direitos humanos de cada criança e cada adolescente. Tem também uma proposta de marco conceitual sobre a importância positiva da diversidade. Não se trata simplesmente de respeitá-la, mas de valorizá-la, porque é um dos grandes potenciais que o Brasil tem para melhorar a situação das crianças e adolescentes.

O segundo relatório é o 'Um Brasil para as crianças' e a apresentação que vou fazer está baseada nos dados deste relatório. Este relatório foi produzido pela Rede de Monitoramento Amiga da Criança, que é uma rede composta por 27 organizações, incluindo o UNICEF, o FNPETI, a OIT, a UNESCO e muitas outras, como, por exemplo, uma rede de jovens que participaram das discussões das metas internacionais, das políticas públicas existentes no Brasil e também das implicações das iniquidades existentes na vida das crianças e adolescentes. Vocês também encontrarão os depoimen-

tos dos jovens. Eu vou passar somente uma pequena parte dos dados existentes neste relatório. Este relatório está baseado nos objetivos de desenvolvimento do milênio referentes à infância e à adolescência. Todos os dados são dados oficiais do IBGE, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e são desagregados por raça, etnia, gênero, evidentemente, quando existir nas fontes originais.

Inicialmente vou apresentar dois indicadores de saúde somente para dar um pouco do marco geral, depois entramos nos indicadores mais relevantes para a questão do trabalho infantil. Temos a meta de reduzir a taxa de mortalidade infantil até 2010 em 1/3. Temos a meta do plano Presidente Amigo da Criança e a meta internacional. Então, pareceria que a situação não é tão grave, porque se a tendência histórica for mantida, provavelmente, o Brasil alcançaria as metas nacional e internacional. Mas será que esta situação é verdadeira para cada criança e cada adolescente brasileiros? Será que essa situação é verdadeira para cada criança branca, negra, indígena, menina, menino etc. Temos também o mesmo indicador desagregado por raça, por escolaridade da mãe, por renda familiar, por situação do domicílio e por unidade da federação. Então você constata a grande disparidade existente, entre criança negra e criança branca, ou seja, a criança negra tem muito mais probabilidade de morrer do que a criança branca. Olha também o impacto da escolaridade da mãe. A criança, cuja mãe tem uma baixa escolaridade, tem mais probabilidade de morrer do que a criança cuja mãe tem uma alta escolaridade. Se o indicador for riqueza, a criança pobre tem duas vezes mais probabilidade de morrer do que a criança rica e crianças que moram em Alagoas têm quatro vezes mais probabilidade de morrer do que a criança que mora no Rio Grande do Sul. Este tipo de desagregação você tem também em nível geográfico por estados. No Nordeste a situação é bem pior e no Sul é melhor, mas se vamos ver o Brasil, relacionado com outros estados latino-americanos, na Argentina é 16 por 1000, em Cuba 7 por 1000, nos Estados Unidos é 7 por mil, ou seja, a situação do Brasil em relação a outros países vizinhos, não é tão boa, mesmo sabendo que dentro do Brasil tem essas grandes disparidades. Um outro indicador, por exemplo, o percentual da população sem acesso a esgoto sanitário, considerando a evolução histórica, a meta e a tendência, merece ser analisado. Então, se temos 35% da população sem acesso a esgotos sanitários, no caso da população pobre é 62%, no caso da população rica é 9%. O Brasil deveria ter a meta de reduzir de sete para cinco vezes e de reduzir a iniquidade também em 1/3. Esta é uma proposta da Rede de Monitoramento Amiga da Criança que poderia também ser discutida neste Seminário, nos grupos de trabalho, ou seja, ter metas para a redução das iniquidades. O acesso ao saneamento melhorou na média nacional, mas a iniquidade entre branco e negro piorou. As consultas pré-natais pioraram, seja na média nacional, seja na iniquidade entre branco e negro. É importante assinalar que a meta do governo brasileiro é mais desafiante do que a meta internacional. Qual é a situação se desagregarmos esse dado por raça, etnia e gênero. A média nacional é de 67%. No entanto, o branco tem uma situação bem melhor. A criança cuja mãe tem uma melhor educação tem quase duas vezes mais probabilidade de estar na pré-escola, e segundo a situação de pobreza, a criança rica tem duas vezes mais probabilidade de estar na pré-escola. O Brasil alcançou a quase universalização do ensino fundamental. Porém, em 2002, ainda havia 3% das crian-

ças fora do ensino fundamental, o que equivale a quase um milhão e meio de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola. Há também uma grande disparidade entre crianças indígena e negra. O segundo grande desafio reside na qualidade. Os dados mostram um percentual de alunos num nível muito crítico da língua portuguesa para a quarta série. Em 2001, praticamente uma criança em cada quatro era analfabeta, mesmo tendo cursado os primeiros quatro anos até a quarta série, ou seja, mesmo os 97% das crianças que estão dentro da escola, 22% dessas crianças, depois de quatro anos na escola, ainda não sabem ler e escrever. Há dois indicadores que mostram que o acesso à escola melhorou, mas a qualidade, em nível nacional, bem como a iniquidade entre o branco e o negro piorou. Portanto, a situação é muito grave, mas há vários indicadores que mostram que a situação está piorando. Outro indicador mostra o percentual de crianças e adolescentes de 10 a 15 anos ocupados conforme a evolução histórica de 1992 para 2002. Houve uma evolução positiva, porém em 2002 ainda 13% das crianças de 10 a 15 anos estavam ocupadas. Nos dados anteriores, sempre tinham a evolução histórica, antes de 2002, e depois as metas nacional e internacional até 2010.

No caso do trabalho infantil esta meta não existe, assim como nos casos de muitos indicadores que se referem à proteção da criança e do adolescente. Então este é outro problema, porque sabemos que se não existem metas quantitativas é mais difícil monitorar porque você não conhece a situação, a evolução do indicador, e também é mais difícil definir ações para implementar porque você não tem uma meta para direcionar as políticas, os programas. Portanto, a erradicação do trabalho infantil não tem uma meta quantitativa. No caso do trabalho infantil, qual é a situação com as desagregações? Temos a média nacional e a média desagregada por etnia, gênero, escolaridade da mãe. A criança cuja mãe tem baixa escolaridade, têm cinco vezes mais probabilidade de ser explorada no trabalho infantil e a criança pobre tem quatro vezes mais probabilidades de ser explorada no trabalho infantil.

Eu incluí também o indicador da taxa de mortalidade por homicídio porque sabemos que havia em muitos domicílios, crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, que estão inseridos nas piores formas de trabalho e este é um indicador indireto das piores formas. A evolução histórica da taxa de mortalidade por homicídio de crianças e adolescentes na década praticamente dobrou, de 3,9 passou a 7,1. É importante falar que o número de crianças e adolescentes que morreram por homicídio é muito alto. Nas últimas duas décadas no Rio de Janeiro teve quase 50.000 mortes por arma de fogo contra 39.000 mortos na Colômbia. Na faixa etária de jovens de 21 a 24 anos, chega até 61.000 habitantes e 50.000 no caso de 18 a 20 anos.

O último indicador que vou mostrar é do percentual de crianças que vive em famílias pobres. A criança pobre tem quatro vezes mais probabilidade de ser explorada no trabalho infantil do que a criança rica. Em 1992 havia 50% de crianças vivendo em famílias pobres, baixando até o final da década de 90 e depois aumentando. Em relação à disparidade geográfica, o Nordeste tem uma situação pior em relação ao Sul e Sudeste.

Neste relatório tem também uma análise do orçamento público federal voltado para as metas para os direitos das crianças e dos

adolescentes, porque todas essas metas se não têm orçamento, são metas fictícias. Políticas públicas sem orçamento também são políticas públicas fictícias. No último capítulo, foi feita uma análise de quanto o Brasil teria que investir para alcançar as metas do milênio para infância e adolescência e de quanto o Brasil provavelmente vai investir. Para alcançar as metas possíveis de quantificação, o Brasil precisaria ter gastado 429 bilhões no período de 2000/2003, porém se a tendência histórica do gasto público continuar a mesma da década passada, o país gastará apenas 239 bilhões, ou seja, mais ou menos 50% do que precisaria ser gasto. O governo federal no período de 2004/2007 investirá entre 16 e 20% de recursos necessários para alcançar essas metas. Mas é importante assinalar que muitas metas, sobretudo no caso da educação, são da responsabilidade, não somente do governo federal, mas dos governos estadual e municipal. Ao todo o governo federal prevê investir quase 56 bilhões no período 2004/2007. O eixo com maior deficiência orçamentária, é o eixo da proteção, onde o trabalho infantil está incluído.

Enfim, a conclusão e as recomendações. A tendência histórica dos indicadores mostra que o Brasil provavelmente alcançará somente três das metas mensuráveis, porque tem muitas metas e muitos objetivos que não têm uma meta quantitativa. O esforço de diminuir a iniquidade existente, valorizando a diversidade deverá ser uma estratégia privilegiada pelos governos, identificando as metas para a sua redução.

Finalmente sobre os objetivos da proteção, incluindo o trabalho infantil, deveriam ter metas quantitativas para facilitar a implementação de políticas públicas e o monitoramento dessas políticas públicas. Eu tentei resumir informações que estão nesses dois relatórios, mas vocês poderão encontrar mais informação por município. Neste relatório tem todos os indicadores desagregados para cada um dos 5.600 municípios brasileiros. Muito obrigado”.

A seguir, **REGINA RUPP CATARINO**, retomou a coordenação dos trabalhos e cumprimentou o palestrante pela excelência da exposição. “Realmente nós que convivemos com a questão do trabalho infantil, percebemos que esses dados são extremamente graves e observamos também a importância da educação em toda essa problemática do trabalho infantil, pois filhos de mães com baixa escolaridade têm uma grande tendência a serem explorados no trabalho. Isto é muito preocupante e nós percebemos claramente essa situação e mais uma vez a gente constata a importância da educação no combate ao trabalho infantil. Se não houver um investimento relevante na educação dos pais, principalmente das mães e da própria criança, do próprio adolescente, nós vamos estar aqui daqui a dez anos discutindo o trabalho infantil novamente, pois só através da educação mesmo é que a gente vai conseguir avançar na meta dessa redução”. Após a apresentação da exposição, a coordenadora deu início ao debate, convidando os participantes a enviarem suas perguntas por escrito ou que fizessem uso do microfone, a fim de garantir a gravação de todas as falas.

PERGUNTA DE AMERICA UNGARETTI

Por que na sua apresentação, quando você mostra a disparidade étnica, você não faz referência à situação dos povos indígenas, crianças e jovens indígenas?

PERGUNTA DE ALISON SUTTON

Eu acho que talvez você pudesse dar uma explicação sobre a falta de dados da Amazônia rural, pois essa informação é importante.

RESPOSTAS DE MARCO SEGONE – No seminário em 2003, o documento apresentava os dados sobre a situação da criança e adolescente indígenas considerando os dados oficiais do Censo de 2000 e este outro documento preparado em 2004 não tem os dados porque tem como fonte os dados oficiais da PNAD, ou seja, uma pesquisa por amostragem. No caso da população indígena, nas pesquisas por amostragem, o erro é muito grande. Quando você mostra dados para a população indígena com fontes, por exemplo, em pesquisas amostrais tem que ter muito cuidado, porque tem um erro muito grande. No caso do Censo a situação é melhor porque ele não é amostral, então o erro é muito menor. Esta é a explicação também para a segunda pergunta feita por Alison Sutton. Na PNAD foi decidido não incluir a região Norte porque esta pesquisa não inclui a zona rural da região Norte. Quando dados são mostrados, é preciso ter sempre cuidado com a qualidade dos dados. Como a representante da liderança indígena falou, um dos grandes problemas da questão indígena é exatamente a falta de informação e, às vezes, quando há informação, a qualidade da informação é limitada.

Também eu gostaria de acrescentar que nas tabelas finais têm todos os dados desagregados por estados, com a evolução histórica e a meta de cada estado (onde existir).

PERGUNTA DE MARINALVA CARDOSO DANTAS

Eu queria saber quando poderemos ter dados de morte causada pelo trabalho ou doença profissional?

Em relação aos dados do trabalho infantil não existem ainda dados diferenciados em termos de gênero e de raça sobre as conseqüências na vida da criança e do adolescente, do trabalho precoce. Eu fiquei surpresa na última reunião da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – Conaeti, quando uma auditora fiscal do trabalho, apresentou as conseqüências no corpo feminino e as explicações morfológicas do corpo feminino, porque a menina está muito mais exposta a ter maiores riscos, por exemplo, na agricultura com agrotóxicos do que os meninos. Esses elementos não aparecem nos nossos dados para efeitos informativos para uma ação do Fórum Nacional e dos fóruns estaduais.

Outro elemento dentro da análise do comportamento do trabalho infantil nos últimos dez anos, é que os meninos e meninas da raça negra são os que engrossam a fila dos desempregados na adolescência e juventude. Portanto, os dados da PNAD possibilitam fazer este tipo de análise transversal e mostrar que as conseqüências nessa população são diferenciadas, que para a população ela é ainda desconhecida e que é importante que nós comecemos a trabalhar em termos de comunicação para sensibilização e mobilização.

PERGUNTA – BOM DIA, EU GOSTARIA DE SABER SE VOCÊ TEM OS DADOS DESAGREGADOS POR SEXO PARA OS CASOS DE HOMICÍDIO E PARA A EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL. GOSTARIA QUE VOCÊ FALASSE ALGUMA COISA SOBRE ISTO.

PERGUNTA – EU QUERIA TAMBÉM SABER POR QUE NOS DADOS VOCÊ IDENTIFICOU SEMPRE A MÃE E NÃO A FAMÍLIA; É PARA REALMENTE JUSTIFICAR A AUSÊNCIA DO PAI NA FAMÍLIA E A MÃE ASSUMINDO REALMENTE TODO O PAPEL?

PERGUNTA – EM UMA DAS CONCLUSÕES DO ESTUDO, EM RELAÇÃO AO EIXO PROMOVEDOR VIDAS SAUDÁVEIS, DIZ QUE A DESNUTRIÇÃO DEVERIA SER TRATADA COMO EIXO PRINCIPAL DAS POLÍTICAS DE SAÚDE EM VEZ DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA. DE QUE FORMA ISSO SE DARIA?

PERGUNTA – QUAIS SÃO OS ESFORÇOS NOVOS QUE ESTÃO SENDO FEITOS PARA A COLETA DE DADOS, ESPECIFICAMENTE DA POPULAÇÃO INDÍGENA?

RESPOSTAS DE MARCO SEGONE – A primeira pergunta sobre quando vamos ter dados de morte ligados às doenças por causas trabalhistas, creio que pode ser generalizada também às outras perguntas sobre a inexistência de dados. Eu por questão de tempo fiz uma versão bem resumida da apresentação. A apresentação original é algo em torno de 45 minutos e tem muito mais detalhes. A pergunta sobre a capacidade de monitoramento dos indicadores se refere exatamente à existência ou não do indicador e a qualidade do indicador, no caso de existir. No eixo da proteção verifica-se que, muito freqüentemente, quando está indicada a capacidade de monitoramento dos indicadores, você identifica ruim ou razoável. Isto reflete a situação do eixo de proteção, pois não existem muitos indicadores que deveriam existir. Portanto, eu acho que quando vocês discutirem as recomendações nos grupos de trabalho, seria conveniente incluir recomendações sobre os indicadores que não existem e sobre a qualidade dos indicadores que existem.

A segunda pergunta sobre a desagregação dos indicadores por sexo. No caso do homicídio, foi mostrado, não tinha uma oscilação quando era masculino ou feminino. No caso da exploração sexual outra vez, infelizmente não encontramos um indicador válido a nível nacional. Sobre a exploração sexual tem pesquisas pontuais em alguns estados e municípios, mas não temos um dado a nível nacional. Acho que é importante mostrar, mesmo que sejam dados específicos, é importante mostrá-los, mas outra vez temos a questão da qualidade dos indicadores, da existência ou não dos indicadores.

A terceira pergunta sobre por que se faz referência ao nível da escolaridade da mãe e não do pai, ou da família? Como eu falei, todos esses relatórios se baseiam em fontes oficiais. No caso da escolaridade da mãe, esse é o recorte feito pelas pesquisas do IBGE.

A quarta pergunta sobre os nossos esforços para coletar dados sobre a situação da criança e adolescente indígenas. A Funai está planejando fazer o censo indígena. Já contactou o UNICEF e outras agências das Nações Unidas. O governo está pensando exatamente em fazer um censo indígena para coletar indicadores que não existem, ou se existem, têm problemas de qualidade, de erro etc. Também têm experiências mais específicas de pesquisas participativas nas áreas indígenas. O UNICEF apoiou uma pesquisa participativa, ou seja, são os jovens e adolescentes das áreas indígenas que fizeram as pesquisas. Foram nas suas próprias casas em suas aldeias e também participaram os professores indígenas, todos eles foram envolvidos desde o começo do processo para desenhar o questionário para saber que tipo de questões deveriam ser incluídas no mesmo. A versão preliminar deste documento foi apresentada na Conferência Nacional onde foram convidadas também lideranças indígenas e negras. No caso dos dados dos indígenas há questões, como a pobreza que tem indicadores que teriam que ser adaptados à realidade cultural, local da

população indígena, porque nas aldeias indígenas, o meio salário mínimo, pode não ser o melhor indicador. Os processos participativos envolvendo os indígenas deverão apontar os indicadores a serem selecionados. Portanto, é muito importante que desde o começo, desde o desenho do questionário, da pesquisa, como também na coleta e depois na interpretação dos dados, eles participem. Há esforços nessa direção, mas seguramente há espaço para melhorar e para reforçar esses esforços.

Depois de encerradas as perguntas e respondidas pelo palestrante, a coordenadora Regina Rupp Catarino agradeceu e encerrou a primeira palestra, assinalando que "A situação é bastante preocupante, principalmente, em relação aos dados. Nós ainda não temos como atuar em diversos segmentos em função da falta de informações. Acho muito interessante a colocação que o senhor fez a respeito da

participação. Nós solicitamos que o senhor apresente as palavras finais e após isso encerraremos esta mesa."

Marco Segone pediu a palavra para "Reiterar outra vez que a situação é bastante preocupante e esta é uma característica do Brasil. O Brasil é um dos países mais iníquos do mundo, não somente quando falamos em termos de renda econômica, mas, sobretudo, quando falamos de indicadores sociais. Eu acho que uma estratégia de solução passa exatamente pela valorização da diversidade, significando na prática, a valorização das lideranças indígena, feminista e negra, ou seja, que elas mesmas participem da análise da sua própria situação, junto com outros parceiros, para fazer propostas de desenho de políticas públicas e apoiar também a implementação dessas políticas públicas. Parece-me que este Seminário já é um bom exemplo dessa abordagem participativa".

29 DE SETEMBRO DE 2004

Palestras sobre Disparidades de Gênero

COORDENADORA MYRIAN BRÉA

À tarde, os trabalhos foram retomados e coordenados pela Myrian Bréa da Secretaria Nacional de Justiça que convidou os participantes para tomarem seus assentos.

"Boa tarde. Em primeiro lugar eu queria cumprimentar a America Ungaretti, pois há dois anos que ela sugeriu a realização de um seminário com recorte de gênero e a questão racial e que contou com a aprovação da Isa Maria de Oliveira. Queria agradecer por ela ter cumprido a promessa e está aqui lançada a semente. Gostaria de convidar a Sra. Maria Liège Santos Rocha, representando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para fazer a palestra Masculino e feminino: qual a diferença? e o Sr. Fernando Tomás Acosta, representante do Instituto Noos para falar sobre Desconstruindo e pluralizando os gêneros. A seguir foi apresentado o currículo resumido de Maria Liège Santos Rocha, Gerente de projetos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretária Executiva Adjunta da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e Conselheira do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo".

PALESTRA II

Masculino e feminino: qual a diferença?

MARIA LIÈGE SANTOS ROCHA

Maria Liège Santos Rocha iniciou sua palestra cumprimentando e indicando que "Eu acho fundamental a idéia do Fórum Nacional de discutir as questões de gênero, raça, etnia. Depois da década de 70, nós começamos a ouvir, conviver e falar em gênero, transversalidade de gênero, políticas sob a ótica de gênero. O que isso significa? Vamos poder trabalhar esta questão da diferença entre masculino e feminino, entre homem e mulher. Vamos trocar idéias, debater alguns conceitos e discutir sobre o que é gênero. Seria interessante, já que amanhã vocês vão ter grupos de trabalho e a idéia é incorporar este conceito, observando o aspecto da transversalidade, nos projetos, programas, planos e políticas, pois o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil não incorpora o recorte de gênero. Eu acho que discutindo o conceito e identificando exemplos, poderemos trabalhar a questão de gênero

nas políticas públicas, no planejamento, nas ações etc. Vou apresentar alguns conceitos que foram formulados por algumas estudiosas feministas sobre esta questão.

Gênero é uma dada maneira de olhar a realidade da vida das mulheres e dos homens para compreender as relações sociais entre mulheres e homens, a relação de poder entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens. Por que isso? Porque sempre pensamos que as relações de gênero se dão só entre homens e mulheres, mas não estamos falando de relações sexuais, nós estamos falando de relações sociais. Assim é redundante dizer relações sociais de gênero, porque as relações de gênero já são sociais, são relações de poder entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens que acontecem na sociedade. A

questão de gênero tem uma relação de poder, que é a capacidade de agir sobre a ação do outro, reconhecido como sujeito da ação e esta relação se dá num processo de dominação que é um conjunto de relações de poder fixas e assimétricas. Quando falamos sobre opressão de gênero, estamos nos referindo a opressão de um gênero sobre outro. Depois nós vamos ver que as análises não podem ser feitas de forma separada, ou seja, gênero, classe, raça e etnia. Elas se dão na sociedade como uma teia e nós temos que ver como é que nós aprendemos isso.

Nós temos que ver que sexo é diferente de gênero, apesar de estarem imbricados. Quando a criança nasce ela pode ser do sexo masculino ou do sexo feminino, ser fêmea ou ser macho. O gênero é a maneira que as diferenças entre mulheres e homens assumem nas diferentes sociedades no transcorrer da história, porque também esta questão do gênero muda dependendo da época histórica em que se vive. Por exemplo, de região para região, essas características vão sendo agregadas ao sexo de maneira diferente. O sexo é uma questão mais biológica, do ponto de vista físico, enquanto que gênero refere-se ao sexo social. Citando a famosa frase da Simone de Beauvoir 'Ninguém nasce mulher, mas se faz mulher', quer dizer que quando nós nascemos, somos do sexo feminino e do sexo masculino, mas na medida em que vamos vivendo na sociedade, essas características, esses atributos vão mudando. Como é que trabalhamos a questão da identidade feminina e da identidade masculina? É fundamental lembrar que quando falamos de políticas sob a ótica de gênero, estamos levando em conta o papel que homens e mulheres desempenham na sociedade.

Quando em Santo André há alguns anos atrás foi discutido o plano diretor e se discutiu o combate à violência, aumentando a iluminação das praças, mudando o trajeto dos ônibus, nós levamos em conta que naquela cidade existiam homens e mulheres e, que as mulheres eram as principais vítimas da violência num determinado lugar. Como se trabalhar a questão do transporte, levando-se em conta que são as mulheres que mais freqüentam os serviços públicos, creches, postos de saúde?

A questão do gênero é diferente da questão das mulheres. Por que a Secretaria não é uma secretaria especial de políticas de gênero? Porque nós queremos ter um foco principal nas mulheres, visando a construção da igualdade entre homens e mulheres

Insistimos ainda sobre o conceito de gênero: é um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo. As características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológico e cultural que a sociedade atribui a cada um do que considera masculino ou feminino. As mudanças vão se dando, do que seja masculino e do que seja feminino; vão mudando e adquirindo outras conotações através da história, ou seja, do que são características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos, reconhecidas a partir de dados corporais, que os definem como macho ou fêmea, sendo o sexo, uma construção natural com a qual se nasce, que não se confunde com a posterior orientação sexual.

A situação das mulheres varia na história, no tempo e no espaço, demonstrando que as mulheres têm sido agentes ativos na história da humanidade. As mulheres conquistaram o direito de voto no Brasil

e 70 anos depois do direito de voto, na última eleição, as mulheres decidiram a reeleição porque pela primeira vez no Brasil elas representavam a maioria no colégio eleitoral.

Buscar as origens da hierarquia e das desigualdades nas relações que as mulheres estabelecem entre si e com os homens, também foi objeto de um processo de discussão. Cristina Bruschini mostra que as mulheres sempre trabalharam: brancas, indígenas e negras sempre trabalharam através da história, mas nessas últimas décadas houve uma inserção maior das mulheres no mercado do trabalho e alguns fatores fizeram com que a entrada das mulheres no trabalho fosse impulsionada.

Os movimentos organizados de mulheres e feministas tiveram um papel fundamental para o avanço da participação das mulheres na sociedade, dando visibilidade ao protagonismo que as mulheres poderiam jogar e jogam nas mudanças, na transformação da sociedade e no papel de agente. O feminismo teve uma contribuição fundamental na elaboração do conceito de gênero. Quando discutimos a questão de gênero, da transformação e do movimento feminista de emancipação, estamos propondo buscar a emancipação das mulheres. Na Conferência Nacional das Mulheres, realizada este ano em Brasília, foi debatida a necessidade da autonomia das mulheres do ponto de vista econômico, social e político.

É fundamental também a compreensão de que a divisão sexual do trabalho entrelaça-se com a divisão social do trabalho em que mulheres e homens irão participar de modo desigual da produção e da reprodução. Na separação entre público e privado, sempre se aprendeu que o espaço público é do homem e o privado é das mulheres, mas hoje nós também participamos do público e, muitas vezes nós temos uma reação em relação à participação do homem no âmbito do espaço doméstico, do privado. Como é que nós tratamos filhas e filhos? Será que nós não reforçamos os papéis estereotipados? Como é que trabalhamos em relação à paternidade daqueles que são divorciados ou separados? Será que quando nós vamos construir creches, levantamos dados sobre a realidade da população mais necessitada da creche ou fazemos um planejamento homogêneo, sem ver as diferenças? A luta contra a opressão de gênero se insere na luta contra todos os elos de opressão e pela conquista de uma sociedade radicalmente nova sem discriminação de sexo, gênero, raça e classe. As mudanças na legislação brasileira, a exemplo da Constituição de 88, significaram uma conquista, uma mudança radical do ponto de vista da discriminação em relação às mulheres, mas precisamos avançar muito mais na conquista da igualdade. Precisamos avançar no significado da radicalização da luta de gênero, visando romper o elo estrutural, percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade.

Segundo Mary Garcia Castro, gênero é uma construção sociológica, político e cultural. Sexo não é uma variável, demográfica, biológica ou natural, mas traz toda uma carga cultural e ideológica. Não se pode compreender o específico da identidade feminina, sua posição na sociedade, a valorização ou desvalorização de seu trabalho, as divisões sexuais de trabalho, poder, exercício do erótico, se não se compreende o específico da identidade masculina e o comum ao humano, já que homem e mulher são construções de gênero no humano, sendo necessárias análises comparativas e relacionais. O gênero se realiza culturalmente por ideologias que

tomam formas específicas em cada momento histórico e tais formas estão associadas às apropriações políticas e econômicas que se dão como totalidade em lugares e períodos determinados. Este último enfoque é uma contribuição de autores marxistas no sentido de tirar o feminismo do plano idealista, tratando de negar que as discriminações se reproduzem pela perversidade natural dos homens, e chamando a atenção para um sistema de relações que se perpetuam por que servem a interesses, ainda que não tenham sido diretamente engendrados para tal fim. Caso contrário, ficamos achando que há opressão de gênero e vamos travar uma luta contra os homens, e esta não é a questão, pois os homens também sofrem um processo cultural que leva a esta entidade dos diferentes papéis. Esta é uma questão também que temos que ter presente. Nós queremos buscar a igualdade, queremos buscar a equidade, mas nós não podemos achar que o nosso inimigo principal é o homem, não é a guerra dos sexos, é a guerra pela igualdade.

Cito Helieth Safioti, professora da PUC de São Paulo, estudiosa da questão da violência, que define gênero também como gênero relacional, quer enquanto categoria analítica, quer enquanto processo social. Define que o conceito deve ser capaz de captar a trama das relações sociais, bem como as transformações historicamente por elas sofridas através dos mais distintos processos sociais, trama essa na qual tem lugar, as relações de gênero.

Johan Scott foi uma das primeiras intelectuais a discutir sobre gênero como elemento construtivo das relações sociais baseadas em diferenças percebidas entre os sexos e como sendo o modo básico de significar relações de poder.

O Fórum Nacional está discutindo a erradicação do trabalho infantil. Como está o trabalho das meninas na área do trabalho doméstico, como está o abuso sexual de meninas, meninos e adolescentes? Como vamos trabalhar essas relações no âmbito do trabalho infantil?

Quando falamos em gênero e políticas elaboradas na perspectiva de gênero, com a finalidade de garantir a igualdade, respeitando as diferenças entre homens e mulheres, falamos muito em transversalidade de gênero. Gênero é uma categoria transversal, mas isso não significa que a transversalidade está dada, se não todas as políticas já estariam observando e incorporando a questão de gênero. Portanto, a Secretaria existe e precisa sensibilizar e mobilizar diversos segmentos da sociedade, a fim de que este recorte seja incorporado nas políticas do trabalho, do combate à violência, da educação. Por exemplo, as mulheres hoje têm um nível de escolaridade maior do que a dos homens, mas apesar disso, ela ainda recebe menos do que os homens quando trabalha. Então como é que nós levamos em conta essas diferenças e desigualdades? Precisamos discutir as políticas afirmativas? Será que as cotas são necessárias, será que as cotas na legislação eleitoral não mostraram que na verdade nós tínhamos que impulsionar a participação das mulheres nas chapas dos partidos para que houvesse um desequilíbrio, quer dizer, como é que nós trabalhamos com esta perspectiva de gênero na política, na legislação para que seja rompidas a desigualdade? Eu acho que essas questões devem ser de-

batidas nos grupos de trabalho, a fim de que o Fórum possa apontar novos caminhos, quer dizer, nós não podemos planejar e desenvolver ações sem levar em conta a questão do enfoque de gênero. Obrigada”.

COORDENADORA MYRIAN BRÉA

Muito obrigada pela tua participação. A seguir Myrian Bréa apresentou brevemente o currículo de Fernando Acosta, informando que ele é psicólogo, analista reichiano, terapeuta de casais e famílias, especialista em saúde pública e psiquiatria social, consultor em masculinidade, saúde e violência de gênero.

PALESTRA III

Desconstruindo e pluralizando os gêneros

FERNANDO TOMÁS ACOSTA ¹

O palestrante inicia sua fala cumprimentando os participantes e indicando que “talvez a gente não pudesse imaginar a algumas décadas, as mulheres jogando futebol e, no início do movimento feminista, nós não imaginaríamos que um homem pudesse estar aqui falando de gênero, de relações de gênero. Por um lado, eu acho que é extremamente positivo e, por outro, apesar de eu estar trabalhando com gênero e masculinidade já há aproximadamente onze anos, é sempre mais fácil quando eu trabalho diretamente com os homens, do que quando eu resolvo escrever ou falar sobre esse assunto.

Talvez também não seja muito comum que um homem quando começa a falar diga que tem medo de estar falando sobre este assunto. Eu estou aqui primeiro dizendo que eu tenho medo e acho que isto é importante de ser dito, porque este é um sentimento que na socialização masculina deve ser negado e, talvez por isso, ele pode estar fortemente associado a prática de discriminações e violência de gênero. Dito isso que me deixa um pouco mais tranquilo, digamos assim, com as vísceras um pouco mais calmas, eu gostaria de agradecer aos organizadores do evento, em particular a América. É um prazer ter sido convidado por América. Nós trabalhamos junto há vinte anos e desde então não trabalhamos mais, então, acho feliz esse convite e estou bastante alegre de ter recebido o convite e, além disso, eu gostaria de agradecer por estar dentro da OPAS, agradecer ao doutor Júlio Javier Espíndola, que participou hoje da abertura, porque ele tem sido um homem que vem contribuindo para a equidade de gênero e, no nosso caso, ele tem dado bastante apoio ao trabalho que o Instituto Noos vem desenvolvendo em relação às questões de gênero e masculinidade.

Eu gostaria ainda de fazer um pequeno lembrete, dizer que eu considero que qualquer comunicação, que qualquer explicação ela é sempre parcial, quer dizer, em se tratando das questões de gênero eu acho que temos que botar aspas em tudo o que estamos

¹ A palestra proferida por Fernando Tomás Acosta não foi gravada em sua totalidade. Infelizmente não foi possível refazer o texto e a encarregada do relatório do Seminário optou por não retirar o princípio da palestra, apesar de considerar que a mesma ficou bastante prejudicada, pois a questão do gênero conforme o enfoque da masculinidade ficou ausente.

falando e fazendo, porque certamente aquilo que pretendemos como objetivo está impregnado da nossa subjetividade, portanto, marcado pelas nossas crenças, pelos nossos valores, pelos nossos conceitos, pelos nossos preconceitos e, muito provavelmente, como eu também sou um homem construído e me construindo nesta sociedade, certamente eu posso estar me traindo com valores patriarcais, machistas e sexistas. Então eu gostaria que vocês me ajudassem colocando aspas naquilo que eu vou falar ou como diz um autor chileno que é o Humberto Maturana, a gente deve colocar tudo que a gente fala e escreve entre parênteses. Acho que entre parênteses cabe muito bem para a língua espanhola, acho que para a língua portuguesa é melhor que a gente fale na objetividade entre aspas.

Entrando no tema, eu lembrei de uma história que um sociólogo americano Michael Kimmel, escreveu. Ele é um especialista em gênero e masculinidade da Universidade de Nova York. Ele conta em um dos textos como é que ele começou a se interessar pelas questões de gênero. Ele estava em um seminário organizado por feministas, e ele era o único homem presente. Na mesa tinha uma discussão entre duas mulheres, uma mulher negra e uma mulher branca sobre as relações de gênero e a mulher branca tentava convencer a mulher negra que, na verdade, a opressão de gênero era igual para mulheres brancas e mulheres negras. Evidentemente, a mulher negra discordava disso e tentava convencer a branca do contrário. Em dado momento, a mulher negra tentando argumentar a favor de uma maior discriminação sofrida pelas negras, perguntou para a mulher branca: 'quando você se olha no espelho todas as manhãs o que você vê?' A mulher branca respondeu: 'uma mulher'. 'Pois é, quando eu me olho no espelho todas as manhãs eu vejo uma mulher negra'. O Kimmel que estava, enfim, assistindo ao debate fez um barulho com a boca e aí a mulher negra perguntou por que você está resmungando e ele disse: 'porque quando você fez a pergunta eu pensei que quando eu me olho no espelho todas as manhãs eu vejo um ser humano'. Então, eu acho que essa história sintetiza a questão da dominação de gênero e da dominação masculina muito bem. Nessa história nós vemos claramente que o homem do sexo masculino é sinônimo de humanidade, que a mulher branca é sinônimo da mulher e,

que a mulher negra para construir a sua identidade tem que ser marcada por questões étnicas e raciais.

Eu quero confessar para vocês que eu não entendo absolutamente nada de trabalho infantil, eu entendo de gêneros e masculinidades. Eu brinco que hoje eu sou um especialista em homens, então eu vou falar para vocês muito a partir da experiência em estar trabalhando com homens, principalmente trabalhando com homens que praticam ou que praticaram algum tipo de violência contra alguma mulher, ou seus filhos e filhas.

Nós fizemos um estudo em 2001 no Rio, onde entrevistamos 749 homens, sendo homens de um condomínio de classes média e média alta, em Botafogo, condomínio chamado Morada do Sol; homens da comunidade da favela de Santa Marta também em Botafogo; e homens de duas comunidades de baixa renda em Bangu. Percebemos nesta pesquisa que a violência de gênero é praticada por todos os homens independente da classe social, da raça ou da cor. Ficou bastante presente que dependendo da classe social, a violência assumia algumas nuances drásticas, porque talvez mais invisíveis, quando se tratava da violência que os homens de classe média e de classe média alta praticam contra as mulheres. Primeiro porque em termos de violência física não eram tão diferentes os números que nós encontramos, pois em termos gerais, 25,4% dos homens que nós entrevistamos admitiram ter praticado algum tipo de violência contra uma mulher. Os homens da Morada do Sol, portanto de classes média e média alta alcançaram em torno de 23%, só que os homens da Morada do Sol praticavam mais violência psicológica, considerada por nós como mais drástica, porque normalmente a violência psicológica é mais invisível, ela aparece nas delegacias como ameaça, aparece nos juizados especiais como ameaça e talvez ela seja mais danosa, mais, do que a própria violência física que você pode claramente enxergar, e mais, os homens de classe média se inibem menos diante da presença de testemunhas, seja quando eles estão praticando violência psicológica, seja quando eles estão praticando violência física. Eu acho que este é um dado interessante para percebermos como as questões de classe também fazem diferença. É importante pensarmos nessas diferenças quando começarmos a pensar nas políticas, nos planos, nos programas, nos projetos, nas ações.

Palestras sobre Disparidades Étnico-Raciais

COORDENADORA MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA

Após o debate sobre questões de gênero, que infelizmente também não foi registrado, Myrian Bréa convidou Maria Inês da Silva Barbosa para coordenar o painel sobre disparidades étnico-raciais, constituído pelas palestrantes Azelene Kaingáng, Vilma Maria Santos Reis e Ivete Manetzeder Keil. A primeira intervenção coube a Azelene Kaingáng, encarregada do tema A exclusão dos povos indígenas. Maria Inês da Silva Barbosa apresentou o breve currículo da palestrante informando que a mesma é socióloga, presidente do Warã - Instituto Indígena Brasileiro, membro do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas, Diretora Executiva do Conselho de Caciques e Lideranças Indígenas do estado de Santa Catarina, representante dos povos indígenas no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, representante dos povos indígenas no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e interlocutora dos povos indígenas do Brasil junto à OEA e ONU.

A exclusão dos povos indígenas

AZELENE KAINGÁNG

Azeleno Kaingáng retomou a sua fala da mesa de abertura “De manhã eu iniciei uma fala sobre a questão da inserção dos povos indígenas nos programas de transferência de renda do governo. Eu sou representante dos povos indígenas no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e um dos grandes embates que está sendo travado no Consea diz respeito à inclusão dos povos indígenas, no Programa Bolsa Família que é um dos principais programas de transferência de renda

Para nós da população indígena brasileira é importante um programa como esse. Por quê? Por que os primeiros beneficiados são as crianças. Nós já temos crianças que recebem bolsa escola em algumas de nossas comunidades. Os argumentos contrários que nós ouvimos referem-se ao fato de ser uma violência à cultura indígena, que isto pode significar uma interferência nas culturas indígenas, por levar um benefício que não faz parte das suas culturas. Porém, quando um componente da pobreza como a fome, afeta a determinadas comunidades ou segmentos da população brasileira, não se trata de saber se vai violar a cultura ou não, porque não há violação maior de um direito e não há violação maior à auto-estima de uma mãe e de um pai, do que ver o seu filho morrendo de fome. Não há sensação de impotência maior do que vermos o nosso povo morrendo de fome por conta de uma burocracia criada por pessoas ou por governos ditos democráticos. É extremamente difícil convenceremos as pessoas de que queremos que os povos indígenas tenham a opção de aceitarem ou não o cartão da bolsa família. Os povos indígenas que estão, principalmente, fora da Amazônia brasileira, são povos extremamente carentes, que sofrem as pressões das grandes cidades, que sofrem a pressão das suas terras invadidas por fazendeiros e, que não tem outra opção, senão a de lançar mão de um benefício de governo como o programa bolsa família. Outra desculpa que ouvimos muito, é a de que não preenchemos os requisitos do cadastro único, que é uma condição prévia para ser inserido.

Eu, como representante dos povos indígenas e, a representante dos quilombolas, temos vivenciado verdadeiros massacres dentro do Consea, porque as pessoas acham que, além de não terem a responsabilidade, o cadastro deve ser único, mas se ele não é inclusivo, deve-se pensar em um outro instrumento que inclua as populações diferentes. Entretanto, não incluir, com a desculpa de que nós não preenchemos os requisitos do cadastro, é discriminação, é preconceito, é racismo. Quando você fala isso, as autoridades afirmam que o Brasil é uma democracia racial.

Os povos indígenas da Amazônia têm uma situação territorial razoável, pois devido ao difícil acesso a esses territórios conseguimos garantir que eles se mantivessem em tamanhos razoáveis, tanto que hoje os territórios que mais sofrem pressão para a redução são exatamente as terras indígenas localizadas na Amazônia brasileira, que têm uma biodiversidade preservada. A pressão externa é bastante grande, tanto por parte de madeireiros, garimpeiros e mineradoras, quanto internacional em cima das riquezas que estão localizadas em territórios indígenas.

O Estado brasileiro está usando hoje a questão da redução de territórios indígenas como a ameaça à soberania do país. Os argumentos do Estado brasileiro são em relação ao tamanho dos territórios indígenas, considerados grandes pelo Estado, mas eu não acho que nossas terras sejam grandes para um país que era 100% indígena e atualmente nós só temos 12%. Portanto, eu não acho que tenhamos muita terra, mas eu acho que o Brasil é grande o suficiente para abrigar todos os seus habitantes, todos seus diferentes, todas as suas cores, todas as suas raças, todas as suas etnias.

O que falta para o Brasil é uma definição de políticas que incluam realmente os diferentes, os historicamente excluídos, é uma reforma agrária bem feita. O conceito de Estado é um conceito bastante abstrato e homogêneo, é um conceito branco, é um conceito que não têm diferentes, onde não cabem os diferentes. O Estado brasileiro não consegue lidar com os seus diferentes, com a sua diversidade e com a sua multiculturalidade.

Questões recentes e polêmicas nos remetem às questões das décadas de 60 e 70 quando se ouvia falar muito em soberania, em ameaça à integridade territorial e hoje poucos de nós, enquanto povos indígenas têm esse entendimento. Para conseguir tentar manter minimamente os nossos territórios para garantir exatamente para as nossas crianças e para os nossos jovens, uma vida, uma infância e uma juventude tranqüila, precisamos entender o significado de soberania nacional.

Eu acho que criança tem que brincar, criança tem que se divertir. O conceito de criança nas nossas comunidades é bastante humano e temos medo das violações que sofrem as crianças, por exemplo, em Raposa Serra do Sol. Esses dias eu estava lendo um depoimento de uma criança de doze anos em que ela perguntava para o militar que passou dentro do seu território com uma arma, por que ele estava armado, já que em sua comunidade ninguém matava, ninguém era bandido. Então, violar esse conceito de humanidade, esse conceito de paz e de tranqüilidade das nossas comunidades por conta de conflitos e conceitos que não fazem parte das nossas culturas é bastante difícil. A violência, a situação dos povos indígenas do Sul e Sudeste do Brasil, a fome, a desnutrição e a morte, os territórios extremamente reduzidos e desgastados são muitos dos problemas que nós continuamos vivendo.

Atualmente, tem uma questão nova que estamos enfrentando nos nossos territórios no Sul: é a questão da plantação de transgênicos nos territórios indígenas. A falta de informação da população brasileira é bastante grande e as informações disponíveis são precárias. As políticas insuficientes e mal definidas como nas outras regiões do país, agravadas pelo problema da monocultura, gera um outro problema para nós no Sul que é o arrendamento ilegal das nossas terras que acaba gerando uma violência interna e disputas internas nas nossas comunidades, impossibilitando o movimento indígena de se organizar nessa região, além das interferências de órgãos de governo, das missões, de igrejas e religiões, serem ainda bastante grande. Então, não conseguimos nos organizar porque a interferência externa é muito grande nas nossas comunidades.

Como um exemplo da fome no Sudeste do Brasil, eu cito numa pesquisa da USP feita em uma comunidade Guarani de São Paulo, onde

de uma população de 3.000 índios, 65% estão em situação de pobreza e passam fome cotidianamente, sendo que 1.571 deles estão em situação de miséria absoluta com crianças com baixo peso, barrigas grandes e pele flácida, que são características de crianças desnutridas, homens em estado de fraqueza, sem condições físicas e emocionais para trabalhar a terra que em alguns estados nem existem. Acho importante apresentar esses dados porque a questão dos Guarani é bastante complicada do ponto de vista da situação territorial. A questão da diferença dos Guarani na garantia territorial é muito complicada porque eles perambulam muito por todo o litoral em busca da terra sem males, porque eles acreditam que além do oceano está a terra sem males onde corre leite e mel. Oxalá os parentes consigam encontrar esta terra.

Outro exemplo de fome no Sul do Brasil aconteceu na minha comunidade. Em 2001, no hospital de referência em Tapejara no Rio Grande do Sul, foram internados 232 índios com um quadro de desnutrição. Desses 43 eram mulheres na obstetrícia, 123 crianças de zero a seis anos e 66 crianças de sete a 14 anos. Neste mesmo ano, houve 23 óbitos de crianças por desnutrição. Dados recentes obtidos no relatório da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA indicam a desnutrição como sendo a sexta causa isolada de morte e, que associada à mortalidade por outras patologias como diarreia, desidratação e pneumonias fazem com que o obituario por desnutrição coincida com o causado por diarreia e pneumonias, chegando a 45% nos menores de um ano e a 75,8% nos menores de cinco anos, ou seja, os grandes atingidos são as nossas crianças. Sobre a educação, temos 45% dos indígenas maiores de 15 anos com até três anos de estudos, 37% completaram o ensino fundamental, 13% completaram o ensino médio e 2,7% frequentaram o terceiro grau, mas não chegaram a concluir. Nós temos hoje cerca de 4.000 indígenas nas universidades particulares no Brasil, que estão totalmente jogados à própria sorte porque não existe um programa de governo que garanta o acesso e a permanência desses indígenas nas universidades. Eu represento os povos indígenas no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e, nós recebemos uma denúncia de 72 estudantes indígenas da Região Sul do Brasil, pois a Funai e a universidade os fez assinarem um termo de compromisso, onde eles teriam que pagar 25% da mensalidade para poderem entrar na universidade. No entanto, eles não conseguem pagar, pois não têm as mínimas condições para se manterem nas universidades e não há um programa de governo que possibilite a eles a permanência nas universidades. Então 2,7% chegaram à universidade, mas nós não temos dados sobre quantos terminaram o curso superior.

Há dados recentes mostrando que 38% da população indígena vivem em situação de pobreza extrema e têm renda per capita abaixo de 1/4 do salário mínimo. Este dado foi necessário porque uma das condicionalidades para receber a bolsa família é a questão do salário. Então eu também tive que buscar este dado para poder comprovar mais uma vez para o governo brasileiro que as nossas comunidades precisam deste benefício, pois 64% de famílias indígenas que vivem nos territórios têm renda inferior a 1/4 de salário mínimo, ou seja, são as famílias indígenas que estão nas terras indígenas que estão em situação de dificuldade, o que comprova como os discursos são extremamente equivocados, porque as pessoas pensam que os índios que moram nas terras indígenas são aqueles que têm condição de tirar do

próprio território, da própria natureza a sua sobrevivência. Os nossos territórios, principalmente fora da Amazônia estão quase que totalmente degradados, não oferecendo nenhuma condição para garantir o nosso próprio sustento, a não ser com a formulação de políticas públicas muito específicas em cada uma das regiões, ou em cada uma das microrregiões por estado. Então, 2% dos indígenas que vivem em seus territórios estão em situação de pobreza extrema no Brasil. No Centro-Oeste, a pobreza indígena é quatro vezes maior do que a dos não indígenas, no Sul é três vezes maior e no Sudeste é o dobro.

Fatores que nós consideramos determinantes para a qualidade de vida para os povos indígenas são as terras demarcadas, homologadas, porque nós sabemos que nem sempre as pessoas que estão em territórios indígenas, pessoas não indígenas, estão lá porque elas quiseram estar lá, ou elas estão lá por má-fé. No Rio Grande do Sul, por exemplo, na década de 60, foi feita a reforma agrária nas terras indígenas e os colonos compraram títulos das terras. Muitos deles não sabiam que estavam comprando títulos de terras indígenas, então nós também temos esta consciência de que muitos dos que estão em territórios indígenas, principalmente, fora da Amazônia brasileira, com raras exceções como Mato Grosso do Sul e algumas partes do Nordeste, estão lá também porque não têm uma outra opção. Cabe ao Estado brasileiro indenizá-los por uma ocupação de boa-fé, reassentá-los e criar políticas de inclusão para eles. Quando retomamos o território onde está a minha família, que é um território tradicional Kaingáng, nós conseguimos criar uma comissão entre índios e agricultores para vir para Brasília pressionar para que os agricultores fossem reassentados.

Outros pontos importantes são o meio ambiente e os recursos naturais conservados ou preservados para que possamos minimamente repassar grande parte dos nossos conhecimentos tradicionais, que são estritamente ligados aos componentes da biodiversidade, ligados à questão da medicina tradicional dos povos indígenas. É extremamente importante para nós porque parte dos nossos referenciais de identidade estão ligados ao nosso conhecimento tradicional em relação às plantas medicinais.

Uma outra questão bastante séria, principalmente com os parentes do Nordeste brasileiro, além da perda da língua, da cultura, das tradições e de tudo aquilo que faz você se sentir uma pessoa humana, é a dignidade. Muitos parentes do Nordeste perderam inclusive a dignidade porque vão para as cidades e têm vergonha de dizer que são indígenas. Numa oficina que fizemos em parceria com o UNICEF no ano passado, em que trouxemos crianças, jovens e mães indígenas para a oficina, os depoimentos das crianças sobre este assunto foram extremamente emocionados. Contaram que quando vão para a escola não indígena eles têm que tirar os colares, as pulseiras, as pinturas do rosto para que eles não sejam discriminados e eles só usavam os adereços indígenas quando voltavam de novo para a comunidade indígena. Então eles falavam da necessidade, da importância de ter programas de fortalecimento das culturas indígenas, de resgate e do fortalecimento das culturas indígenas, porque o ponto de referência da identidade é a cultura e eles estão perdendo esse referencial exatamente por uma série de outras questões, começando pela questão da situação territorial dos povos indígenas. A segurança alimentar garantida também depende muito da situação das nossas terras, da regulamentação das nossas terras.

A relação entre saúde e doença, aparece como um dos grandes desafios na construção de uma política de saúde eficiente para os povos indígenas, conciliando os conhecimentos tradicionais, espirituais e os conhecimentos ligados aos componentes da biodiversidade com a medicina não indígena. Apresenta-se como um grande desafio disponibilizar um tipo de medicina para os povos indígenas, mas ao mesmo tempo respeitando aquilo que é mais sagrado para nós que são os nossos conhecimentos tradicionais. Nós temos problemas em alguns hospitais aonde, às vezes, o indígena morre porque ele vem para casa, porque ele se sente muito só no hospital, porque temos uma cultura de aonde vai um, vai todo mundo, vai a família toda. Se o hospital não deixar entrar, a família toda fica plantada na frente do hospital, porque acreditamos que um dos grandes causadores de doença é a tristeza, ou seja, um dos grandes agravantes para o doente é a tristeza e a solidão. Para as famílias indígenas é importante estarmos juntos em todos os lugares, vai a mãe, vai o pai, vai o filho, vão todos os filhos. Aliás, às vezes, tem um grande problema porque o cachorro vai também. Um grande amigo meu dizia, se você chegar numa aldeia, para medir o índice de desnutrição da aldeia, olhe para o cachorro, porque nenhuma criança indígena come sem dar comida para o cachorro. Então se você quer saber como estão as crianças indígenas você olha para o cachorrinho da família indígena e você vai ver como é que está todo mundo, pois se o cachorro está bem é porque está todo mundo bem.

Eu tenho sido muito criticada pelas minhas posições em relação aos programas de educação para os povos indígenas. Nós conquistamos o direito a termos uma educação intercultural, diferenciada, uma educação que contemple os saberes indígenas. Porém, ao longo de anos, fomos percebendo que essa educação não foi suficiente para nos qualificar, para fazermos a defesa dos nossos direitos, tanto que ano após ano, cresce assustadoramente, a violação dos direitos indígenas. Assim, nós começamos a questionar sobre o que está acontecendo. Será que esta conquista realmente ajudou a garantir direitos extremamente importantes para nós? A partir dessa constatação começamos a fazer uma reflexão sobre isso, porque nós não escrevemos muito, mas falamos muito. Somos povos que tradicionalmente transmitem todos os sentimentos através da oralidade. Portanto, passamos a nos perguntar o que estava errado na educação para os povos indígenas? É uma situação de fácil compreensão, porque quem pensa atualmente no Brasil, sobre a educação escolar indígena são pessoas não indígenas e, quando você pensa o diferente a partir de você, daquilo que é diferente para você, naturalmente você comete um equívoco. Cito um exemplo: se disserem para Maria Inês fazer um programa para as comunidades indígenas na área de educação, mostrando as diferenças, evidentemente que para ela o diferente é aquilo que é meu. A situação fica mais complexa quando se trata de pensar em uma educação que tenha como papel maior a questão da língua, a questão cultural que é uma questão que preservamos há 500 anos. Eu falo porque há mais de 500 anos que falamos no Brasil, portanto não há necessidade de se institucionalizar isso através de um currículo de escola e, quando você institucionaliza é bastante perigoso, porque você tira um papel coletivo, um papel que é da comunidade, da mãe, do pai, do avô, do tio, da tia, de toda a família, que é o de transmitir os seus conhecimentos tradicionais. Você tira o papel coletivo e o leva para um currículo escolar, o leva para dentro de uma instituição chamada escola, mas a escola

no Brasil não tem sido um modelo, não tem correspondido às expectativas e à demanda das nossas sociedades. Passamos também a questionar ainda mais, porque se me perguntarem o que é diferente, obviamente que o diferente para mim, é aquilo que é não diferente para vocês. O diferente é aquilo que eu quero aprender, porque eu moro, eu convivo com uma sociedade majoritária, a sociedade que aprova as leis, que forma os seus profissionais para os tribunais, as universidades, os hospitais etc. Em todos os lugares estão profissionais que não são da minha cultura, então é natural que eu queira aprender o que é da outra cultura, da cultura dominante para que possamos construir estratégias de enfrentamento. Então uma das questões essenciais reside na educação formal qualificada para termos técnicos indígenas qualificados.

Quando leio o artigo 231 da Constituição Brasileira, é uma das vezes em que eu me sinto orgulhosa de ser brasileira e de saber que existiram homens e mulheres brasileiras no Parlamento que pensaram na diferença dos povos indígenas. É bastante importante que sempre lembremos que, aos índios é reconhecida a sua organização social, os costumes, as línguas, as crenças e as tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Em 1988 quando a Constituição Brasileira foi homologada foi dado um prazo de cinco anos para regularizar toda a situação territorial dos povos indígenas. Hoje, 16 anos depois nada disso foi cumprido. Então as reivindicações dos povos indígenas residem na concretização das ações de inclusão, ações que reflitam o reconhecimento teórico da diferença. Nós não queremos nada mais além do cumprimento do que se escreveu e que não fomos nós que escrevemos, não fomos nós que aprovamos essas leis, foram homens e mulheres não indígenas que fizeram essas leis. O parágrafo primeiro do artigo 231 conceitua o que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios – são terras por eles habitadas em caráter permanente e as terras utilizadas para suas atividades produtivas -, terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias para a sua reprodução física e cultural segundo os seus usos, costumes e tradições. O cumprimento desse artigo garantirá que a diferença estará sendo contemplada, reconhecida e respeitada no nosso país.

Eu quero citar uma parte de um relatório de uma reunião da Assembleia da Organização dos Estados Americanos, que assinala que o respeito e a valorização da diversidade cultural contribuem para o dinamismo social e econômico e são fatores positivos para a promoção da governança, da coesão social e do desenvolvimento humano. A valorização da diversidade cultural para a inclusão dos povos indígenas em nossas sociedades revela-se um elemento indispensável para o contínuo fortalecimento da democracia e dos direitos humanos. Eu acho que usar contra os povos indígenas o argumento de que demarcar terra indígena, homologar terra indígena, garantir um lugar nesse país para os povos indígenas, é uma ameaça à soberania do país, é uma covardia. O relatório do PNUD registra que condicionar a consolidação das democracias, nos estados nacionais pela supressão do diferente já não é mais um argumento para que você não tenha ações específicas para esses povos, porque ao contrário, a consolidação das democracias tem que estar condicionada à aceitação das multiculturalidades dos estados nacionais e à promoção de ações inclusivas para os diferentes.

O relatório do UNICEF de 2003 indica que as crianças indígenas estão entre os grupos mais marginalizados e vulneráveis do mundo. Por que? Porque as crianças indígenas, assim como os adultos sofrem com as restrições de seus territórios, suas línguas e suas tradições culturais. Não permitir que uma criança aprenda sobre ela, sobre seus povos, sobre seus ancestrais, sobre aquilo que ela é desde antes de nascer, não permitir que uma criança conheça a sua história, saiba as suas origens, desconheça a referência de sua identidade e do seu pertencimento a uma sociedade diferente, identifica-se como uma das grandes violações dos direitos das crianças. As nossas crianças e os nossos jovens indígenas são motivos de uma grande preocupação. Temos que possibilitar que eles possam viver no presente, enquanto crianças e jovens, para que eles tenham a possibilidade de serem o futuro, porque se não pensarmos em ações específicas para eles, muito dificilmente eles serão o futuro do nosso país. Quero citar um grande amigo que diz: 'os grupos ou pessoas têm o direito de serem iguais quando a diferença os exclui e o direito de serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza', professor Boaventura Souza Santos, sociólogo português que tem contribuído muito para as nossas causas.

Quero encerrar dizendo que a população indígena brasileira é hoje de 734.127 pessoas, que corresponde a 0,42% da população brasileira. Faça uma pergunta: nós somos diferentes ou nós somos desiguais? Por que a nossa diferença cultural ao longo de décadas nos transformou em pessoas muito desiguais aos olhos do Estado e da sociedade brasileira? Voltando à questão da diversidade, por que não se contemplou, não se reconheceu a diversidade como algo rico no nosso país, como um patrimônio a ser preservado através de um diálogo multicultural que pense, que formule e que execute políticas que reflitam e que confirmem esse reconhecimento e esse respeito pela diversidade no nosso país? Muito obrigada".

COORDENADORA MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA

Agradecemos Azelene pela oportunidade de conhecermos um pouco mais de nós mesmos. Apresento o resumo do currículo de Vilma Maria Santos Reis. Socióloga, mestranda em Ciências Sociais, ativista do Movimento de Mulheres Negras, colaboradora de algumas organizações negras de Salvador como o Instituto Cultural Steve Biko, Programa de Direitos Humanos e Anti-Racismo e Coordenadora Executiva do Ceafro – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero.

PALESTRA V

A criança e o adolescente negros no trabalho infantil

VILMA MARIA SANTOS REIS

"Boa tarde para todas as mulheres e todos os homens que estão presentes aqui nesta sala. Vou tirar o meu casaco preto porque hoje é quarta-feira. Peço licença à todas as forças ancestrais, à todas as forças que não nos é possível ver neste momento. Peço licença, especialmente, pelo dia de hoje, peço licença ao nosso ancestral feminino lansã, senhora das nossas lutas, que honra as nossas quartas-feiras e nos ensinou a vestir vermelho. Nós pedimos licença à nossa força ancestral Xangô, divindade masculina da justiça, que junto com

lansã, sempre juntos, nos trouxeram até aqui para nos ensinar o que as sacerdotisas dos candomblés da Bahia, dos xangôs de Pernambuco, dos batuques do Rio Grande do Sul, das casas de mina do Maranhão, das congadas de Minas Gerais e de todos os outros lugares que falam do povo negro no Brasil, que nós fomos seqüestradas e seqüestrados de África e, que não tivemos sequer o direito de trazer a guia no pescoço.

O cineasta brasileiro Renato Barbieri em 1997 fez um filme chamado 'Atlântico negro na rota dos orixás' para falar da situação de quem aqui chegou. Nós fomos capazes de refazer o mundo no extremo ocidente, rompendo com a lógica de machos adultos, brancos e fortes no comando. Chegamos aqui sendo metade do país.

Eu moro na segunda maior cidade negra do planeta, eu venho de Salvador, sou do Ceafro, um programa universitário no campo da extensão universitária que é um dos lugares mais racializados da sociedade brasileira. A universidade brasileira, nos chamados cursos de alto prestígio, tem 3% de negros. Nós chegamos a essa sala sendo metade do país, chegamos a essa sala livres e com a liberdade sendo resultado do nosso protagonismo político e da nossa atuação, como sujeitas e sujeitos do processo histórico do nosso povo. Não devemos a nossa liberdade para nenhuma outra pessoa. Foram essas divindades e a dignidade das ialorixás sacerdotisas, mulheres que nos trouxeram até aqui, que cuidando dos orixás, dos inquices, dos voduns, de todo canto deste país, cuidaram fundamentalmente das nossas cabeças para que a gente agüentasse, até as brutalidades contemporâneas que a Rede Globo todo dia nos impõe como morte simbólica.

Esta conversa nossa de hoje à tarde vai ser uma conversa, claro que terá leveza, delicadeza porque faz parte de nossa cosmovisão, nós não arquitetamos a guerra contra o outro, faz parte da forma como nós estamos no mundo, mas nós não vamos falar de coisas fáceis, nós vamos estar aqui apresentando como que uma criança que não nasce nem racista, nem sexista, nem homofóbica, como ela é criada no Brasil.

Outro dia, a GNT transmitiu no Brasil um filme chamado Olhos azuis. Era a experiência de uma mulher branca que passou trinta anos para responder a uma criança branca porque assassinaram Luther King. Nós falamos do lugar de maioria, não queremos ser entendidos como minoria. Ficamos muito incomodados que neste país tenha tantas teses sobre nós, tantas dissertações sobre nós; incomodados muito porque em vários espaços onde nós nos movemos, nós não nos vemos, tem sempre um outro para falar de nós e por nós. Por isso, eu começo parabenizando-nos por estarmos neste Seminário onde é possível para uma indígena falar de indígenas, para uma negra falar de negros.

Salvador é a segunda maior cidade negra do planeta, nós estamos abaixo apenas de Lagos, a capital da Nigéria. Em Salvador 82% da população são negros e no maior shopping de Salvador somente 1% dos trabalhadores é negro. Isto mostra que a gente precisa conversar sobre branquitude.

Então esse Seminário em torno de direitos humanos e enfrentamento do trabalho infantil e garantia dos direitos das adolescentes e dos adolescentes que trabalham, passa fundamentalmente por discutimos de

que lugar nós falamos sobre direitos humanos e de que direitos humanos nós estamos falando. Até que ponto eu reconheço e eu incorporo diversidade e o sentido de um mundo multirracial, multifacetado e multicêntrico? Eu, por exemplo, me recuso a um mundo eurocentrado, eu quero falar de um lugar afrocentrado. Se a filosofia que orienta os direitos humanos trata de tese, antítese e síntese, olhando para a experiência do feminismo negro, por exemplo, que é uma fonte que nós queremos beber e estamos bebendo, nós incluímos um quarto elemento que se chama conflito, que pode ser positivo e negativo.

O convite para nós pensarmos sobre branquitude nos lembra uma frase de Milton Santos ao receber o título doutor 'Honoris Causas' na USP. Milton Santos, quando foi expulso do Brasil nos anos 60, vivenciou a experiência de ter uma cátedra na Sorbonne por conta do seu pensamento. Milton Santos disse naquele dia que o maior sonho de uma pessoa negra no Brasil é ser vista como pessoa comum.

Em 2001, Sueli Carneiro para a revista Caros Amigos, falou que entre direita e esquerda, eu sou é preta. Isso tem a ver, por exemplo, com os processos eleitorais no Brasil neste momento, onde cidades como Salvador, na hora da política, entre direita e esquerda nenhuma candidatura negra vinga, não há nenhum investimento nas candidaturas das mulheres negras para serem vereadoras. Entre direita e esquerda nós tivemos que nos sentar para escrever o documento sobre políticas públicas para inclusão e promoção da igualdade racial para o povo negro da cidade de Salvador. Documento feito a muitas mãos, a 27 mãos, Vanda Sá Barreto, Luisa Bairros, Samuel Vida e tantas outras pessoas que escreveram o documento que tem a ver com a pergunta de como criança cresce no Brasil. Uma criança branca cresce sabendo que ela pode chamar uma mulher negra de 50 anos: - heil venha cá, limpe aqui para mim, não tem um sentido de respeito; têm pessoas brancas que a primeira vez que se relacionam com uma pessoa negra é na universidade; crescem vitimizadas pela branquitude, crescem sabendo que no prédio dela tem duas entradas, uma entrada de serviço e uma entrada social e a entrada social é para as pessoas que se parecem com elas. É assim que as crianças crescem no Brasil.

As pessoas diziam que não tinha problema em Salvador porque na cidade, a maioria é negra. Quando saíram os relatórios no Brasil inteiro, o relatório do UNICEF no ano passado, foi possível observar que não era o caso de Salvador, era o caso do país inteiro, tanto o país tem o racismo do ponto de vista da ação pessoal, como o país é operado a partir do racismo institucional. O Estado é feito pelo viés, criticado por Sueli Carneiro nas políticas, em que as políticas são demonstrações desse fracasso coletivo de uma organização, em prover o serviço profissional e adequado às pessoas por conta da sua cor, cultura ou origem étnica. Esta é a sociedade que nós vivemos e que nós estamos expondo fundamentalmente as crianças. Eu cresci no Recôncavo que é uma região em que, basicamente, você não tem muito contato com brancos. Na minha infância, pelo menos, não tinha muito contato com pessoas diferentes de mim e depois, dos 13 anos em diante fui viver em Salvador.

Em Salvador nos últimos dez anos eu tenho pesquisado a ação da polícia em Salvador. Em Salvador mata-se em torno de quatro jovens negros por noite, 100 por mês e 1000 por ano. Estes dados estão publicados em um livro chamado 'A Outra Face da Moeda'. A

Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, convidando uma série de especialistas e pessoas dos movimentos para participar, concluiu que em Salvador o envolvimento da polícia nessas mortes é de 78%. Neste momento, Salvador vive uma grave situação porque nove crianças foram assassinadas num só lugar, numa só noite, em uma só vez em um bairro chamado Fazenda Cotos e as autoridades estão enlouquecidas tentando dar resposta na mídia, mas isto não tem nada a ver com coincidência. O Brasil desenvolveu um hábito de matar os negros e de matar os diferentes, pois é fácil nos matar, as pessoas crescem aprendendo, sendo treinadas que nós não valemos nada. Uma criança branca rica no Brasil é exposta a uma experiência extremamente violenta, cresce numa casa blindada, vai a uma escola blindada, anda em um carro blindado e depois vai para sua empresa blindada e a sua mente também está blindada para conviver com qualquer coisa que seja diferente dela.

Maria Aparecida Bento, no ano passado, junto com Irai Carone fez um livro chamado 'Psicologia Social do Racismo', tratando do branqueamento no Brasil e nesse livro a Cida Bento que é do Ceert em São Paulo, mostra historicamente de onde foi que o Brasil fez este projeto violento, este pacto violento, este pacto pela branquitude. O Brasil importa brancos desde 1818 e desde então começou a fazer políticas afirmativas para os brancos, mas parece que só está rolando esta conversa em razão da comunidade negra, ou seja, as políticas afirmativas criam conflito porque quebram privilégios.

O que tem de diferente no Brasil de 2001 para cá? De 2001 para cá entrou na agenda política do país, dos organismos internacionais, das agências da ONU a discussão sobre as disparidades raciais. Mas, lamentavelmente, chega às instâncias de planejamento, fiscalização das ações nos estados, mais por pressão externa do que por uma ética profissional, por uma compreensão, por um entendimento profundo, ou seja, vem mais como uma agenda provocada por esses organismos, provocada pela cooperação internacional, provocada pelo que antes parecia que era a agenda exclusiva do movimento de mulheres negras e do movimento negro. De 2001 para cá a partir da realização da terceira Conferência Mundial contra o Racismo, realizada na África do Sul pela ONU, que mobilizou o mundo inteiro, exceto os Estados Unidos e Israel que se retiraram da Conferência. A partir de 2001, a discussão não pôde mais sair da agenda política do país.

O movimento de mulheres negras, o movimento negro, ou seja, nós obrigamos este país a se pensar não na contemporaneidade, mas este país a pensar que desde 1533 até 1888, o Brasil seqüestrava da África cinco milhões de pessoas; cinco milhões que chegaram vivas ao Brasil, o número total foi de 10 milhões, metade morreu na travessia. É um debate do Brasil, é um debate profundo, cinco milhões de pessoas! Neste trajeto, este país se beneficiou durante 355 anos do trabalho, do nosso trabalho. Durante 355 anos e neste momento vivemos mais 116 anos de falsa abolição, de falsa emancipação negra. Quando nós paramos para pensar e a nossa proposta via o Ceafro, é que debatamos a questão do enfrentamento ao trabalho infantil doméstico, pensando neste legado, pois não tem como fazer o enfrentamento do trabalho infantil no Brasil sem pensar no legado escravista e na colonização. Além disso, você vive uma situação em que o país, por decisão de Rui Barbosa e de tantos outros pensantes do século 19, o Brasil incinerou toda a documentação sobre a escravidão negra, o que impossibilita hoje, dife-

rente da experiência judaica, pela via da comprovação documental, promover o debate legalista que deveria poder requerer desde o dia 14 de maio de 1888, a reparação por conta da exploração durante 355 anos. Além disso, o Brasil apostou fundamentalmente, a partir de 1818 quando chegou o primeiro grupo de alemães em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro para fazer a imigração e o processo de embranquecimento no país, o país apostou que nós iríamos acabar. O pacto está registrado, por exemplo, na obra da Lilian Schwartz, que é o espetáculo das raças que conta a história da inteligência intelectual brasileira de 1870 até 1930. Estamos falando de Oliveira Vianna; estamos falando de Nina Rodrigues, discípulo de Lombroso, aquele rapaz que recomendava medir os nossos crânios e dos indígenas para provar que nós éramos humanamente inferiores e, por isso dementes e, portanto, uma raça degenerada. Por isso, nós recusamos a denominação de mulato e de mulata, porque era a forma de descrever, era a forma de dizer que nós éramos como as mulas, duas coisas híbridas, duas coisas diferentes que se juntam, dois seres diferentes que se juntam e vai dar origem a um terceiro ser que não dará origem a mais nada. Essas teorias vão formar o grande caldo intelectual que é o freirianismo, materializado na Casa Grande e Senzala. A partir de 1933 vai formar boa parte do pensamento brasileiro sobre nós até os anos 70, porque nem a força do pensamento, da escola de sociologia da Universidade de São Paulo não deu conta dessa brutalidade racial acadêmica, do discurso do outro sobre nós, nem Florestan Fernandes, muito menos os seus discípulos como Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso que já em 1972 escreveram 'Cor e mobilidade social em Santa Catarina'. Fernando Henrique Cardoso foi Presidente da República por oito anos e não deu respostas a algo que ele conhecia profundamente.

Esta é uma discussão que não é de agora. Nós estamos debatendo o Brasil e o seu projeto de nação, pois o Brasil não é uma nação e muito menos, não é uma democracia racial. Este país nos treina para a autonegação. As políticas são feitas por pessoas que freqüentaram as mesmas escolas dos publicitários, os publicitários que nós lutamos durante muito tempo para humanizar as campanhas. As campanhas de enfrentamento ao trabalho infantil precisam ter o rosto das pessoas que fazem o trabalho infantil. Eles não entendem que botar anjinho e botar criança loura em uma campanha publicitária de enfrentamento do trabalho infantil não causa impacto para os negros. Seria semelhante ao Ministério da Saúde tentar conversar sobre DST/Aids com a comunidade negra e botar somente mulheres brancas; é como a campanha do câncer que só têm modelos louras. A gente não se vê na campanha e quando a gente não se vê na campanha, ela não conversa com a gente, e a gente acha que aquilo não é com a gente. Essas coisas têm a ver com um poema que um poeta chamado Landeunoler de Salvador, do Movimento Negro Unificado, fez em 1988, no centenário de protesto do povo negro contra aquilo que o governo tentou celebrar como o centenário da abolição. Landeunoler fez um poema em que dizia 'reaja à violência racial, beije sua preta em praça pública'. Estamos falando de um país onde as crianças negras, os homens negros, as mulheres negras, os jovens negros não se vêem em lugar nenhum. Às vezes, a gente não sabe porque um país precisa de uma revista Raça. Lembrando o que me parece que foi Inês que falava pela manhã, Frantz Fanon, pensador da Martinica que em 1952 teve a sua tese de doutoramento recusada

pela Universidade Francesa, escreveu um livro fundamental para o Brasil que se chama 'Pele negra máscaras brancas'.

Lembrando também aquela frase de manhã de que racismo é racismo, ou a sociedade é racista ou não é racista, às vezes, tem gente que pensa que o racismo dos Estados Unidos e da África do Sul são piores do que o do Brasil. Os Estados Unidos e a África do Sul não são piores do que Brasil. Racismo é racismo e racismo mata. Os meninos vão para os cemitérios e para as suas mães são decretadas mortes simbólicas, elas se tornam mortas vivas e elas vão em busca, por exemplo, das religiões fantásticas, elas enchem os templos eletrônicos, elas vão em lugares onde nós somos negadas e destruídas na nossa auto-estima todos os dias. Qualquer país que se respeita já teria tirado a TV Record do ar; nós temos que tirar a TV Record do ar, todas as vezes que eles desmoralizarem o legado de cinco milhões de pessoas que atravessaram o Atlântico e que conseguiram sobreviver, parindo com água acima da cintura, no porão do navio. É racismo e se o governo brasileiro continuar em silêncio em relação a essa televisão, nós teremos que buscar outros mecanismos, mas uma televisão não pode passar a noite inteira dizendo que candomblé é coisa do demônio, uma televisão não pode passar a noite inteira dizendo que as sacerdotisas, mulheres que comprometeram as suas vidas para chegar aqui e fazer com que hoje nós tenhamos o sentido e o direito à memória e à história, que elas são mãe de chiqueiro. É assim que nós somos tratados à noite toda na TV Record.

O Brasil é um país treinado para a branquitude e para o eurocentrismo. São pessoas que passam onze anos nas escolas e saem sem saber que a África é um continente com 53 países, onde segundo o último censo lingüístico da ONU, falam-se 2.019 idiomas e trata-se de uma população de aproximadamente um bilhão de pessoas. Por isso nós precisamos da lei 10.639 que institui o ensino da história e da cultura africana e afrobrasileira no ensino fundamental no Brasil. As crianças brancas têm o direito de saber algo mais além do seu próprio umbigo, e elas sabem sobre o umbigo muito mal. As crianças negras freqüentam escolas em que a disciplina com maior carga horária chama-se horário vago, as escolas funcionam no esquema muito parecido com os bantustões de 52 anos de apartheid na África do Sul. Nós não temos o direito de nos definirmos negras no censo. Somos chamadas de pardas e pretas. As pessoas, às vezes, que trabalham pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes não entendem porque tem que ter um campo no formulário de atendimento, especificando cor ou raça ou etnia. Depois de projetar o filme Olhos azuis, que é uma experiência, volto a dizer, de uma mulher branca tentando responder às crianças brancas porque que elas não devem ser treinadas para o racismo, nem para a homofobia, nem para o sexismo, uma educadora branca disse-me: 'nossa, mas como que ela não mediu as conseqüências do sofrimento de botar o colete em crianças brancas e tratá-las como diferentes, elas vão guardar este trauma para o resto da vida'. Esta moça é uma psicóloga e eu disse a ela: 'você acredita que crianças negras são expostas a esta experiência a vida inteira, enquanto que no filme as crianças brancas foram expostas a esta experiência somente um dia, sabendo que elas estavam seguras, que elas saíam da experiência, que elas andariam com o colete somente por um dia'. Uma pessoa negra vive com o colete, como nos diz Luiza Bairros, nós carregamos a marca, uma criança negra que vai ser um jovem negro, que vai ser uma mulher

negra, um homem negro, vivencia isso todos os dias da vida e a psicóloga estava preocupada com os resultados da experiência que a criança branca foi exposta somente um dia.

É por isso que nós estamos levando a cabo essas discussões porque nós insistimos em falar fora da zona de controle da casa grande. É muito importante seguirmos os ensinamentos de mulheres e sacerdotisas como mãe Aninha do Ilê Axé Opô Afonjá que nos ensinou em 1910, que para sermos doutoras e doutores aos pés de xangô, nós advogamos de um lugar da tradição em que a tradição não é algo parado, é algo em movimento e foi esta tradição que nos trouxe até aqui, pois somos maioria, não precisamos de representação de pessoas que vão falar em nosso nome sobre estas questões.

Vou passar agora alguns slides sobre o nosso trabalho no Ceafro. Aqui é o home page do Ceafro e o nosso compromisso institucional é o de 'enfrentar todas as formas de racismo e sexismo para promover a igualdade e a oportunidades entre negros e não negros e entre mulheres e homens por meios de ações de educação e profissionalização direcionadas à juventude negra, com foco na identidade racial e de gênero'.

Pensamos que é, importantíssimo, nós estarmos focando em três eixos: políticas públicas educacionais, políticas públicas de inclusão da juventude negra e políticas públicas de afirmação no ensino superior com mecanismos para entrar, para ficar e para sair. No projeto de políticas públicas nós desenvolvemos uma experiência chamada projeto Escola Plural, pois a diversidade está na sala de aula e a partir desse projeto nós pensamos em impactar a sociedade brasileira em relação à educação do povo negro, enfrentar o racismo no currículo escolar, responsabilizar os poderes públicos por políticas reparatórias e apoiar a definição de diretrizes curriculares para o ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira em sala de aula. Este instrumento que estamos fazendo em Salvador vai chegar primeiro às mãos de 4.000 professoras como um projeto piloto. Posteriormente será encaminhado para o MEC através de uma articulação com a Secretaria de Políticas de Diversidade para contribuir com a definição de uma política pública para o Brasil. O projeto Escola Plural tem a missão de contribuir para definição de políticas e nós estamos nos disponibilizando para conversar com os fóruns, as organizações e as instâncias em todo o Brasil sobre os motivos para fazer políticas específicas.

A experiência do Brasil pautou-se em torno de direitos humanos e em políticas universais. O Ministro do Supremo há uns anos atrás disse que não era a favor de políticas afirmativas porque era filho de faxineira no interior de São Paulo, e tinha se tornado Ministro do Supremo. Nós cuidamos de lembrar a ele que ele tinha algo chamado de capital simbólico da cor. É com este capital simbólico que, uma mulher branca pobre e uma mulher negra, também em situação de pobreza, procurando emprego em um restaurante e, em que pese que a negra, por várias situações de opressão sempre cozinhou, normalmente a empresa contrata a mulher branca. Então as políticas precisam ser específicas.

O projeto que nós desenvolvemos para o enfrentamento do trabalho infantil e pela garantia dos direitos das adolescentes trabalhadoras domésticas chama-se Ampliando Direitos e Horizontes e começou em 1999 em Salvador. Tem uma rede de articulação, mas fundamen-

almente começamos com o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas na Bahia. Envolve jovens de 16 a 18 anos. Até agora trabalhamos com 300 e vamos incluir mais 70. Nós acreditamos que filha de trabalhadora doméstica, por exemplo, tem muita habilidade para ser nutricionista ou engenheira de alimentos. Muitas destas adolescentes hoje estão participando em uma outra organização parceira nossa, Steve Biko e, diferente dos lugares de suas mães, elas estão tendo a oportunidade de sonhar e de ir para a universidade. Considerando a experiência no Brasil e tentando construir respostas a partir do local, nós criamos uma rede de equidade para uma política pública nacional que é a política de primeiro emprego, que é um consórcio da juventude tratando de cinco questões fundamentais: raça, gênero, pessoas portadoras de necessidades especiais, populações mais expostas ao DST/Aids e a interface campo/cidade numa aliança com o MOC e com outras organizações. Trouxemos este documento para Brasília e neste momento, com apoio, fundamentalmente do UNICEF, nós estamos, a partir de Salvador, pensando montar uma rede de empoderamento da juventude negra no espaço urbano, formando uma rede com mais 32 organizações.

Nós entendemos que devemos tratar ao mesmo tempo, gênero, raça e trabalho, porque as mulheres não são inicialmente, mulheres, depois são negras, depois são indígenas, depois moram no Sul do Brasil ou moram no Nordeste brasileiro. Elas não são, inicialmente, trabalhadoras para depois serem negras. Nós vivemos todas as identidades simultaneamente, e se vivemos essas identidades todas ao mesmo tempo, nós devemos em nossas abordagens, seja na Constituição e na proposição das políticas públicas ou nas abordagens pedagógicas, tratarmos disso também simultaneamente. Portanto, considerando as políticas para a equidade, instituímos desde 2001 uma rede de organizações que atuam no enfrentamento ao trabalho infantil doméstico e pela garantia das adolescentes trabalhadoras. Estamos promovendo uma formação junto à duas organizações: a Global Infância do Paraguai e o Circo de Todo Mundo de Belo Horizonte, para que estas instituições incorporem as dimensões de gênero e raça em suas abordagens pedagógicas e em suas proposições e ações. Estamos propondo que, nos âmbitos federal, estadual e municipal, a política para o enfrentamento ao trabalho infantil doméstico, o considere como uma das piores formas. Isto significa que nós estamos propondo a inclusão do trabalho infantil doméstico no PETI como uma dimensão política. Neste momento o Brasil não dispõe de nenhuma política de proteção ao trabalho infantil doméstico.

Estamos falando em simultaneidade das identidades e nos reportando a um conceito cunhado e apresentado na Conferência de Durban pela coalizão de mulheres negras das Américas e que foi levado à Conferência pela pensadora afro-americana Kimberly Crenshaw, onde ela utiliza o sentido de interseccionalidade para falar da simultaneidade dessas desigualdades, do enfrentamento e, também para a construção dos mecanismos do seu enfrentamento. A interseccionalidade busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela busca apresentar estratégias para tratar, especificamente, da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições relativas às mulheres, raças, etnias, classes e às outras identidades. Portanto, é importante que num espaço como esse, para além de estarmos pen-

sando o Brasil, possamos fundamentalmente estar pensando que este é um momento ímpar, porque do lado do governo, eu encontro muitas pessoas que eu confio, fundamentalmente por muitas delas se parecerem comigo. Espero que a gente tenha ainda um tempo para um debate. Muito obrigada”.

COORDENADORA **MARIA INÉS DA SILVA BARBOSA:**

“Eu gostaria de agradecer as contribuições que a Vilma Reis nos trouxe e que com certeza nos permitirão adensar o nosso debate, tocando de fato em feridas que ainda precisam ser curadas neste país, para que de fato a gente consiga trilhar o caminho da erradicação do trabalho infantil com recorte étnico, racial e de gênero. Eu passo a palavra a Ivete Keil. Antropóloga, consultora do UNICEF, especialista em questões sobre direitos humanos e violência há 20 anos e coordenadora de diversos estudos sobre a infância e a adolescência brasileiras. Atualmente coordena as pesquisas sobre ‘Participação de Adolescentes e Jovens no Enfrentamento da Exploração Sexual’ para o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e UNICEF e a ‘Análise de Experiências e Boas Práticas de Retirada de Crianças e Adolescentes do Trabalho no Lixo’ para o UNICEF e FNPETI”.

PALESTRA VI

Pobres e excluídos: duas figuras nacionais

IVETE LEOCÁDIA MANETZEDER KEIL

“Boa tarde. Eu quero começar dizendo que eu vou fazer um esforço para fazer a minha intervenção, porque fiquei muito emocionada com a fala da Azelene. A fala da Vilma, também foi uma fala forte, pois a questão do indígena como a do negro deve ser também uma questão do branco. Nós, brancos, também temos que tomar essas questões como nossas, para fazermos a superação das discriminações e das desigualdades neste país.

Ao mesmo tempo eu estou contente de estar participando deste Fórum e eu gostaria de agradecer a América pelo convite, porque eu entendo que o Fórum é um foco de resistência importante contra a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Eu também gostaria de agradecer por eu ter sido convidada a estar neste Seminário e estar participando com pessoas que estão aliadas na questão da violação dos direitos, lutando, se qualificando para a superação da exclusão.

A exclusão é o fio principal que trama a história da sociedade brasileira e, também a exclusão é o paradigma da sociedade brasileira, o mais contundente. É justamente neste tecido da exclusão que se naturaliza a própria exclusão da infância e que se permite a exploração do trabalho infantil. Estou me referindo a privação de direitos que é parte da tragédia social brasileira, das suas casualidades e das suas determinações. A invenção do Brasil se deu sobre o signo da destruição e da exclusão do outro. Acho que a Vilma e a Azelene têm razão quando trazem estas questões, porque a destruição começa com os portugueses, junto com os espanhóis e na mesma proporção. Não nos enganemos que o genocídio foi maior no México, onde foi praticado o maior genocídio que se tem notícias. No Brasil, instalaram no território conquistado terror e violência, depois trouxeram os negros na condição de escravos, arrancando-lhe quase todas as forças. Índios e negros lutaram contra a opressão que os excluía da mesa boa e justa, mais tarde, seguindo o desejo e os interesses da elite, o Brasil aboliu a escravidão e trouxe o trabalhador branco querendo ele vir ou não, porque nem todo o emigrante queria vir. Assim, prisioneiros foram arrancados das prisões, prostitutas foram arrancadas dos bordéis, vagabundos e bêbados foram arrancados dos seus delírios e misturados com outros brancos, também europeus, foram trazidos para cá como imigrantes. Muitos navios cruzaram os mares e aqui chegaram trazendo o conquistador português e junto com ele a morte física e cultural dos nativos, trazendo negros e junto com eles a dor da opressão, trazendo brancos pobres, oprimidos e desejosos de sua pátria. Se fosse outro conquistador e outro colonizador, as coisas teriam passado exatamente da mesma maneira. Tristes trópicos, disse um antropólogo francês em seu livro.

A história do Brasil é uma história de conquista e de colonização, é a história de uma sociedade que se modernizou sem superar as contradições, os conflitos e a desconcertante persistência das desigualdades que atam o país às suas raízes do passado, razão pela qual se pode dizer que em nosso país existe uma genealogia da exclusão, tendo como eixo o próprio mito de fundação do país. Nós sabemos que cada país, cada cidade, cada grupo tem seu mito de fundação e este mito de fundação é que define o destino de cada país, de cada cidade, de cada grupo. Pois bem, o herói mítico que funda o Brasil, materializado na figura do bandeirante é o herói que rapina, mata e exclui. É bom saber que o mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novas linguagens, novos valores, novas idéias para sempre aparecer. Isto significa que o mito de fundação do Brasil, este herói que rapina, que mata e que exclui, ainda hoje bloqueia toda a nossa percepção da realidade e nós temos uma dificuldade muito grande para lidar com ela.

Eu quero chamar a atenção que toda esta trajetória de exclusão que temos da história desses 500 anos de país é uma história que se funda no momento em que o português aporta pela primeira vez na terra que ele vai conquistar. Então, esta pesada herança faz do Brasil um país em que direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. Portanto, violências e exclusões da própria origem do Brasil, sob diferentes formas, continuam a atuar. Somos uma sociedade capaz de excluir e excluirmos. Paradoxalmente o espetáculo da exclusão, o grito dos excluídos nos incomoda e passamos a observá-los com medo de suas precariedades e de suas urgências.

O tema da exclusão em países como Brasil é extremamente importante e complexo. O que eu vou tratar na minha intervenção é um pequeno recorte de um mundo, insisto, absolutamente complexo. É a exclusão sobre o ponto de vista econômico, exclusão que envolve índios, negros e brancos, exclusão que envolve homens e mulheres, exclusão que envolve adultos, adolescentes e crianças, em proporções distintas. Ora, o enigma da pobreza e da exclusão econômica está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais.

Eu farei nesta intervenção três observações. Eu quero definir exclusão, eu quero apresentar uma zona, um esquema de delimitação social marcando a zona de exclusão, ou seja, como a sociedade brasileira se constitui e onde fica, de fato, a zona de exclusão e, eu quero fazer algumas considerações sobre trabalho, infância e exclusão. O fio vermelho de toda a minha fala será o fio

dos direitos, uma vez que qualquer exclusão, qualquer que ela seja é sempre violação de direitos.

Sobre a primeira observação, eu gostaria de marcar que a exclusão é resultado de relações de força. As relações humanas são relações de forças e de poder, ou seja, sempre as relações humanas são relações de poder. Convém chamar a atenção para o modo como o poder se instala na vida dos sujeitos, isto é, como ele se instala enquanto enunciado de tal informe exposto que todos exercem situação de poder e formulam propostas de efetivação de poder. Entretanto, nas situações concretas o discurso do grupo dominante estabelece um jogo de verdade determinando os espaços de cidadania, estabelecendo entre os grupos hierarquias, conflitos e acomodações, isto é, classificando os que são e os que não são cidadãos. Trata-se da desvalorização do outro e da naturalização da exclusão e da violação dos direitos.

Nós temos no Brasil uma naturalização da exclusão de tal ordem que nós não nos indignamos quando nós vemos crianças pedindo na sinaleira. Nós estamos perdendo a capacidade de nos indignarmos. Existe um aspecto subjetivo e um aspecto objetivo da exclusão. O aspecto subjetivo permite que a exclusão se materialize porque de alguma maneira e por várias razões há na sociedade brasileira um consentimento da exclusão. Quando nós estamos parando de nos indignar, quando nós não nos mobilizamos pela questão dos indígenas, dos negros e das crianças brancas ou dos adultos pobres, nós estamos consentindo com a exclusão, o mesmo acontecendo em relação à questão de gênero e outras tantas. Entre nós, a exclusão é consentida, portanto, ninguém é inocente, mas tal como o aspecto objetivo, o aspecto subjetivo da exclusão está obscurecido e nós quase não podemos ver que a exclusão é consentida. No jogo da exclusão o que se enxerga é o excluído e não, o que e quem o exclui e, o que é mais grave, toda a responsabilidade da exclusão, na sociedade brasileira, recai sobre o excluído. Eu disse que o paradigma mais contundente da sociedade brasileira é a exclusão. Eu considero extremamente importante para se poder avaliar o que é a exclusão, considerar que o processo de inclusão através do processo de exclusão, ou seja, é o processo de dobragem à questão da exclusão. Por que? Porque o excluído é excluído de um universo, mas ele é incluído num outro universo, se é excluído de um universo para ser incluído em um outro universo, trata-se, portanto de uma exclusão inclusiva, o indivíduo é excluído de um universo de referência e incluído em outro universo.

Veja-se o caso dos catadores de lixo. Eu trago o exemplo dos catadores de lixo porque é a exclusão mais paroxística na sociedade brasileira, pois os catadores de lixo estão no limite. Eles estão excluídos do mercado de trabalho formal e incluídos no mercado informal. O problema é que o processo de exclusão joga o excluído para territórios de pouco ou nenhum reconhecimento social. Esta é a grande questão do reconhecimento social. Os catadores de lixo não tendo reconhecimento social, embora façam um trabalho relevante do ponto de vista ambiental, são considerados o resto da sociedade, ou melhor, são sobras humanas sobrevivendo do lixo, do resto, do que não presta.

E, onde estão os incluídos? Os indivíduos que estão integrados na sociedade brasileira são sujeitos de direitos e se inscrevem, segundo

a noção de direitos, na cultura e no universo simbólico da sociedade. Os integrados se inscrevem em um ponto determinado de interseção que fica entre a legalidade e a cultura, a norma e as tradições, a experiência e o imaginário, circunscrevendo no modo como os dramas da existência são apreendidos, problematizados e julgados nas suas exigências, equidades e justiça.

Entretanto o território dos excluídos está localizado sempre entre a piedade e a repressão, são exclusões visíveis ou invisíveis, provisórias ou definitivas, assumidas ou não. Insisto em dizer que a história do Brasil é a história de movimentos de exclusão, desde simples conflitos passando por desagregações para chegar, não raras vezes, na morte social ou física. Nós podemos exemplificar com os assassinatos dos moradores de rua ocorridos recentemente em São Paulo, com o assassinato do índio Galdino em Brasília, como sendo situações emblemáticas de exclusão.

Todavia, é preciso que se tenha muito cuidado para lidar com o tema, com o conceito de exclusão, é preciso maior rigor. É preciso formular duas questões: o que é a exclusão? O excluído é excluído de qual o universo de referência? Identificar o espaço de referência no qual a exclusão ocorre, seja econômica, social, religiosa, étnica ou política, evita a formulação de um conceito diferenciado de exclusão. Um conceito diferenciado de exclusão é muito perigoso porque impossibilita o acesso ao problema central que evidentemente está situado em outro lugar. Portanto, a questão da exclusão não está no excluído, está antes dele.

O que eu quero insistir é que não existe exclusão no absoluto, a exclusão está sempre referida a um universo de inclusão e, um universo de inclusão parte da idéia de um contrato social orientado por regras de civilidade que implicam em reciprocidade e tipos específicos de socialidade. No território dos que estão integrados, existem tipos específicos de socialização baseados em direitos, razão pela qual se considera excluído, todo aquele que está fora do padrão material e simbólico reconhecido pela sociedade como referência de verdade. Porém, esse padrão material e simbólico tido como verdade, é pouco ou nunca questionado, pois a cultura ocidental construída sob o princípio de semelhança e o princípio de identidade expurga todo o diferente, o diferente aparece como uma outra figura, um afastamento.

Neste sentido um indivíduo muito pobre ou índio, ou negro ou qualquer outro com potencial de exclusão ou excluído, é visto como o inimigo do interior e, atenção, este inimigo do interior é o inimigo da sociedade dentro dela própria. É assim que eles são considerados e ocupam lugar ao mesmo tempo de inclusão e de repulsão, de pertencimento e de afastamento, de ruptura. Com efeito, o imaginário da sociedade brasileira a respeito dos pobres e dos excluídos é muito, muito, muito antigo. As razões de exclusão, os jogos do poder ficam invisíveis ao excluído, o excluído percebe, sofre os efeitos da exclusão, mas ele não consegue, geralmente, perceber os nós históricos que tramam toda a exclusão e esta é uma questão que deve ser refletida e aprofundada. É uma questão que tem que ser politizada, porquanto o coração do problema da exclusão não está lá onde estão os excluídos, mas onde geralmente não temos coragem de ir, esta falta de coragem de ir para dentro do coração da exclusão é muito terrível.

Atualmente a exclusão que toca o maior contingente de indivíduos, a meu ver, é a exclusão socioeconômica promovida pelo desemprego. Esta exclusão pelo desemprego é muito recente, pois a sociedade salarial que produz empregos e desempregos se organiza somente com a consolidação do capitalismo industrial e isto vai se dar na virada do século 19. A partir daí o trabalho assalariado passa a ser o eixo pelo qual a identidade é produzida. Nós produzimos a nossa identidade enquanto sociedade salarial em torno do emprego ou do desemprego. Neste período, quando se consolida o capitalismo industrial no Brasil, não ter uma carteira de trabalho é delito passível de prisão, é crime. É interessante porque a força desses discursos permanece até hoje ainda na memória dos pobres e em alguns setores da sociedade como um todo, tanto assim que eu fiquei surpresa quando eu soube, fazendo uma pesquisa com catadores de lixo em Porto Alegre que isso acontece com trabalhadores do setor informal. Os catadores de lixo em Porto Alegre fazem questão de ter uma carteira de trabalho, embora jamais a usem. O que representa para eles essa carteira? É uma herança desse período, é um signo moral de decência. Junto com a sociedade salarial, o Estado passa a ter compromissos sociais, permitindo a inclusão econômica, política e social dos trabalhadores, uma relativa inclusão, porque com ela surge o estado de bem-estar, ou seja, algumas garantias são dadas ao trabalhador. Essas garantias limitam o número de exclusões socioeconômicas. Aliás, nós podemos dizer que nesse período nós tínhamos marginalizações mais do que exclusões, propriamente ditas, ou seja, com o capitalismo industrial, no imaginário social e também no coletivo e individual, o trabalho assalariado como essência e condição passa a ser reconhecido como o principal meio de sobrevivência e de abundância, mas também passa a ter uma relação fundamental com a manutenção do laço e da coesão social.

No entanto, com o declínio da sociedade salarial temos dificuldade para fazer a identidade ao redor do eixo do trabalho, onde estávamos ancorados e acostumados, pois hoje temos o desmantelamento e as rupturas do laço social. O mundo capitalista se organiza ao redor da produção de serviços e bens com forte conteúdo tecnológico e científico dependente da gestão da informação e de estratégias do mercado muito mais oportunistas, do que o capitalismo industrial, desinteressando-se pelo estado de bem-estar e, o que é mais grave dispensando um enorme contingente de trabalhadores. E essa grande massa de desempregados não terá a possibilidade de voltar ao mercado de trabalho, são trabalhadores sem trabalho.

A história do Brasil ao longo de sua invenção passou do capitalismo mercantil, na época da conquista e da colonização para o capitalismo industrial, na virada do século 19 e do capitalismo industrial passa para uma nova fase, a fase do capitalismo pós-industrial, na virada do século 20. Com a nova fase do capitalismo pós-industrial se assiste ao declínio da sociedade salarial. O que significa isso? Significa uma corrosiva degradação do mercado de trabalho com a multiplicação dos empregos instáveis e um forte crescimento de desemprego de longa duração, mas também o enfraquecimento dos laços sociais que se mostram no declínio da solidariedade e no aumento da violência. O desemprego é violação de direitos, produz a exclusão socioeconômica que exclui da cidadania, pois na sociedade salarial, a ordem social na perspectiva da cidadania passa pelo emprego.

Trago novamente em cena o caso, o exemplo dos catadores de lixo para dizer que, inseridos no mercado informal são desprovidos de qualquer sistema público de proteção social, são pessoas que transitam em um mundo social que não existe do ponto de vista legal, só passando a existir quando se organizam, e felizmente eles estão se organizando. Aliás, índios existem na medida em que se organizam; negros existem na medida em que se organizam; pobres vão existir na medida em que se organizarem.

A segunda observação consiste em um esquema de delimitação do social. A vida social está constituída por três zonas, sendo uma zona de integração na qual se inserem aqueles que têm trabalho regular e suportes de socialidade fechados. Existe uma segunda zona que é uma zona de vulnerabilidade na qual estão aqueles que têm trabalho precário e laços relacionais estáveis e existe uma terceira zona chamada de exclusão, na qual alguns vulneráveis são jogados, como os catadores de lixo. Entretanto, essas duas zonas, vulnerabilidade e exclusão são na verdade duas zonas de ameaça e perigo que sempre estiveram presentes na história dos pobres. Essa delimitação do social não é nova, eu estou falando na perspectiva do trabalho, dos trabalhadores, do emprego e do desemprego, mas elas servem para os outros processos de exclusão. No contexto contemporâneo essa zona de vulnerabilidade aumenta aceleradamente, assim como também a zona de exclusão. A exclusão implica a desintegração das relações do indivíduo com o seu grupo e a sociedade. Nessa perspectiva se observa que a perda do emprego não produz apenas uma ruptura em relação ao salário, isto não é o mais grave, mas o mais grave é uma ruptura do laço social e isso significa a perda de pertencimento com o grupo social. A vulnerabilidade leva à exclusão, e uma exclusão leva a outra, são realidades concernentes à existência individual e coletiva. De um lado, se observam as diversas exclusões qualificadas no tempo e no espaço, exclusão étnica, exclusão de gênero, exclusão escolar, exclusão profissional, ou seja, a exclusão no singular como nós chamamos conceitualmente e, de outro, uma totalidade de exclusões, isto é, a exclusão social. Trata-se dos modos de exclusão diferentes e ao mesmo tempo de uma e mesma exclusão. Essas duas observações que tratei ao longo da minha intervenção, sobre o conceito de exclusão e sobre o esquema de delimitação do social me levam a uma constatação muito importante. Entretanto, antes de entrar nessa constatação muito importante e eu quero trazer para pensarmos, uma quarta zona, a zona de inclusão. O que é que é uma zona de inclusão? Quando nós estamos fazendo políticas compensatórias e determinados direcionamentos para que o excluído possa ser incluído, nós estamos em uma zona transitória e o grande desafio de se estar nessa zona transitória, ou seja, para que nossos trabalhos não se transformem em trabalhos assistencialistas, é colocar essa gente toda naquela primeira zona, ou seja, na zona de integração. Esse é o nosso desafio, não é possível que essas pessoas continuem na zona de exclusão, têm que entrar na zona de integração.

As sociedades produzem sensibilidades ou consciências para lidar com suas questões. São essas sensibilidades ou consciências que permitem que aceitemos que alguns seres humanos sejam excluídos e outros não; que aceitemos que alguns seres humanos tenham os seus direitos violados e outros não. Essas sensibilidades ou consciências construídas, ou seja, a maneira pela qual nós olhamos o

outro, é uma construção e, deve e pode ser rompida, pois é ela que naturaliza a intolerância em relação ao outro, ao diferente, assim como naturaliza a sua exclusão. Essas sensibilidades ou consciências que justamente contribuem para desfigurar a própria noção moderna de direitos formulada no registro da proteção garantida pelo Estado, que não é o ideal porque os direitos passando pelo Estado capitalista, que explora a força de trabalho e tudo mais, não é ainda o que nós queremos, mesmo assim essa consciência e sensibilidade desfiguram até essa noção de direito.

Então eu chego ao que eu havia prometido como finalização da minha fala e terceira observação. Quero trazer alguns pontos a respeito da infância e da adolescência na perspectiva da exclusão socioeconômica tendo como base as duas observações anteriores. É muito difícil falar de infância e adolescência na sociedade ocidental. Por quê? Porque a sensibilidade ou consciência em relação a essas idades varia no tempo e no espaço, mas também varia em relação às condições de realidade que elas vivem. A infância e a adolescência sofrem várias exclusões, sendo que a exclusão mais geral é a exclusão etária. Os adultos não reconhecem as crianças e os adolescentes na sua condição de ser histórico, político e cultural; os adultos não reconhecem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos.

A presença social dessas idades e sua conseqüente representação sempre corresponderam, equivocadamente, ao padrão de criança e adolescente produzido pelas elites, não contemplando, portanto as várias infâncias e adolescências oriundas dos diferentes segmentos sociais. O que de mais importante aparece nisso quando se define infância e adolescência é que pouco ou nada se pensa na presença da criança indígena, pouco ou nada se pensa na influência da escravidão para a criança e o adolescente afro-descendentes, pouco ou nada se pensa na criança e no adolescente descendentes dos que vieram da Europa, dos brancos europeus, como imigrantes, pobres e que continuam pobres, vulneráveis ou excluídos. Na sociedade brasileira os segmentos marginais ou excluídos tiveram e terão infâncias e adolescências distintas umas das outras, pois a criança e o adolescente não gozam uniformemente do mesmo valor, sendo que umas crianças e uns adolescentes valem mais do que outros. Tratar a criança ou o adolescente sem levar em conta a sua condição de vida, é dissimular ou negar sua significação social, é deixar de lado a desigualdade social que existe no Brasil. Assim não são apenas os adultos, os excluídos, as crianças e os adolescentes também o são, acumulando elas também várias exclusões: etária, étnica, econômica, de gênero, tendo, portanto essas crianças e esses adolescentes os seus direitos drasticamente violados.

Na perspectiva de analisar a criança e o adolescente pode se observar que historicamente foi produzido um discurso distinto para tratar daqueles que pertencem aos segmentos pobres da população brasileira e daqueles que pertencem aos segmentos economicamente mais favorecidos.

Aqui eu quero trazer dois pontos ligados ao trabalho. Na sociedade salarial, o eixo no qual se produzem as identidades, é o trabalho assalariado. O discurso sobre o trabalho fundamenta-se como discurso moral, ou seja, para moralizar a conduta dos pobres, as elites dissearam e os pobres interiorizaram esse discurso fundamentado em dois

patamares: em um patamar estão os bons e no outro, os maus. Os bons são os trabalhadores assalariados e os maus são aqueles que não tendo trabalho ameaçam a ordem capitalista nascente na virada do século 19. Esses discursos dirigem-se também às crianças e aos adolescentes. É muito interessante que mesmo nos jornais socialistas, vamos encontrar discursos absolutamente discriminatórios contra os pobres, independente de suas etnias. Os jornais diziam o seguinte: as crianças e os adolescentes que estavam inseridos no mercado informal de trabalho eram como uma malta de vagabundos que ocupa as ruas das cidades ameaçando a ordem e, mais, nesse período já se fala em extermínio dessa população, sendo que os jornais dizem que é preciso exterminá-los. As crianças e os adolescentes trabalhadores do mercado informal são considerados vadios neste período. Portanto, o que se discute não é a exploração do trabalho infantil ou do trabalho do adolescente, o que se produz neste período é o discurso do trabalho como forma moralizadora dos pobres. Trabalhar significa estar de acordo com a decência e a ordem. O que aconteceu neste período? O disciplinamento dos pobres para o trabalho e a exploração do trabalho infantil extrema, sobretudo pelas indústrias. Esses discursos sobre o trabalho foram interiorizados de tal modo pelos pobres que ainda hoje o trabalho da criança e do adolescente é visto pelos pobres e, grande parte da sociedade como valor moral protetor da delinqüência. O ditado 'é de pequenino que se torce o pepino' é grandemente utilizado para justificar o trabalho infantil, diferentemente da criança e do adolescente de classes médias altas ou ricas, que não precisam trabalhar. Os pobres têm que trabalhar para não se corromperem ou ficarem na marginalidade. Imbecil e tendencioso discurso presente até hoje em grande parte da sociedade brasileira.

O segundo ponto que eu quero observar, é que hoje se têm bons exemplos do avanço de políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil. Em 1995 cerca de nove milhões de crianças e adolescentes estavam sendo vítimas da exploração do trabalho e em 2001 este número foi reduzido para 5,5 milhões de crianças e adolescentes. Nós também não podemos esquecer que o Brasil tem uma das legislações mais avançadas, festejando os 14 anos do ECA. Entretanto, embora tenhamos tido todos esses avanços, ao peso da herança histórica da exclusão e da herança do trabalho como valor moral, somam-se as necessidades reais, e cada vez maiores, geradas pela exclusão econômica, constituindo este, a meu ver, um dos maiores desafios para as próprias políticas de erradicação do trabalho infantil, e ainda temos como desafio a própria superação da estagnação de alguns programas como o PETI. Refiro-me à sua metodologia, à deficiência das respostas em relação a demanda, aos valores defasados do auxílio bolsa e ainda aos seus limites que muitas vezes o transformam num programa meramente assistencialista.

Diante de tudo isto cabem algumas perguntas para finalizar. Quais as possibilidades reais de erradicação do trabalho infantil no modelo econômico vigente, ou seja, no capitalismo brasileiro? É aí que está o nó, é este o coração da exclusão socioeconômica do Brasil, é o capitalismo. Gostaria de concluir salientando a importância do FNPETI como o lugar privilegiado e foco de resistência, como uma reação ética, extremamente positiva e necessária contra os processos de exclusão e de exploração do trabalho das crianças e dos adolescentes. Pode-se pensar em integração so-

cial e conseqüentemente em integração escolar com os estrangulamentos específicos do atual contexto brasileiro, é viável a erradicação do trabalho infantil sem mudança da situação socioeconômica brasileira? Quais prioridades devem ser enfrentadas para responder aos atuais desafios da erradicação do trabalho infantil considerando as disparidades na perspectiva do gênero e da questão da etnia para a valorização da diversidade da criança e do adolescente brasileiros? Obrigada”.

COORDENADORA **MARIA INÉS DA SILVA BARBOSA:**

“Agradeço à Ivete pelas contribuições trazidas e que de fato apontam caminhos, instigam, propõem desafios que devemos estar lidando com eles nas oficinas. Vamos dar continuidade ao diálogo oportunizando questões dirigidas para Azelene, Vilma e Ivete. Cada intervenção terá 3 minutos e solicitamos que sejam questões diretas para cada uma das que compõem a mesa. Eu proponho ainda que façamos em blocos de cinco questões”.

PERGUNTA DE IVETE KEIL PARA AZELENE KAINGÁNG.

Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre a demarcação das terras indígenas. Quais são os impedimentos?

PERGUNTA DE IVETE KEIL PARA AZELENE KAINGÁNG E VILMA REIS.

A outra questão que eu gostaria que tu tocasses e também a Vilma é a seguinte: como fazer a integração do indígena e do negro sem que haja de fato uma integração na sociedade como um todo, que seja uma sociedade de índios, brancos e negros?

PERGUNTA DA CLÉIA DOS SANTOS MEDEIROS PARA VILMA REIS.

A Lei 10.639 já é de 2003. Neste país muita lei só é aprovada no papel. No seu entender a quem cabe a responsabilidade realmente de abraçar a causa para implantar a Lei 10.639 e como você visualiza no futuro a implementação desta lei?

PERGUNTA DE CLÉIA DOS SANTOS MEDEIROS PARA AZELENE KAINGÁNG.

Você fez uma explanação muito interessante mas, não citou a Funai e de acordo com as realidades dos povos indígenas a Funai vem sendo uma realidade há muito tempo. Qual o papel da Funai em relação a esta situação do povo indígena e o que ela tem feito? O povo indígena realmente confia na Funai? Como o povo indígena vê a Funai?

PERGUNTA DE MARIA CAROLINA COSTA MADEIRA PARA AZELENE KAINGÁNG.

Você falou das condições dos índios no Brasil hoje, da perda de territórios, dos valores culturais, da língua etc Eu queria saber qual é o conceito de ser índio hoje, pois acho que não é mais aquele conceito clássico de 500 anos atrás.

RESPOSTAS DE AZELENE KAINGÁNG. Poucas perguntas, mas complicadas. Primeiro para minha companheira de mesa. Sobre a questão da demarcação e a homologação das terras indígenas - o processo de legalização de terras indígenas é um pouco longo -, em um primeiro momento tem que haver um relatório de um grupo técnico, mais especialmente, um parecer de um antropólogo dizendo que determinado território é território tradicional indígena. Apresentado esse relatório, passa por um outro processo que significa o Ministé-

rio da Justiça emitir uma portaria declaratória reconhecendo a veracidade do relatório da equipe técnica e dizendo que reconhece o território como um território indígena. Depois passamos para o processo demarcatório que é um decreto assinado pelo Presidente da República que declara aquela terra como uma terra indígena, mas ainda tem um último passo que é o da homologação, que é a finalização de todo o processo de reconhecimento de um território indígena. Porém, é quase sempre nessa fase que o processo fica travado. Nós temos casos emblemáticos como Raposa Serra do Sol e outros territórios indígenas que estão aguardando há mais de cinco, seis anos os seus decretos de homologação. Na verdade o que impede atualmente a homologação de alguns territórios como Raposa Serra do Sol é falta de vontade política, é falta de compromisso, não só do executivo, mas do Estado brasileiro através do Judiciário, que pela primeira vez na história do Brasil remeteu uma homologação ao Supremo Tribunal Federal e perdemos, pois houve falta de vontade política do Estado brasileiro em reconhecer os direitos históricos dos povos indígenas sobre os territórios que tradicionalmente ocupam. Isto remete para uma discussão muito séria que está acontecendo em dois fóruns internacionais extremamente importantes, ou seja, a construção da declaração chamada Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas que aconteceu na ONU em Genebra, e um outro fórum da Organização dos Estados Americanos – OEA, onde está sendo construída a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e lá, são levadas ou foram levadas, pelo menos na última sessão da ONU em Genebra, onde eu era a única representante indígena do nosso país, discussões muito sérias, mas muito sérias que até beiram a irresponsabilidade por parte do Estado brasileiro. Na última reunião da ONU, um militar do Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República falando sobre direitos indígenas e sobre a soberania relacionada à questão de demarcação, homologação e garantia de terras indígenas no Brasil, falou sobre soberania nacional. O governo brasileiro resolveu adotar um discurso soberanista da década de 50, 60, 70 e levou para a ONU para negar um direito histórico dos povos indígenas. Isto é muito sério, foram momentos extremamente difíceis para mim, enquanto representante indígena ter que responder que o representante do Estado brasileiro fazia uma alegação criminosa, racista, preconceituosa, porque nenhum instrumento na ONU foi construído com tanto preconceito, com tanto racismo. Este processo me lembra a preparatória da Conferência Mundial do Racismo, pois o que impede a demarcação das terras indígenas, o processo de regularização fundiária das terras indígenas no Brasil é a falta de vontade política. Vocês devem estar acompanhando os discursos que os senadores e os deputados fazem no Congresso Nacional que beiram declarações irresponsáveis e criminosas. Eles estão dizendo: 'agora nós vamos ter que devolver o Brasil para os índios'. Isso é um absurdo, primeiro porque as terras indígenas não são nossas, elas são bens da União, são bens do povo brasileiro. Nós não temos os títulos das nossas terras, as terras indígenas são bens da União e nós só temos o usufruto exclusivo dessas terras. Eles nos emprestam para que usufruamos algo que foi nosso, mas nós não reclamamos disso porque nós não queremos ter um título de propriedade com conceito capitalista e excludente, com conceito de propriedade privada. Nós achamos que o usufruto exclusivo é o suficiente para garantir a sobrevivência nossa e das gerações futuras dos povos indígenas. Portanto, o nosso

principal problema é a falta de vontade política do Estado brasileiro em reconhecer este direito histórico dos povos indígenas.

Sobre a fala de Ivete em relação à integração: você me lembra um processo bastante doloroso que nós passamos com esta questão de integração. Você sabe que no Brasil nós temos a Lei 6.001, que é o Estatuto do Índio que tem como finalidade integração dos povos indígenas à sociedade nacional, ou seja, a integração do diferente na sociedade dominante. Você sabe o que significa integrar um indígena na sociedade nacional? É você torná-lo um pouquinho menos diferente, torná-lo um pouquinho mais igual, não tão diferente, mas nesse processo você acaba tornando ele um grande desigual na sociedade brasileira. Então integrar alguém na sociedade para nós tem um significado marcado pela discriminação. Eu entendo a forma como você coloca a integração, mas os povos indígenas não aceitam a integração proposta pelo governo brasileiro, pois é a negação da diferença. A integração no Brasil significa o seguinte: 'eu sou a Azelene, sou uma socióloga que domina perfeitamente os códigos dessa sociedade e então eu deixei de ser indígena'. Para os indígenas, a integração tem este conceito. Eu entendo sobre qual integração você se refere, ou seja, a inclusão social, a inclusão no exercício da cidadania indígena, da cidadania diferente. Nós temos um local para que a igualdade se materialize, nós temos um lugar onde a igualdade tem que se dar, que é no exercício da cidadania, que é no exercício do direito enquanto cidadãos negros, indígenas, ciganos, árabes, japoneses, mulheres. Então eu queria te dizer que a forma de se fazer isso é nos reconhecer realmente. É o Brasil, o Estado brasileiro se reconhecer enquanto estado multicultural e geral num diálogo multicultural e, a partir daí pensar, construir e executar políticas públicas que reconheçam, que reflitam e que traduzam esse reconhecimento e esse respeito.

Eu não citei a Funai, talvez porque a Funai tenha significado para mim esta tentativa de integração primeira na qual eu falei, porque ela foi criada (primeiro foi criado o Serviço de Proteção ao Índio), com o papel de nos integrar à sociedade nacional para deixarmos de ser diferentes, tanto que nós somos considerados pela Lei 6.001 povos transitórios, povos que haverão de desaparecer. A meta era esta, povos transitórios, povos que se tornassem iguais. Eu sempre digo que nós somos e nós éramos considerados inferiores. Eu quero relatar bem rapidamente para vocês, uma experiência que eu vivi na minha aldeia quando eu tinha sete ou oito anos. Era proibido falar o Kaingáng na escola, porque falar Kaingáng era muito feio, quem dava aula para nós eram freiras da Igreja Católica. Eu fui uma criança que tive o privilégio de ter vindo de uma família de líderes indígenas e eu aprendi que tudo que é meu é bonito, tudo que é meu eu tenho que explicitar, tudo que é meu eu tenho que exercitar. Quando eu fui para a escola, dentro da minha comunidade mesmo, me disseram que eu não poderia falar o Kaingáng e quando eu falava me colocavam de castigo atrás da porta, e quando me colocavam de castigo atrás da porta me liam um versículo da bíblia e me mandavam traduzir para o Kaingáng. Eu não entendia o motivo, pois eu estava de castigo porque estava falando Kaingáng, então por que eu haveria de traduzir um versículo da bíblia. Depois, obviamente eu fui entender que usavam aquilo que de mais sagrado tinha na minha cultura que era a minha língua para me dominar, para me dou-

trinar. A experiência de supressão das nossas culturas e de negação das nossas culturas não se limitou aos nossos territórios, não se limitaram às nossas casas. Quando eu ia para a escola eu era proibida de falar o Kaingáng, quando eu vinha para casa eu era proibida de falar o português. A Funai significou muito isso para mim e as pessoas que chefiaram as nossas terras ao longo de décadas, pertenceram ao Serviço de Proteção ao Índio que na sua essência era composto por militares, seguidores de Marechal Cândido Rondon e, depois pela Funai, que deu seqüência a esta questão da integração. Essas pessoas representaram muito isso para mim. A Funai significou a repressão cultural, a informação de que o que meu é feio, tanto que diversas gerações de indígenas não têm nomes indígenas e somente agora através do Warã – Instituto Indígena Brasileiro, a organização que eu presido, está mobilizando para que um grupo de lideranças indígenas tenha nos seus documentos os seus nomes indígenas, que a gente não conseguiu ter porque quando os nossos pais iam nos registrar o chefe do posto da Funai ou do SPI não deixava colocar nossos nomes indígenas porque eram considerados feios. Então, eu não acredito na Funai. Eu acho que a Funai é um órgão de governo que é resquício de uma época que a gente tem que esquecer e que o governo insiste em impor para a gente. Então eu não falo porque eu aprendi que aquilo que eu não gosto não existe para mim, e se não existe para mim eu não falo sobre isso. Eu não gosto do papel que a Funai exerce, porque ela representa para mim a mão do Estado dentro da minha comunidade, dentro da minha cultura, dentro da minha vida. O movimento indígena como um todo, hoje, tem esta posição de que nós que não somos reconhecidos pela Funai como uma instância de interlocução dos povos indígenas, nós somos o movimento indígena organizado, mas não somos reconhecidos pelos órgãos de governo, responsáveis por pensar, formular, executar política públicas para os povos indígenas como uma instância de interlocução dos nossos povos com o governo ou com o Estado brasileiro.

A perda de território, de valores, de línguas, não faz com que a gente deixe de ser índio, não faz com que a gente deixe de ser aquilo que a gente sempre foi desde antes de nascer. Então mesmo que uma criança indígena deixe de falar sua língua, mesmo que ela tenha saído do seu território, seja pela causa que for, ela não perde o seu valor maior de ser indígena e de pertencer a uma outra sociedade, a uma outra cultura. É isso que faz de nós indígenas, é isso que faz de nós diferentes e as nossas referências não são de 10, 20, 30, 100 anos, 300 anos, elas não começam com os portugueses, elas são milenares, históricas e ancestrais. Portanto, o que me faz pertencer a uma outra cultura e a um outro povo é exatamente isso, é o reconhecimento do meu povo em mim, de que eu represento uma parte ou o todo do meu povo, pessoas do meu povo, dos Kaingáng. Quando eles não me conhecem eles não me perguntam quem eu sou, eles perguntam de quem eu sou filha, eles perguntam de quem eu sou neta. As nossas referências de identidade são essas e não é a perda territorial e da língua e de parte dos nossos rituais que faz com que a gente deixe de ser indígena e ser indígena é ser o que a gente é desde sempre, ser diferente e ser reconhecido pelos nossos povos como parte, como eu falei, ou como o todo desse povo, porque quando falo como Kaingáng eu não estou falando de mim, eu estou falando do meu povo e aí entra uma outra discussão sobre a questão dos direitos coletivos de pertencer a culturas diferentes. Muito obrigada”.

RESPOSTAS DE VILMA REIS. Pensando na nossa atuação nos fóruns, nas várias instâncias, nas agências, nos organismos, no governo, já que o Brasil não tem políticas de Estado, lembrei de Bel Hooks, uma pensadora afroamericana, que diz que nos Estados Unidos têm 163 publicações negras, onde as pessoas negras se vêem em diversas formas, na diversidade que é o povo negro e Azelene traz isso com tanta força. Fico pensando na diversidade brasileira em que as pessoas não são filiadas a um único partido político, não pensam do mesmo jeito, não têm a mesma religião, não é todo mundo que se veste do mesmo jeito, nós pensamos diferente, estamos em organizações diferentes, atuamos de forma diferente, em lugares diferentes do Brasil e diferente dos povos indígenas, nós, a não ser no ambiente das comunidades de terreiro onde falamos banto, falamos iorubá, falamos quimbundo, somos metade do país falando português porque essa foi uma das formas mais violentas de negação da diferença e estratégias do colonizador de botar em lugares diferentes pessoas que pertenciam a um mesmo grupamento, a um mesmo grupo.

Então a palavra integração para nós, lverte, tem um custo tão grande, ela é muito dolorosa para nós, porque a palavra integração impede que as pessoas no Brasil pensem que eu e outras mulheres negras que se encontram aqui na platéia e Gisele Bündchen, sejamos vistas como possibilidades diferentes de beleza, sucesso, dignidade e inteligência e tantas outras coisas que nós somos. A palavra integração por mais que a gente tente desconstruir e construir com outra conotação, tem um sentido para nós, cujo custo é muito alto. Por isso que é tão naturalizado o trabalho para crianças negras e crianças indígenas, por isso é tão mais fácil achar que a maioria das crianças que está na zona urbana, catando lixo, em geral se pareça com outra população que está na carvoaria, no sisal ou no semi-árido baiano. A integração que poderia ser algo positivo tem o sentido de nos trazer para o mais profundo de nós que é a gente pensar porque que o Brasil não resolve o problema da terra, por exemplo, com os quilombolas e com os povos indígenas, pois os quilombolas não são sem-terra, os indígenas não são sem-terra, mas o Brasil não consegue resolver, porque se dividiu a terra no Brasil em 1850, 38 anos antes da abolição da escravatura, da escravização negra. Nós não conseguimos debater os nossos temas profundos, há uma agitação muito grande depois de meia hora de debates sobre essas idiossincrasias e provoca esses silêncios. É porque um grupo de pessoas, neste país, se pensa no plano do humano e pensa toda a outra parte do país, que é imensa em um outro lugar. Nós estamos tentando expor as nossas crianças, os jovens, as mulheres e os homens a um outro tipo de sociedade onde seja possível a gente falar de integração, mas neste momento o Brasil ainda não está em condições de falar em integração, mesmo as positivas. O Brasil não está ainda em condições, porque ainda hoje, o lugar historicamente reservado às mulheres negras é para fazer o trabalho braçal, o trabalho que não deve ser pago, o trabalho assumido pelas netas que assumiram o legado de suas mães, que assumiram o legado das avós, lugares que foram naturalizados. Lamentavelmente, quando uma pessoa cruza com a maioria das pessoas que está nesta mesa a primeira imagem delas não é de uma cientista, a primeira imagem delas não é de alguém que está pensando o Brasil, ela tem uma imagem congelada sobre nós e essa imagem é da trabalhadora doméstica, é da mulata, tipo exportação. Eu sei porque eu moro

em uma cidade turística onde para mim é muito difícil andar no Pelourinho. Eu vivo em uma cidade onde a população negra é maioria, o estupro padrão tem a imagem de um homem negro jovem, as pessoas seguram as suas bolsas na rua quando vêem uma criança negra e no contexto de Belém, nós que estamos fazendo um trabalho em Belém com o Cedeca-Emaus, nós sabemos o quanto as crianças indígenas ouvem que elas são sujas, são ignorantes, são produtos de algo que o Brasil tem que acabar.

Sobre o debate do enfrentamento do trabalho infantil, lamentavelmente, muitas dessas discussões não emergem junto com as discussões que são super importantes, às vezes ficam etéreas, como questões simples como o quesito no questionário, no formulário de atendimento das políticas que estão sendo feitas para o enfrentamento. A assistente social não entende porque que tem que ter um campo para responder sobre a cor da pessoa. Em um encontro de magistrados e promotores em Salvador que a America estava participando e outras pessoas, a gente participou de um grupo coordenado pelo juiz Eduardo Rezende de Melo. Estavam participando somente mulheres brancas, eram todas juízas, promotoras, advogadas, assistentes sociais, psicólogas e a gente perguntou se elas achavam que era legítimo ter um campo para perguntar o sexo, se ter este campo possibilita definir políticas públicas para reparar as iniquidades. Elas responderam que sim, eu perguntei então por que não pode ter um campo para verificar a incidência de anemia falciforme, de hipertensão arterial, para perceber que são os adolescentes e jovens de 15 a 24 anos que mais morrem da chamada morte violenta no país. As pessoas entenderam e foi incrível porque aquelas juízas, promotoras, advogadas, psicólogas e assistentes sociais, pessoas que estão no chamado sistema de garantia de direitos, compreenderam imediatamente porque tinha que ter um campo cor, raça, etnia no questionário de atendimento, porque ao analisar os dados dos questionários, você pode ver a reincidência, a repetição, o quadro estatístico de quem está sendo mais atingido por aquela iniquidade e você vai promover políticas específicas para alterar o quadro. Portanto, a palavra integração não serve neste momento para o tipo de embate que nós estamos fazendo com a sociedade brasileira, porque a sociedade brasileira lamentavelmente, a maioria das pessoas brancas é vítima da sua própria branquitude, elas crescem com complexo de superioridade, pessoas que se sentem melhores por causa da cor dos seus olhos e nós sabemos que também nós temos pessoas que se sentem melhor porque elas são heterossexuais, ou porque elas não são portadoras de necessidades especiais, ou porque elas pensam que não estão vulneráveis diante do fenômeno DST/Aids, ou porque elas não são acometidas pelas iniquidades provocadas pela pobreza, por morar na região do sisal na Bahia ou por viver nos *alfavilles* que têm em todas as capitais brasileiras, que são as imagens mais violentas da sociedade brasileira.

Eu queria falar rapidamente sobre a Lei 10.639. Nós crescemos numa sociedade onde crianças de todas as matrizes raciais nunca tiveram direito e o livro Banzo e Senzala, que foi para a sala de aula no Distrito Federal, é exemplo disso. O livro Banzo e Senzala mostra representantes da comunidade negra com face de animais - atual-

mente está correndo um processo contra os seus autores - estava a não sei quantos anos em sala de aula. O livro estava em todas as escolas do Distrito Federal e uma criança negra chegou em casa chorando e dizendo à sua mãe e ao seu pai que não iria mais à escola e a mãe quis saber o que aconteceu. O pai e a mãe foram à escola e descobriram que a escola adotou esse livro e todas as outras crianças riam dessa criança. Então, este lugar de não criança, onde criança negra é chamada de menor, de pivete, de trombadinha, de qualquer coisa, naturaliza o pensamento para não querer especificar as políticas. Nós vamos precisar criar um mecanismo nas Delegacias Regionais de Trabalhos para adentrar as casas, porque lá está a miséria da violência sexual contra as meninas trabalhadoras domésticas e a gente não pode entrar porque é o ambiente privado da casa. Nós vamos precisar criar mecanismos para desnaturalizar este lugar de criança negra e indígena, pois está naturalizado que elas podem trabalhar, pois nós não somos vistos no plano do humano, nós somos vistos como cidadãs e cidadãos de segunda categoria. Então, nossa prioridade passa, fundamentalmente, por inverter o imaginário, por você mexer com o imaginário da sociedade brasileira que naturalizou em 355 anos de escravização negra e de violação absoluta de direitos das comunidades indígenas desde 1500, de que nós não somos humanos.

Às vezes querem que todas nós sejamos filiadas ao PT, às vezes querem que todas nós sejamos feministas, mas nós vamos fazer os nossos próprios movimentos com a força e com as possibilidades que for possível ao nosso povo, foi assim que nós chegamos até aqui sendo metade do país, protagonizando a nossa própria história. O enfrentamento do trabalho infantil em suas faces mais cruéis passa por nós nos pensarmos em nossa prática profissional. Eu estou mesmo a fim de mexer com este imaginário e eu vou continuar, expondo para as minhas próprias crianças e adolescentes a brutalidade racial que é o Brasil.

No Brasil você não consegue mensurar o tanto que isso nos faz sofrer todos os dias. Nós somos uma população que, quando chega no balcão do shopping as pessoas nos oferecem o pior produto e essas mulheres, esses homens e esses jovens voltam para casa dilacerados. O policial nos tem como um marginal em potencial, as pessoas seguram as bolsas na rua quando nós passamos por perto e nós continuamos aqui de pé, mesmo dilacerados pelo racismo e falamos isso de um lugar que não é ser população

complexada, nós não falamos como vítima porque chegamos aqui, porque temos um poder para chegar até aqui. Chegamos até aqui por um lugar em que a sobrevivência das crianças e dos jovens, a sobrevivência das mulheres e dos homens negros é uma construção exclusiva da própria comunidade negra porque estamos aqui por nossa própria conta. Esta foi a fala de Steve Biko em 1977 na África do Sul e que para o Brasil continua vigente. E é isto que a gente quer alterar no imaginário de quem pensa política pública e de quem está no atendimento de crianças e adolescentes e é difícil pensar assim porque as pessoas foram afetadas na sua base cognitiva pelo racismo, pelo machismo e pela homofobia. Esta é uma sociedade anti-negro, anti-mulher, anti-homossexual, anti-gordo, mas é uma sociedade fundamentalmente anti-negro e nós somos metade do país, somos 80 milhões de pessoas, 45,3% segundo o Censo do IBGE de 2000. Você conversa com um gestor de política pública, você conversa com as pessoas e elas acham que você está lutando contra os brancos, não, a nossa luta não é contra as pessoas, a nossa luta é para mudar este país e isso é tarefa de todo mundo. Muito obrigada.

COORDENADORA **MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA.**

Nós estamos com o tempo determinado e as palestrantes gentilmente responderam às questões que lhes foram feitas. Eu passo a palavra para a Ivete fazer as suas considerações finais.

IVETE KEIL.

Eu quero citar um exemplo das questões raciais neste país. Eu estava em Belém entrevistando crianças para a pesquisa sobre crianças no lixo e eu perguntei para uma criança indígena em Belém, se ela era negra, branca ou índia e ela me disse que era negra. Então, eu acho que é muito significativo o que acontece em termos raciais neste país, os preconceitos disto e daquilo são também diferenciados por regiões e por níveis, mostrando que essa questão é muito grande. Eu vou terminar dizendo que eu estou convencida de que esta luta contra o racismo e as exclusões, discriminações, contra qualquer diferente, passa por mostrar que não existe diferença na verdade, porque nós somos todos diferentes. Então, se cada um de nós é diferente, qual o parâmetro para a gente se pensar igual. Então todos nós somos diferentes e é o maior equívoco do mundo pensarmos que possamos ter preconceito com o diferente, porque não existe o diferente, não existe parâmetro nesse sentido.

Plenária

30 DE SETEMBRO DE 2004

Na tarde de 30 de setembro de 2004, foram apresentados os resultados das quatro oficinas realizadas pela manhã. Sílvia Paula Vendramin Brunetti do Fórum Paulista de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil coordenou a apresentação dos resultados. A mesa para apresentação dos resultados foi constituída pelos quatro coordenadores (as) e relatores (as) das oficinas. Cada coordenador (a) da oficina informou sobre a metodologia utilizada, os avanços e as dificuldades e os relatores (as) indicaram as recomendações feitas para inclusão no Plano de Ação 2005 do FNPETI.

A seguir apresentam-se os resultados de cada Oficina, indicando os assuntos tratados, as referências dos coordenadores (as) e os resultados obtidos.

OFICINA I

A naturalização do trabalho infantil à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais

PEDRO AMÉRICO FURTADO DE OLIVEIRA

Relações Internacionais e Coordenador do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho / IPEC-OIT

As recomendações para incorporação no Plano de Ação 2005 do FNPETI indicadas pelos integrantes dessa Oficina foram as seguintes:

1. Que no cadastro de inclusão de crianças no PETI seja considerada a situação de trabalho de meninas e meninos retirados da exploração sexual comercial, de forma a contribuir para a consolidação de dados para o planejamento de atividades específicas sobre esse fenômeno, mas preservando a identidade dessas crianças.
2. Que a naturalização do trabalho infantil seja inserida nos indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano de uma região. Ou seja, quanto menos uma sociedade expressar sua aceitação ao trabalho infantil, maior indicador terá de qualidade de vida ou indicador de desenvolvimento humano.
3. Criação de uma campanha de formação da opinião pública para a desconstrução de mitos do trabalho. O slogan para a campanha sugerido foi “desconstruindo mitos”.

OFICINA II

Educação política e relações de poder: qualificação do professor e do monitor à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

IVETE LEOCÁDIA MANETZEDER KEIL

Antropóloga, consultora do UNICEF e do FNPETI, especialista em questões sobre direitos humanos e violência há 20 anos e coordenadora de diversos estudos sobre a infância e a adolescência brasileiras.

Os participantes da Oficina II fizeram as seguintes recomendações para o Plano de Ação 2005 do FNPETI:

1. Constituir uma comissão multidisciplinar permanente de educação para compor a coordenação nacional do PETI com as seguintes atribuições: (i) assegurar formas de diálogo com o FNPETI; (ii) criar mecanismos de diálogo permanente com as regiões; (iii) construir orientações para elaboração de projetos político-pedagógicos para o PETI articulando todos os espaços de educação formal e não formal; (iv) considerar na elaboração do projeto as diversidades étnicas, culturais e de gênero; e (v) considerar os saberes dos monitores, dos professores e dos educandos.
2. Traçar uma estratégia de comunicação entre os atores do PETI.
3. Garantir espaços de formação política dos gerentes do PETI, dos professores e dos educadores.

4. Assegurar mecanismos de integração das equipes de educadores dos espaços formais e não-formais que atuam na rede PETI.

OFICINA III

O papel das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil para redução das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

COORDENADORA: MÁRCIA GUEDES VIEIRA

Assistente Social, técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e militante da área da infância há 17 anos.

As recomendações sugeridas pelos integrantes da Oficina III foram as seguintes:

1. Fortalecimento e capacitação das Comissões Estaduais e Municipais do PETI para o exercício pleno do seu papel propositivo e consultivo.
2. Condução pelas Comissões Estaduais e Municipais do PETI da interlocução com as políticas públicas de educação e saúde, para que as questões de gênero e étnico-raciais sejam contempladas na totalidade de suas ações.
3. Gestões pelas Comissões do PETI junto aos executores para que as atividades da jornada ampliada tenham uma proposta pedagógica e que os conteúdos programáticos contemplem a diversidade e busquem o aumento da auto-estima das crianças e dos adolescentes, valorizando suas ascendências e culturas.

OFICINA IV

A articulação do Sistema de Garantia de Direitos e as disparidades de gênero e étnico-raciais

WANDERLINO NOGUEIRA NETO

Promotor de Justiça aposentado e consultor da Associação Nacional dos Centros de Defesa – Anced, do Unicef e da SEDH.

Os participantes da Oficina IV apresentaram as seguintes recomendações:

1. Fortalecer o foco do trabalho infantil doméstico, considerado um espaço de iniquidade de gênero e de raça.
2. Promover a intersectorialidade das ações das políticas especiais estratégicas de promoção de direitos humanos e de promoção da igualdade racial e das políticas para as mulheres, com as políticas básicas de educação, saúde, trabalho e assistência social, considerando-se geralmente a ausência de órgãos gestores específicos das políticas especiais estratégicas citadas (direitos humanos, gênero e raça/etnia), bem como de espaços de articulação das mesmas.
3. Alterar a postura de alguns operadores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, em favor do trabalho in-

fantil decorrente do desconhecimento da legislação vigente e, que os leva a atuarem, fomentando esta atividade ilegal.

Após a apresentação dos resultados das quatro oficinas, Isa Maria de Oliveira informou que as recomendações seriam analisadas e aprovadas na próxima plenária do FNPETI, espaço privilegiado para a tomada de decisões e, em particular, aprovar o Plano de Ação 2005 do FNPETI.

Depois de finalizada a apresentação dos trabalhos de grupo, Silvia Brunetti convidou Pollyanna Sousa Costa do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil do Piauí para coordenar as exposições a serem feitas por Guilherme Canela da Agência Nacional dos Direitos da Infância - ANDI e Pedro Américo Furtado de Oliveira da OIT. Pollyanna Sousa Costa apresentou o currículo resumido de Guilherme Canela, indicando que ele era o coordenador de relações acadêmicas da ANDI e que ele apresentaria os resultados da pesquisa feita sobre Trabalho infantil e gênero: um estudo de mídia do Mercosul e o currículo também resumido de Pedro Américo Furtado de Oliveira da OIT, que apresentaria os resultados de um outro estudo feito pela OIT denominado Integrando o gênero nas ações contra o trabalho infantil.

A seguir a coordenadora Pollyanna Sousa Costa convidou Guilherme Canela da ANDI para apresentar o estudo Trabalho infantil e gênero: um estudo da mídia no Mercosul.

Guilherme Canela iniciou a apresentação dos resultados do estudo cumprimentando a todos. *"Eu ressalto o agradecimento ao convite feito pelo Fórum Nacional para que a ANDI apresentasse este trabalho. Eu queria antes de tudo dizer que esse trabalho se deve muito à persistência do Pedro Américo, porque a ANDI tinha um grande medo de realizá-lo, porque realmente é um trabalho muito difícil de fazer. Quando você tem uma quantidade exígua de informações sobre quaisquer que sejam as áreas do conhecimento, realizar uma pesquisa sobre a interseção como foi proposta, é tirar leite de pedra. Foi isso que a ANDI tentou fazer nesses cinco países que foram analisados para esta pesquisa. Este trabalho foi patrocinado pela OIT, mas também contou com a colaboração do UNICEF em todos os países onde tivemos que coletar o material necessário para a realização da pesquisa. Eu ainda gostaria de anunciar que a publicação do trabalho será lançada em 9 de novembro, com a participação do responsável geral pelo IPEC Internacional. Também haverá um site, discutindo as questões do trabalho infantil e gênero e que já está praticamente pronto e será lançado no intuito de fortalecer as discussões e a informação sobre essa temática. Eu vou dar uma breve informação geral do que vocês vão encontrar neste estudo que poderá interessar a vocês em outros momentos. Este foi um trabalho conjunto da professora Regina Festa, meu e da equipe de pesquisadores. O trabalho também traz uma série de estatísticas, dados e discussões sobre a questão do trabalho infantil em si e sobre as políticas públicas relacionadas às questões de trabalho infantil e de gênero. Também tem uma sessão muito interessante sobre os diferentes conceitos que são necessários para se adentrar no campo de gênero, que é um pouco a espinha dorsal da discussão, que não é uma questão tão fácil, pois os trabalhos de gênero são históricos e são de uma área do conhecimento importante que tem uma série de nuances e terminologias que precisam ser discu-*

tidas e estão neste documento que vai ser publicado dentro em breve. Além disso, há uma discussão sobre os outros meios de comunicação, ou seja, esse trabalho tinha a iniciativa inicial de discutir não só o jornalismo impresso (que é o que eu vou apresentar para vocês), mas outros meios de comunicação. O trabalho traz também uma pesquisa bibliográfica indicando as principais obras encontradas, que não são tantas, que discutem este tema e traz informação de como foi realizada essa pesquisa. Outra informação importante é que, as principais bases de dados da região - sendo uma delas, a base de dados da Universidade de São Paulo -, não têm dados sobre a interseção entre trabalho infantil, mídia e gênero. Portanto, não só a mídia noticiosa não discute estas questões, mas a própria produção de conhecimento na academia falha ao avançar de forma limitada nessas discussões num período de uma década. Tem ainda os resultados de uma pesquisa das principais legislações dos países que abordam esta interseção. A pesquisa propunha avaliar a relação entre mídia, trabalho infantil e gênero como primeira premissa importante. A ANDI estava no momento da pesquisa trabalhando na publicação, que muitos de vocês devem conhecer, chamada de Crianças invisíveis, que é uma tentativa de se relacionar as questões dos meios de comunicação com as questões do trabalho infantil em geral e o trabalho infantil doméstico em particular. A outra premissa importante com a qual a ANDI trabalha não é só ver se as matérias estão tratando do assunto ou não, mas porque a mídia tem um papel importante nesta discussão. A premissa teórica, portanto, é que a mídia define a agenda pública das discussões sobre esses temas, a mídia pauta a agenda dos "decisions makers". Discutir as questões de gênero tem a ver com entender essas questões como estruturantes das outras discussões, ou seja, antes do trabalho infantil, antes da mídia. Essas discussões e a forma como elas foram construídas pelos teóricos e teóricas que trabalham com as questões de gênero, são interessantes para entender as questões de mídia e as questões de trabalho infantil. A importância dessa discussão tem uma dimensão pública, principalmente através dos meios massivos de comunicação, que é instrumentalizar a opinião pública para entender essas questões, ou seja, a população tem vários mitos em relação ao trabalho infantil, a população tem preconceitos em relação à perspectiva de gênero. Essa construção cultural das diferentes populações acerca dessas temáticas, evidentemente que, está correlacionada aos instrumentos de socialização que a sociedade dispõe, e um dos mais importantes são os meios de comunicação, que não são únicos, nem não são definidores e definitivos. A dimensão pública de formação da opinião pública é importante. Outra dimensão tão importante quanto os meios de comunicação, refere-se a efetiva participação da sociedade na pauta das discussões públicas e políticas.

Então entrando na pesquisa mesmo. O que a gente olhou? A gente olhou sete revistas semanais de maior circulação nestes países e como nenhuma delas trouxe matérias, as revistas ficaram de fora. Depois nos 17 mais importantes jornais dos países do Mercosul e do Chile, foram encontradas 58 matérias, ao longo do segundo semestre de 2002. É importante dizer que a gente trabalhou com mídia noticiosa, é evidente que se você olhar para a mídia de entretenimento, as novelas, por exemplo, você pode encontrar a relação. Depois a gente partiu para uma análise de conteúdo, que é uma análise de quantificação de como essas matérias aparecem e uma análise de

discurso. Existem vários eixos de discussão em que você pode retirar a relação entre trabalho infantil e gênero. Entendendo que todas elas têm a sua relevância, a pesquisa procurou demonstrar como elas atuam, ou seja, como nós podemos discutir todos esses temas e a relevância deles. A análise de conteúdo das matérias procurou identificar o tema principal das matérias e a identificação socioeconômica, geográfica e étnica dos atores envolvidos com o trabalho infantil. Enfim, outras questões, causas, soluções, conseqüências, legislação, muito parecidas ou servindo de base, a partir do fundamentado na publicação comoltados de "Crianças Invisíveis". Depois se consideraram as questões de gênero, ou seja, se havia a percepção por parte do jornalista de que determinado trabalho interfere de maneira diferenciada para os meninos e meninas. Isso era a perspectiva do questionário, evidentemente, que não achamos nada disso nas matérias porque efetivamente elas não discutem, não separam, pois para elas só existem crianças, não existem meninos e meninas. Depois foram tratadas as questões jornalísticas, ou seja, quem são os jornalistas que fizeram as matérias, como eram as fontes etc. A análise de discurso foi necessária porque a quantidade de material era muito pequena, pois normalmente a ANDI trabalha com análise de conteúdo. Partindo da relação do sexo, por exemplo, você vê que as matérias um pouco melhores trazem perspectiva de gênero e são matérias escritas por repórteres mulheres, pois as matérias escritas por repórteres homens não têm esta perspectiva.

Na região pesquisada nos países que integram o Mercosul e no Chile, as diferenças de gênero permanecem de forma muito intensa, mostrando que os homens ganham mais, sendo o menor percentual de 1,94 vezes, no Uruguai. Efetivamente, há um problema de gênero e esses países têm um dado interessante, por exemplo, o índice de desenvolvimento humano ajustado para gênero, para esses países, é muito semelhante ao próprio IDH. No nosso caso é ruim em geral, mas não há uma discriminação nesse ponto de vista em relação a mulher, é ruim para o homem, é ruim para a mulher também, mas se você considera o IDH dos países islâmicos, ajustado para gênero, eles caem para o final da fila, porque esses países têm graves problemas de gênero. Os dados apresentados provavelmente não estão corretos, mas um dos pontos que a gente coloca nessa pesquisa é que há uma dificuldade enorme de se conseguir os dados exatos sobre uma série de questões que foram pesquisadas. Uma delas é a própria porcentagem de crianças, de meninos e meninas trabalhadoras. No Chile você tem um número que não é zero, mas na tabela aparece zero porque é tão baixo em relação à população, que não é mensurado o trabalho infantil. Se esse dado estiver correto, efetivamente o trabalho infantil não é um problema na sociedade chilena. Houve no passado um escândalo de exploração e abuso sexual no Chile envolvendo uma série de pessoas importantes da sociedade, então, disparou esse tipo de matéria nos meios de comunicação, porque passou a interessar assuntos que eles não tinham discutido. Enfim a mídia tem a ver com o contexto da realidade local.

Sobre as publicações, eu vou só dar os principais dados, ou seja, nas matérias analisadas, o Brasil é o país que mais publicou matérias sobre trabalho infantil no período e, nos principais jornais em todas as regiões e estados brasileiros. No entanto, só a partir da grande mídia foi possível fazer uma comparação com os outros países. O fato é

que em 58 matérias desses países num período de seis meses não há existência de cobertura sobre o trabalho infantil na grande mídia. A questão de gênero apresenta uma porcentagem baixíssima, pois só duas matérias dimensionaram explicitamente. O trabalho principal apontado é o trabalho fora de casa, no espaço público, então o trabalho infantil doméstico naquele momento não aparecia nessa discussão e o que aparecia muito era a discussão do trabalho infantil no espaço público, portanto, com um foco muito forte nos meninos. A mídia entende basicamente que há uma causa relacionada à pobreza, à fome, à miséria e ao desemprego para a existência do trabalho infantil. A questão da linguagem é uma questão importante, ou seja, no texto está citada uma discussão importante para os pensadores sobre a perspectiva de gênero e vocês vão encontrar isso em todas as publicações das Nações Unidas. Há uma preocupação com o uso da linguagem, a fim da mesma ser inclusiva. Nos títulos das matérias são sempre as crianças. Na publicação tem uma discussão importante que é a seguinte: quando a gente tiver igualdade de fato entre homens e mulheres nos indicadores sociais, a gente poderá parar de se preocupar com essas questões semânticas e de gramática, mas enquanto as meninas e as mulheres tiverem diferenças efetivas como têm em relação aos homens, a gente precisa dizer que não são crianças em geral, são meninos e meninas, que no caso do trabalho infantil doméstico são meninas, que no caso da exploração sexual são mais meninas, que no caso do tráfico e plantio de drogas, são meninos. Na mídia, não há essa diferenciação, pois é sempre a infância, as crianças e com isso você vai minando a discussão de gênero que tem a ver com essa diferenciação. Os dados do Censo indicam que existem cerca de 500.000 crianças trabalhando apenas no setor doméstico. O jornalista não indica que são, prioritariamente, cerca de 500.000 meninas, não se consegue trazer a discussão para o foco que ela tem que ser colocada, ou seja, incluir a questão de gênero na discussão. Dos quatro processos em relação ao tráfico de seres humanos a que tivemos acesso, as vítimas eram mulheres, crianças e adolescentes, portanto, a mulher adulta, a vítima era mulher, mas a criança e o adolescente não tinham sexo, então, esse é um problema de discussão de gênero relacionado a essa abordagem pelos meios noticiosos sobre o trabalho Infantil. Muito obrigado".

A seguir, Pollyanna Sousa Costa agradeceu a apresentação de Guilherme Canela, dizendo que "aguardava a publicação do estudo, porque com certeza subsidiará as nossas ações. A mídia tem um papel fundamental e a gente entende cada dia mais isso enquanto ator, encarregado de toda essa luta pela erradicação do trabalho infantil. Acredito que seja melhor a gente passar para a palestra seguinte do Pedro Américo que vai apresentar o resumo do estudo Integrando o gênero nas ações contra o trabalho infantil".

Pedro Américo Furtado de Oliveira iniciou sua exposição agradecendo a fala do Guilherme Canela. "Eu quero ressaltar que quem deveria estar aqui, apresentando o estudo, seria a nossa colega responsável por toda essa temática junto ao IPEC de Genebra, Anita Amorim. A publicação que vocês estão recebendo não é teórica, nem acadêmica, nem conceitual, mas um guia prático considerando todas essas discussões teóricas difíceis, calorosas, apaixonantes traduzidas em atividades práticas que podem efetivamente mudar a postura da nossa entidade e que podem eventualmente estar neutralizando as desigualdades que nós vimos perpetuando no nosso

cotidiano. Então é um conteúdo simples, não é um estudo, mas apenas uma tentativa de compilação de experiências concretas à luz do que a OIT e o IPEC vêm acompanhando em alguns países. Vou apresentar um guia prático do que poderia, eventualmente, estar fertilizando idéias ou gerando outras alternativas de ação concreta. É apenas uma maneira de sistematizar o que a gente pretende fazer, e tentar mostrar o que é que nós fizemos. É um relatório de um processo de mudança institucional, que nós tivemos que sofrer nesses dois últimos anos de forma um pouco mais intensa, mas isso já vem ocorrendo há algum tempo dentro da própria OIT para que nós saibamos, não somente incorporar assuntos de gênero nos nossos projetos, nas nossas ações, nos nossos discursos, mas também fazer com que no nosso dia-a-dia, as oportunidades de trabalho das mulheres e dos homens possam melhorar e possam neutralizar qualquer tipo de discriminação. A partir do momento em que a ANDI assumiu o desafio de tentar desenvolver esta pesquisa, isso naturalmente provocou junto a ANDI uma mudança, uma incorporação, ainda que a própria entidade tivesse consciente e nós sabíamos que a ANDI já olhava para a questão do trabalho infantil com a perspectiva de gênero, mas não de uma forma tão explícita. Então, na verdade esse trabalho fez com que a entidade percebesse que eram necessárias outras ações, que pudessem efetivamente acabar com a hipocrisia, que não era o que se desenvolvia, mas que a gente ainda não se dava conta e de que nós estamos perpetuando muitas ações de desigualdade. Então não é um tratado, são iniciativas recentes. São iniciativas que efetivamente incorporam experiências da Ásia e da África, neste primeiro momento, porque a América Latina entrou nesse processo de evangelização ou de transformação ou de sensibilização num momento tardio. A América Latina foi a última região, na qual a OIT e o IPEC sofreram o processo de conscientização para as questões de gênero. Logo, nós não estávamos ainda habilitados para identificar experiências concretas que pudessem compor o rol de experiências que estão nessas publicações, mas vai haver uma segunda publicação onde nós já tentamos identificar algumas experiências. Então todas essas iniciativas que a OIT e o IPEC fazem estão no contexto das duas convenções que são a 138 e 182, mas também em outras convenções que estimulam neutralizar a desigualdades entre homens e mulheres, negros e índios, entre índios e portadores de deficiências e portadores de HIV/Aids. Todas estas perspectivas são definições do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que definiu que integrar a perspectiva de gênero nas nossas ações é efetivamente um processo para avaliar as implicações nas mulheres, nas meninas, nos homens e nos meninos, de qualquer ação que a nossa entidade irá desenvolver. A OIT tem que ser capaz de ter esta perspectiva para ver se o que está sendo desenvolvido vai ter algum impacto negativo ou positivo para essas categorias e para esses gêneros e também verificar como transformar as percepções das mulheres, das meninas, dos homens e dos meninos, fazendo com que essas percepções façam parte dos desenhos, das formulações, das propostas dos nossos projetos. Enfim, ser capaz de avaliar os projetos que já tiveram que ser analisados ou apresentados para um eventual doador, de que maneira foi incluído em um projeto, os anseios ou as preocupações desse público que deve ser atingido e, isso em todas as esferas, não somente na esfera particular, mas também na própria esfera pública. Portanto, é assim que a OIT pretende desenvolver a igualdade de gênero, tentando nos tornar um pouco mais

sensível, até porque é uma variável, importantíssima, que permeia todas as nossas ações. Uma boa prática na nossa visão é verificar se qualquer procedimento, atividade, ação, projeto, programa funciona. Para verificar se é uma boa prática tem que funcionar, devendo ter sido testada e aprovada. Para ser uma boa prática, na visão da OIT, não tem que ser um grande projeto formulado cujo tema principal seja o trabalho das mulheres; basta ser uma atividade, uma ação que em algum momento tenha essa perspectiva, que possa ser capaz de analisar impactos positivos e até estimular outras idéias. O que foi feito na OIT para determinar essas boas práticas foi definir critérios. São sete critérios básicos e isso não quer dizer que todas essas experiências cumpriram com os sete critérios, mas pelo menos dois critérios devem ser atingidos. O primeiro critério a ser considerado é se a experiência é inovadora ou criativa; o segundo, se o projeto, a ação ou a atividade vai ser eficiente, vai ter algum impacto, ou seja, qual evidência que esse projeto vai poder comprovar, qual ação vai ter algum impacto que efetivamente possa combater o trabalho infantil ou que possa incorporar questões de gênero. O terceiro critério relaciona-se com a possibilidade da experiência ou atividade, poder ser repetida em outro lugar, no sentido de combater o trabalho infantil nas questões de gênero. Alguns princípios, alguns conceitos poderiam ser transportados para outra atividade, em outra localidade ou mesmo com o mesmo público alvo, mas talvez numa outra cidade? O quarto critério é se a experiência é sustentável. O Sistema das Nações Unidas tem como perspectiva incentivar ações que sejam auto-sustentáveis, ou seja, a ação deve ser incorporada e deve ter a continuidade garantida. O quinto critério é se ela é relevante para minha instituição, ou seja, se de fato a ação vai contribuir direta ou indiretamente para combater o trabalho infantil e promover a igualdade de gênero. A seguir deve ser considerado o sexto critério, ou seja, tem responsabilidade e força ética. Quando falamos sobre responsabilidade e força ética, estamos preocupados em saber se quando desenhamos um programa, um projeto, ou uma ação, nós ouvimos aqueles que devem ser ouvidos, ou seja, se o projeto contemplou a voz daqueles que vão ser beneficiados. É muito importante que essas decisões não venham de cima para baixo, que sejam pactuadas, discutidas e consultadas. E, por último, o sétimo critério, que consiste em saber se houve algum recurso humano, se foi apenas uma ação espontânea da sociedade, mas se mobilizou toda uma comunidade, se implicou contratar consultores, se vai implicar mobilizar públicos, se a ação vai demandar muitos recursos humanos, financeiros, administrativos e materiais para poder maximizar o impacto. Esses critérios foram coletados no mundo inteiro pela OIT. Depois disso coletado, foram identificados quais desses critérios identificam as boas práticas. Então nós dividimos em três níveis as experiências que foram coletadas.

No primeiro nível, nós tentamos buscar práticas que nós consideramos inovadoras, ou seja, que fossem casos concretos experimentados. No segundo nível, práticas que foram demonstradas com sucesso limitado na sua totalidade, mas foram exitosas no contexto local, tendo um potencial muito forte para serem transferidas ou multiplicadas a outras localidades. No terceiro nível estão as boas práticas que já foram reproduzidas. São aquelas práticas que já foram utilizadas em uma localidade e já foram desenvolvidas em esfera nacional ou no país ou que entidades já levaram essa experiência para um universo um pouco maior. Tudo isso foi um processo inter-

no, estrategicamente bem elaborado. A partir desses critérios e níveis definidos, foram identificadas as frentes de trabalhos da OIT e do IPEC. A decisão foi feita em níveis de estrutura da OIT que decidiu comprovar, consolidar e sedimentar a incorporação da questão de gênero no dia-a-dia da entidade. A OIT sofreu uma auditoria externa sobre a questão de gênero para verificar como nós vínhamos trabalhando. É como se fosse um certificado de ISO 9000, nós nos preparamos para essa certificação e, em seguida, foi feita uma auditoria em todos os escritórios, em todas as unidades da OIT, em Genebra, para ver até que ponto a OIT estava promovendo as desigualdades na sua própria estrutura e de que maneira nós estávamos reproduzindo isso nos nossos projetos ou não estávamos talvez incorporando de forma muito mais explícita as questões de gênero. Esse relatório é público, já está no site da OIT. As experiências estão colocadas em quatro frentes.

A primeira frente é que a OIT tem que analisar os dados, gerar dados estatísticos capazes de gerar algumas informações e, esses dados agregados a outros, podem já inferir algumas conclusões. No Brasil nós tivemos o suplemento que foi gerado com o IBGE e com o governo brasileiro, Também no Brasil, nós temos o projeto que o Renato Mendes coordenou nesses últimos anos que foi capaz de coletar as informações contidas nos relatos e fez uma análise do trabalho infantil doméstico à luz das PNADs de 1992 até 1999, e isto está refletido nas várias ações que a gente desenvolveu nos estados. Então esse é um produto concreto, o que a OIT fez tem o sentido de desagregar os dados e fazer alguma análise para tentar corrigir as distorções de desigualdade. Então, para a primeira frente, eu considere, o exemplo que foi dado na análise de gênero que diz respeito à necessidade concreta de recolher os dados desagregados por sexo e agregar a outros dados, tais como, dados regionais, remuneração, jornada de trabalho, escolaridade e, tentar a partir desses dados revelar as disparidades. Por isso, atualmente uma das frentes da OIT é basicamente gerar dados.

A segunda frente era que a OIT e o IPEC deveriam desenvolver ações concretas para aqueles públicos que estivessem em situação de maior desigualdade, para justamente reparar aquelas desigualdades. A segunda frente diz respeito às ações concretas, que podem ser programas, projetos ou seminários que têm a intenção de desenvolver ações específicas para tentar neutralizar a situação de desigualdade entre meninas e meninos. Isso pode ser feito através de ações positivas e afirmativas. A OIT escolheu o caso específico da Tanzânia, África do Sul e Zâmbia no sentido de tentar verificar até que ponto o HIV/Aids, que é um dos grandes problemas que a África vem enfrentando, está relacionado ao trabalho infantil.

A terceira frente era promover uma mudança institucional explícita da OIT com relação às questões de gênero e, por último, criar condições para dar voz aqueles públicos em que percebêssemos que houve algum tipo de exclusão, ou estivessem marginalizados ou não tivessem sido ouvidos no contexto dos nossos programas. Isso na verdade explica para vocês porque que a OIT propôs o trabalho de gênero na mídia. A OIT fez um estudo sobre TID, fruto de uma estratégia que foi elaborada a partir de Genebra, que é justamente para poder promover essas mudanças de postura e mudanças de visão sobre a questão das desigualdades.

Portanto, a terceira frente é o exercício interno, isto é, o que a OIT vem fazendo para conseguir aplicar, no nosso dia-a-dia, as mudanças em termos de gênero. A OIT desenvolveu um guia interno indicando o que as instituições e as unidades podem fazer para poder promover a igualdade de gênero no combate ao trabalho infantil. Esse guia gerou também um outro instrumento que são diretrizes que possam orientar as entidades sobre o que fazer para analisar a situação da sua entidade e as suas relações de trabalho. Para a OIT tem que haver um consenso do próprio pessoal da entidade, nós devemos fazer análises internamente para verificar se nós também não discriminamos no nosso meio. Esse guia nos faz começar a pensar se na nossa organização, na nossa relação de trabalho, se nós também estamos perpetuando relações discriminatórias, e para a OIT, a igualdade de gênero depende das atitudes das pessoas. Por isso é um guia prático que nós utilizamos e temos que verificar o que a gente vem fazendo no nosso dia-a-dia, a fim de que seja permanente até passar a ser automático.

E, por último, a quarta frente é a questão do protagonismo, que é dar voz às meninas, dar voz às mulheres. O caso da África foi com a Copa Africana. Utilizou-se o esporte para tentar promover o papel feminino no contexto do trabalho infantil, e no caso brasileiro, cada um de vocês têm “n” experiências nas suas localidades, mas eu gostaria de elencar uma experiência que a OIT, o UNICEF e a Save the Children desenvolveram o ano passado que foi o I Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Trabalhadores Domésticos, onde foi elaborada e apresentada a Carta de Brasília, que reflete a voz das meninas e dos meninos, que estão em situação de desigualdade.

Portanto, esse livro que está sendo oficialmente lançado hoje é um guia prático. São experiências, mas esperamos que elas possam promover idéias, e que vocês possam refletir, fazer uma análise, fazer uma terapia grupal com todos os seus colegas de trabalho. Nós temos perguntas que vocês podem seguir, tais como: será que no nosso projeto foram identificados os obstáculos que existem para que as mulheres participem, ou será que já pensamos em alguma estratégia para resolver esta situação? Portanto, a proposta deste guia é a de apenas promover um pouco o debate e eu garanto que na próxima edição nós teremos algumas boas práticas brasileiras incluídas. Obrigado”.

Pollyanna Sousa Costa agradeceu as participações de Guilherme Canela e Pedro Américo Furtado de Oliveira. Informou ainda que infelizmente não ia abrir para debate devido à exiguidade do tempo.

Encerramento

ISA MARIA DE OLIVEIRA

“Em nome da Secretaria Executiva e da Coordenação Colegiada do Fórum Nacional, agradecemos a participação e as contribuições de todos os fóruns estaduais, das entidades que integram o FNPETI e a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, aos palestrantes, aos coordenadores das oficinas e aos relatores dos grupos. E, também, às entidades parceiras que não são ainda da nossa rede, mas que poderão integrar o Fórum se assim o desejarem. Nossos agradecimentos ao UNICEF, parceiro estratégico na realização deste Seminário e, ao apoio da OIT e OPAS/OMS. À consultora Maria

America Ungaretti, o nosso muito obrigada pela dedicação e pela competência na preparação e coordenação deste Seminário. Acreditamos que, nesses dois dias de trabalho, o FNPETI deu um passo significativo para o enfrentamento das questões de gênero, raça e etnia. As recomendações e as contribuições serão analisadas na próxima e última reunião ordinária de 2004 e, deverão ser incluídas no plano de ação do Fórum para 2005/2006. Temos a certeza de que, nesta oportunidade, construímos um novo olhar e um novo compromisso com a promoção da equidade e o respeito à diversidade em nosso país. Desejamos a todos e a todas bom retorno. Passo a palavra a Alison Sutton para suas considerações”.

ALISON SUTTON

“Em nome do UNICEF, eu gostaria também de fazer os agradecimentos, mas antes gostaria de informar que conseguimos gravar a apresentação feita pelo Marco Segone. Neste CD estão todas as tabelas e as respectivas informações. Fizemos 27 cópias e vamos entregá-las aos representantes dos fóruns estaduais. Se outros participantes tiverem interesse em ter acesso às informações poderão obtê-las junto aos fóruns. Então eu vou fazer uma lista dos interessados para cada fórum estadual.”

“Eu queria também como co-promotor deste Seminário, destacar a importância histórica na nossa visão deste evento, dada a força do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. Sabemos que as recomendações vão ser incrementadas e queremos que este evento, onde for possível seja reeditado nos estados. Muito obrigada”.

Resultados da Avaliação

O Seminário teve a participação de 96 pessoas representando o FNPETI, os fóruns estaduais, os governos (federal, estadual e municipal), os trabalhadores, os empregadores, as organizações não governamentais, os organismos internacionais e as universidades. Desse 96 participantes, 64 (66,67%) que permaneceram até o final do Seminário, responderam o questionário de avaliação que continha 12 perguntas fechadas e uma solicitação de recomendação ou sugestão para o FNPETI. Os resultados da avaliação mostraram que:

(i) Em relação à **duração** do Seminário (1ª pergunta), 42,18% (27 pessoas) e 45,31% (29 pessoas) consideraram, respectivamente, **ótima** e **muito boa**. **Regular** foi considerada por 10,93% (7 pessoas) e 1,56% (1 pessoa) não respondeu.

(ii) Sobre a 2ª. pergunta relativa à **organização** do Seminário, 59,37% (38 pessoas) avaliaram como **ótima** e como **muito boa** foi avaliada por 35,93% (23 pessoas). **Regular** foi avaliada por 3,12% (2 pessoas) e sem resposta por 1,56% (1 pessoa).

(iii) Quanto ao **local** (3ª pergunta), 84,37% (54 pessoas) e 15,62% (10 pessoas) indicaram que era, respectivamente, **ótimo** e **muito bom**, perfazendo 100%.

(iv) A **pertinência dos temas** (4ª pergunta) foi avaliada por 51,56% (33 pessoas) como **ótima** e 42,18% (27 pessoas), como **muito boa**. Foi considerada **regular** por 4,68% (3 pessoas) e 1,56% não respondeu (1 pessoa).

(v) A 5ª. pergunta que consistiu na avaliação das **metodologias adotadas**, contou com a aprovação de 28,12% (18 pessoas) e 62,50% (40 pessoas) que, as consideraram, respectivamente, **ótima** e **muito boa**. Foi considerada como **regular** por 6,25% (4 pessoas) e 3,12% não responderam (2 pessoas).

(vi) A **coordenação dos debates** (6ª pergunta) foi avaliada por 17,18% (11 pessoas) como **ótima**, por 43,75% (28 pessoas) como **muito boa** e por 34,37% (22 pessoas) como **regular**. Foi considerada **ruim** por 1,56% (1 pessoa) e 3,12% não responderam (2 pessoas).

(vii) Quanto à **quantidade de palestras** (7ª. pergunta), a avaliação contou com 23,43% (15 pessoas) de aprovação por pessoas que consideraram **ótima** e 54,68% (35 pessoas), como **muito boa**. Foi considerada **regular** por 18,75% (12 pessoas) e **ruim** por 3,12% (2 pessoas). A **qualidade das palestras** (8ª. pergunta) foi avaliada por 29,68% (19 pessoas) como **ótima**, 51,56% (33 pessoas) como **muito boa** e 18,75% (12 pessoas) como **regular**.

(viii) A **quantidade de oficinas** (9ª pergunta) foi avaliada por 37,5% (24 pessoas) como **ótima**, 50% (32 pessoas) como **muito boa**, 10,93% (7 pessoas) como **regular** e 1,56% (1 pessoa) não respondeu. A **qualidade das oficinas** (10ª. pergunta) foi avaliada por 42,18% (27 pessoas) como **ótima**, por 23,43% (15 pessoas) como **muito boa** e por 28,12% (18 pessoas) como **regular**. Como **ruim** foi avaliada por 4,68% (3 pessoas) e 1,56% (1 pessoa) não respondeu.

(ix) Sobre os **temas que deveriam ser aprofundados** (11ª. pergunta), receberam a resposta Sim 75% dos participantes que indicaram **Preconceito, discriminação e diversidade** (48 pessoas); 70,31% selecionaram **Política dos professores e monitores** (45 pessoas); 62,50% preferiram **Naturalização do trabalho infantil** (40 pessoas); 56,25% preferiram **Exclusão e inclusão** (36 pessoas) e **SGD e trabalho infantil** (36 pessoas); 54,68% optaram pelo tema **Papel das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil** (35 pessoas). **Disparidades étnico-raciais** (34 pessoas) e **Disparidades de gênero** (30 pessoas) foram selecionados por 53,12% e 46,87%, respectivamente.

Os resultados dos temas que contaram com a resposta Não foram os seguintes: **Disparidades de gênero** (25% - 16 pessoas); **Disparidades étnico-raciais** (23,43% - 15 pessoas); **Papel das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil** (20,31% - 13 pessoas); **Política do professor e do monitor** (17,18% - 11 pessoas); **Exclusão e inclusão** (15,62% - 10 pessoas) e **SGD e trabalho infantil** (15,62% - 10 pessoas); **Preconceito, discriminação e diversidade** (10,93% - 7 pessoas) e **Naturalização do trabalho infantil** (9,37% - 6 pessoas).

A pergunta 12 que constava do FNPETI **priorizar as disparidades de gênero e étnico-raciais e a valorização da diversidade** nos próximos planos de ação, as respostas Sim contaram com 89% (57 pessoas) e as negativas com 10,93% (7 pessoas) e a última pergunta (13ª.) que se referia ao **aproveitar as recomendações na programação de sua entidade**, 92,18% (59 pessoas) afirmaram que Sim e 4,68% (3 pessoas) informaram que Não.

Sobre a pergunta 14, foi indicado que o FNPETI deveria:

(1) “Escolher palestrantes mais preparados sobre os assuntos a serem tratados. Algumas palestras foram consistentes, mas não tiveram nenhuma articulação com a erradicação do trabalho infantil”.

- (2) "A palestra sobre gênero foi repetitiva e a palestra sobre racismo foi muito agressiva e não agregou muitas referências para o nosso trabalho".
- (3) "Promoção de seminários para discussão sobre o PETI e um debate com representantes das SMAS e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação".
- (4) "Que não se perca de vista o foco na situação da família. Não funciona pensar em repressão e conscientização sem pensar em meios de geração de renda para que os pais não dependam do trabalho dos filhos".
- (5) "As oficinas deveriam ter um tempo maior".
- (6) "Que as palestras fizessem o recorte do trabalho infantil mais especificamente. Foram genéricas demais. Aprofundaram pouco. Que fossem priorizados momentos de troca e de aprofundamento como as oficinas. Foram ótimas".
- (7) "Divulgar o material dos trabalhos (palestras e oficinas)".
- (8) "Existe uma grande necessidade de sensibilizarmos as próprias crianças e adolescentes quanto à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao trabalhador adolescente. Isto pode ser trabalhado por meio de campanhas principalmente nas escolas".
- (9) "Articulação maior com o MEC com a finalidade de introduzir o tema trabalho infantil nas campanhas escolares, ao nível estadual, municipal e também na rede particular".
- (10) "Manter a construção regular de oficinas temáticas. Sobre se o FNPETI deve priorizar as disparidades, recomendo pautar. Priorizar supõe privilegiar em detrimento de outros temas que não podemos excluir sem diminuir sua importância".
- (11) "Os palestrantes deveriam se concentrar nos temas das palestras, norteados pelo tema do seminário".
- (12) "Realizar gestões junto ao poder público para que o Plano Nacional não fique apenas no papel, principalmente face à preocupação levantada pelo UNICEF acerca do envolvimento dos Gectipas e do MTE".
- (13) "Dar atenção aos educadores (professores), pois são os principais a atuar junto à criança".
- (14) "A oficina ficou um pouco superficial, não houve maiores debates, haja vista que as recomendações já estavam elaboradas. Há necessidade de mais capacidade e informações para os participantes dos fóruns, para que tornem efetivas as propostas do Seminário".
- (15) "Realizar mais eventos como este".
- (16) "Articulação do MEC para que se inclua a discussão do trabalho infantil na grade curricular do sistema de ensino brasileiro e a garantia da qualificação de todos os profissionais da educação para abordar o tema em sala de aula diariamente".
- (17) "Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil analisado, aprofundado, discutido e divulgado, primeiro para os gestores estaduais e, após para os gestores municipais. Maior interação (se não for ao nível de interação, ser pelo menos ao nível de divulgação) do Fórum Nacional, suas ações, discussões com os fóruns estaduais e gestores estaduais e municipais".
- (18) "Acredito que parcerias com universidades poderiam viabilizar o estudo dos contextos locais, facilitando com isso as reflexões e encaminhamentos do Fórum. A diversidade regional e cultural brasileiras deve ser considerada à luz do que o trabalho infantil representa para cada grupo social e sua respectiva cultura".
- (19) "Essa temática merece maior aprofundamento em um segundo seminário, mas garantindo que seja uma continuidade".
- (20) "Que haja maior oportunidade de discussão entre os participantes das oficinas para enriquecer as recomendações e sugestões feitas ao FNPETI".
- (21) "Maior tempo para as oficinas, possibilidade de participar de mais de uma oficina".
- (22) "Que seja abordado também a realidade dos quilombolas".
- (23) "Ampliar a formação com novos temas e divulgá-los nos estados".
- (24) "Gostaria de parabenizar os organizadores pela ótima oportunidade para debatermos e aprofundarmos temas tão pertinentes".
- (25) "Que houvesse mais tempo para as oficinas".
- (26) "Que sejam cumpridas e fiscalizadas as metas existentes".
- (27) "Gostaria que as oficinas tivessem maior espaço no evento".
- (28) "Oportunizar outras oficinas sobre disparidades étnico-raciais, aprofundando o debate sobre a matéria".
- (29) "Precisamos diversificar pessoas de expressão sobre o tema étnico-racial. Devemos administrar melhor o tempo".
- (30) "O trabalho infantil não tem cor, raça, etnia. A infância e a adolescência são uma só. Empenho pela igualdade de tratamento".
- (31) "Que realize no ano 2005 reuniões itinerantes em estados eleitos como problemáticos ou focos graves de exploração do trabalho precoce com divulgação na mídia e espaço para acolher a sociedade local, para que fizesse denúncias e/ou cobranças sobre o tema. O fruto da Caravana poderia servir de pano de fundo para debates. Seria um momento também para re-abordar o tema e re-sensibilizar".
- (32) "Empenho para a efetiva implementação do Plano Nacional".
- (33) "Pedir a futuros palestrantes que sempre foquem as suas palestras em torno da questão da erradicação do trabalho infantil, fazendo a devida correlação, uma vez que esta é a abordagem que orientará as futuras ações do FNPETI" e "que o FNPETI efetivamente lute pela concretização do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil".
- (34) "Maior tempo para as oficinas, pois a troca de conhecimentos/experiências é muito rica".
- (35) "Que nos próximos encontros seja dado mais espaço para debate".
- (36) "Identificar movimentos sociais diversos como: movimento luta e moradia, fórum de mulheres, movimento negro e realizar grupos de trabalhos para ampliar o debate e construir propostas".
- (37) "Ampliar o tempo para oficinas".
- (38) "Aprofundar o tema da oficina sobre politização dos professores e monitores em um seminário só com este tema e com os outros também fazer seminários. Agradeço e parabeno a organização e acolhi-

da por parte das pessoas envolvidas na organização do evento e coordenação do Fórum”.

(39) “Que o Fórum alavancasse uma discussão para a ‘retomada’ dos trabalhos das coordenações estaduais do PETI, pois no Maranhão está totalmente desmobilizada e precisa ser legitimada”.

(40) “Mais oportunidade com o Wanderlino”.

(41) “Dar cumprimento aos horários para que os debates não sejam prejudicados e conseqüentemente o assunto ser mais aprofundado. No que diz respeito às oficinas, que o coordenador desempenhe o seu papel, dando oportunidade ao grupo de discutir e contribuir nas recomendações a serem apresentadas. O coordenador não deve trazer as recomendações prontas”.

(42) “Que as oficinas tenham a duração mínima de um dia, pois o momento foi extremamente rico”.

(43) “Que se tenha mais tempo para que as resoluções saiam de discussões e debates aprofundados e não dos coordenadores”.

(44) “Outro evento com o título e o foco ‘Trabalho infantil e questões de gênero, raça e etnia’. Tivemos, por outro lado, um momento rico e preciso para nos encontrarmos e compreendermos melhor as questões de gênero, raça e etnia, mas não conseguimos vinculá-las com sucesso ao problema do trabalho infantil. Azelene Kaingáng é fantástica, mas saiu deste Seminário sem esclarecimentos sobre o trabalho infantil de indígenas dentro e fora de suas tribos”.

(45) “Garantir que os temas sejam tratados, pois não houve articulação nas palestras e nas oficinas”.

(46) “Poucas palestras e mais tempo para as oficinas”.

(47) “Tudo que foi dito sobre a discriminação que os negros sofrem é verdade, mas a palestrante foi muito agressiva e ressentida, não ajudando que o Fórum pensasse sobre as ações que devem ser feitas para enfrentar o racismo brasileiro”.

(48) “As palestras foram muito pertinentes, mas precisavam estar mais articuladas com o trabalho infantil”.

(50) “As oficinas foram muito boas, mas não trataram das questões de gênero, raça e etnia. Faltou relação com os temas propostos”.

Considerações finais

O Seminário sobre Direitos Humanos e Erradicação do Trabalho Infantil: o Enfrentamento das Disparidades de Gênero e Étnico-Raciais, promovido pelo FNPETI e UNICEF, constituiu-se na primeira iniciativa para tratar de questões extremamente complexas e muito pouco discutidas e aprofundadas entre os diferentes atores do sistema de garantia dos direitos da infância e da adolescência.

De modo geral, os ativistas da infância e da adolescência reconhecem que as pessoas e, em particular, as crianças e os adolescentes sofrem discriminação e exclusão social no que diz respeito às questões de gênero, raça e etnia. Essas identidades têm sido marcadas como inferiores à posição dominante assumida na sociedade conforme as concepções do patriarcalismo, machismo, sexismo e racismo. Mudanças têm ocorrido, mas algumas questões permanecem pendentes, como, por exemplo, existem políticas que podem ser

aplicadas a diferentes grupos marginalizados? Que lições, em especial, a luta das mulheres pela igualdade, pode ensinar aos afrodescendentes e aos indígenas? Por que o movimento feminista e o movimento negro, de modo geral, não têm se associado ao movimento pelos direitos da infância e da adolescência? Por que os atores do sistema de garantia de direitos têm dificuldades em incluir as questões de gênero, raça e etnia nas suas atividades? As palestras sobre gênero, raça e etnia mostraram que a situação é bastante diferenciada. Observou-se que as mulheres têm tido um relativo sucesso ao influenciar o Estado a adotar políticas para o avanço de seus direitos, a despeito da sua reduzida participação no poder.

A palestra de Maria Liège Santos Rocha indicou que em termos conceituais, o movimento das mulheres e das feministas contribuiu bastante, pois *“a questão do gênero é diferente da questão das mulheres. Por que a Secretaria não é uma secretaria especial de políticas de gênero? Porque nós queremos ter um foco principal nas mulheres, visando a construção da igualdade entre homens e mulheres. Insistimos ainda sobre o conceito de gênero: é um conjunto de características sociais, culturais, políticas, psicológicas, jurídicas e econômicas atribuídas às pessoas de forma diferenciada, de acordo com o sexo. As características de gênero são construções socioculturais que variam através da história e se referem aos papéis psicológico e cultural que a sociedade atribui a cada um do que considera masculino ou feminino. As mudanças vão se dando, do que seja masculino e do que seja feminino; vão mudando e adquirindo outras conotações através da história, ou seja, do que são características físicas, biológicas, anatômicas e fisiológicas dos seres humanos, reconhecidas a partir de dados corporais, que os definem como macho ou fêmea, sendo o sexo, uma construção natural com a qual se nasce, que não se confunde com a posterior orientação sexual”*.

No que se refere aos afrodescendentes houve mudanças no Estado brasileiro nos últimos anos, principalmente a partir da Conferência em Durban. A palestra sobre as crianças e adolescentes negros no trabalho infantil ilustra os avanços obtidos pelo movimento negro, quando Vilma Maria Santos Reis afirma que *“nós entendemos que devemos tratar ao mesmo tempo, gênero, raça e trabalho, porque as mulheres não são inicialmente mulheres, depois negras, depois indígenas, depois moram no Sul do Brasil ou moram no Nordeste brasileiro. As mulheres não são inicialmente trabalhadoras, para depois serem negras. Nós vivemos todas as identidades simultaneamente e, se vivemos essas identidades todas ao mesmo tempo, nós devemos na proposição das políticas públicas ou nas abordagens pedagógicas, tratarmos disso também simultaneamente”*.

Porém, em relação aos povos indígenas, a situação tem se mantido, praticamente, sem alterações significativas como se pode verificar pela fala de Azelene Kaingáng: *“É bastante importante que, sempre lembremos que são reconhecidas aos índios, a sua organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, protegê-las e fazer respeitar todos os seus bens. Em 1988 quando a Constituição Brasileira foi homologada, foi dado um prazo de cinco anos para regularizar toda a situação territorial dos povos indígenas. Hoje, 16 anos depois, nada disso foi cumprido. Então, as reivindicações dos povos indígenas residem na*

concretização das ações de inclusão, ações que reflitam o reconhecimento teórico da diferença. Nós não queremos nada mais além do cumprimento do que se escreveu e, que não fomos nós que escrevemos, não fomos nós que aprovamos essas leis, foram homens e mulheres não indígenas que fizeram essas leis. O parágrafo primeiro do artigo 231 conceitua o que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, terras imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e necessárias para a sua reprodução física e cultural segundo os seus usos, costumes e tradições. O cumprimento desse artigo garantirá que a diferença estará sendo contemplada, reconhecida e respeitada no nosso país”.

A palestra sobre pobres e excluídos mostrou que a classe social é uma variável chave que afeta as dinâmicas de representação de grupos de identidade. A extensão pelas quais as divisões de classes, se sobrepõem às divisões de gênero e étnico-raciais ajuda a explicar as demandas por direitos de representação de grupo e a resistência aos mesmos. Muitas pessoas argumentam que a discriminação racial e étnica é, na verdade, uma discriminação de classe e, que as políticas anti-pobreza e outras políticas sociais universais resolverão os problemas de desigualdade social. Porém, os negros e os índios não fazem parte da classe dominante. Sua inclusão política introduz um novo conjunto de interesses de classe na ordem política, interesses que são potencialmente desestabilizantes. A sobreposição entre raça, etnia e classe pode fazer com que medidas de ação afirmativa baseadas na raça e etnia, sejam particularmente ameaçadoras. No entanto, há poucos conflitos de classe entre homens e mulheres. As mulheres pertencem a todas as classes e categorias sociais. Além disso, a maioria das mulheres que participa da política tem antecedentes de classe e família semelhantes aos de seus colegas do sexo masculino. A inclusão das mulheres pode levar a uma promoção de interesses de gênero, mas não pode separar os interesses de classe.

Conforme apresentado na palestra feita por Ivete Manetzeder Keil, “a infância e a adolescência sofrem várias exclusões, sendo que a exclusão mais geral é a exclusão etária. Os adultos não reconhecem as crianças e os adolescentes na sua condição de ser histórico, político e cultural; os adultos não reconhecem as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos. A presença social dessas idades e sua conseqüente representação, sempre corresponderam, equivocadamente, ao padrão de criança e adolescente produzido pelas elites, não contemplando, portanto as várias infâncias e adolescências oriundas dos diferentes segmentos sociais. O que de mais importante aparece nisso, quando se define infância e adolescência, é que pouco ou nada se pensa na presença da criança indígena, pouco ou nada se pensa na influência da escravidão para a criança e o adolescente afrodescendentes, pouco ou nada se pensa na criança e no adolescente descendentes dos que vieram da Europa, dos brancos europeus, como imigrantes, pobres e que continuam pobres, vulneráveis ou excluídos. Na sociedade brasileira os segmentos marginais ou excluídos tiveram e terão infâncias e adolescências distintas umas das outras, pois a criança e o adolescente não gozam uniformemente do mesmo valor, sendo que umas crianças e uns adolescentes valem mais do que outros. Tratar a criança ou o adolescente sem levar em conta a sua condição de vida, é dissimular ou negar sua significação social, é deixar de lado

a desigualdade social que existe no Brasil. Assim não são apenas os adultos, os excluídos. As crianças e os adolescentes também o são, acumulando elas também várias exclusões: etária, étnica, econômica, de gênero, tendo, portanto essas crianças e esses adolescentes os seus direitos drasticamente violados”.

O Brasil é uma das sociedades com maior desigualdade no mundo, estratificada por gênero, raça e etnia, tanto na esfera política quanto na econômica, social e cultural. A fim de impulsionar a discussão sobre a inclusão socioeconômica e política das famílias trabalhadoras e de suas crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil, o FNPETI precisa necessariamente aprofundar e incluir na sua programação um dos eixos do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, referentes aos aspectos das disparidades de gênero e étnico-raciais. Coerente com esse compromisso, o FNPETI realizou o I Seminário Nacional cujo objetivo geral era o de “Promover a discussão, o aprofundamento e a definição da participação do FNPETI no enfrentamento das disparidades de gênero e étnico-raciais”.

A avaliação realizada pelos participantes demonstrou que os objetivos do Seminário foram, de modo geral, cumpridos.

Os resultados obtidos por 89% dos participantes que consideraram que, as disparidades de gênero e étnico-raciais devem ser priorizadas pelo FNPETI nos próximos anos, assim como, por 92,18% que se comprometeram em aproveitar as recomendações feitas no Seminário, a fim de que as mesmas sejam introduzidas na programação de sua entidade, são indicativos dos resultados obtidos em termos do cumprimento do primeiro objetivo específico (*Promover a reflexão teórico-conceitual sobre as disparidades de gênero e étnico-raciais*) e do segundo objetivo específico (*Mobilizar os representantes das diversas entidades que integram o FNPETI sobre as disparidades de gênero e étnico-raciais*). Portanto, houve um comprometimento com os temas e um engajamento com as ações, pois apenas um dos participantes indicou que, “o trabalho infantil não tem cor, raça, etnia. A infância e a adolescência são uma só”.

No entanto, o terceiro objetivo de “qualificar os integrantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil para elaboração de três recomendações para inclusão no Plano de Ação do FNPETI 2005”, não foi totalmente cumprido, pois as três recomendações apresentadas por cada uma das quatro oficinas foram genéricas, dirigidas para outras entidades distintas do FNPETI, não sendo, portanto, atribuição do Fórum Nacional, que não tem papel executor. As oficinas trataram os temas selecionados, de interesse específico para prevenção e erradicação do trabalho infantil, mas não conseguiram alcançar o grande desafio que consistia na inclusão da transversalidade dos temas propostos pelo Seminário, ou seja, as disparidades de gênero e étnico-raciais. Muitos participantes assinalaram a falta de articulação entre a questão das disparidades de gênero e étnico-raciais e a erradicação do trabalho infantil, verificada nas palestras e principalmente, nas oficinas.

O comentário feito por um dos participantes ilustra de forma muito clara essa dificuldade: “A oficina ficou um pouco superficial, não houve maiores debates, haja visto que, as recomendações já estavam elaboradas e não foram tratadas as questões das disparidades. Há necessidade de mais capacidade e informações para os partici-

pantes dos fóruns, para que tornem efetivas as propostas do Seminário. É preciso selecionar outros profissionais mais preparados sobre alguns assuntos”.

Além disso, nenhuma das palestras orientou-se pelas indicações fornecidas pelo FNPETI, ou seja, definição teórico-conceitual, mudanças históricas, avanços, dilemas e perspectivas em termos de disparidades de gênero e étnico-raciais. As palestras foram bastante diferenciadas, sendo que algumas priorizaram o fornecimento de dados e informações, outras denunciaram situações de discriminação e preconceito e, ainda outras, apresentaram conceitos sem mostrar a evolução histórica, os desafios e as perspectivas. A quantidade de palestras em detrimento do tempo para aprofundamento dos temas tratados nas oficinas também foi uma questão assinalada como negativa pelos participantes. As oficinas foram consideradas como metodologicamente mais adequadas para a reflexão e o aprofundamento dos temas tratados e para a participação dos integrantes do Seminário.

A ausência de outras entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos, como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, a Associação Brasileira de Magistrados e Promotores da Infância e Juventude, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, a Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança, entre outras, demonstra as dificuldades para concretizar articulações necessárias para o enfrentamento da erradicação do trabalho infantil. Também se revela como prejudicial para o aprofundamento das questões propostas, a ausência de parceiros imprescindíveis como os representantes de organizações não governamentais voltadas para o enfoque de gênero como CFEMEA e AGENDE e para as questões étnicas, a Fundação Palmares e o Movimento Negro.

A duração (98,42%), a organização (98,42%) e o local do Seminário (99,99%) foram aprovados pela maioria dos participantes, assim como a pertinência dos temas (98,42%) e as metodologias adotadas (96,87%). Porém, a coordenação dos debates (mesas), que permi-

tiu que determinados palestrantes ultrapassassem em demasia o tempo previsto, reduzindo desse modo o tempo previsto para os debates, foi um dos aspectos que contou com a avaliação, bastante significativa, de regular (34,37%). Também merece destaque que os temas relativos ao preconceito, discriminação e diversidade (75%), à politização dos professores e monitores (70,31%) e à naturalização do trabalho infantil (62,50%) contaram com o maior percentual de indicação para aprofundamento pelos participantes.

Vale assinalar que, a maioria das recomendações feitas pelas oficinas demonstra, de certa maneira, uma percepção equivocada do papel do FNPETI, que se caracteriza pelo seu papel de mobilização e articulação entre os diversos parceiros. É emblemático que praticamente todas as recomendações representem ações específicas que devem ser realizadas por outras entidades. Seria recomendável que o FNPETI analisasse essa demanda. Será que o FNPETI representa o único espaço para o encaminhamento de propostas de resolução e execução das lacunas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil? Qual está, de fato, sendo o papel das entidades das áreas de educação, assistência social, saúde, trabalho e emprego, que têm o papel e a responsabilidade de garantir as políticas públicas sociais? Existe uma defasagem entre os representantes das entidades participantes da Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e os dirigentes de suas entidades? Por último, o FNPETI deve considerar na sua programação futura, as demandas dos participantes de dar continuidade às discussões feitas neste I Seminário, visando o seu aprofundamento. A fim de garantir esse compromisso, o FNPETI deveria realizar oficinas temáticas regionalizadas, conforme indicado pelos participantes (a aprovação da inclusão dos temas pelos participantes foi importante em termos percentuais).

Concluindo, em uma sociedade plural não cabe a intransigência, as visões únicas, nem as verdades absolutas; a tolerância é imprescindível para consolidar a pluralidade da nossa sociedade e para avançar em uma transição articulada; a sociedade deve exigir o término de toda forma de preconceito, discriminação e violência dos grupos excluídos por questão de gênero, étnico ou racial.

ANEXO I

Lista dos(as) participantes

01. Adriana Franco – Save the Children UK
02. Adriana Linhares – Circo de Todo Mundo BH
03. Adriana Terahata – Instituto Âmbar
04. Aldenira da Conceição Soares de Sena- CUT-DF
05. Alison Sutton – Coordenação Colegiada – UNICEF
06. Ana Alice Monteiro dos Santos – Fórum Estadual – RR
07. Ana Lúcia Paiva Dezolt – BID
08. Ana Maria Oliveira Acioli – Fórum Estadual – SE
09. Angélica Abrantes Ferreira – Fórum Estadual – RJ
10. Azelene Kaingáng – Warã – DF
11. Bethânia Brito Simões – Fórum Estadual – AP
12. Bianca Faria Collier de Andrade – Fórum Estadual – RN
13. Carmem Cristina Pereira da Silva Zadra – SETEPS
14. Cecília Maria de Oliveira Pereira – ISAB
15. Célia Maria Galvão de Menezes – Fórum Estadual – RN
16. Cynthia Ramos – OIT – DF
17. Cléia dos Santos Medeiros – Ágere
18. Cleide Martins Silva – MEC – DF
19. Dalva Franco Ferreira – USBEE
20. Daniela Fusaro – PIM
21. Daniela Rocha Rodrigues da Costa – ANDI – DF
22. Denise Maria Souza de Mendonça – Instituto de Arte Tear
23. Dilma Maria da Silva Santos – Fórum Estadual - RO
24. Duílio Antônio Duka de Souza – CNTE
25. Edith Maria Batista Ferreira – SEAC - MA
26. Edmilson Selarín Júnior – Fundação ABRINQ – SP
27. Elaine Civardi – CAT
28. Elisângela Pereira da Silva – Projeto Beira da Linha
29. Elvira Mirian V.de Melo Cosendey – Fórum Estadual - MG
30. Elvita Oitaven Martins Duarte – SETRAS - BA
31. Fátima de Lourdes Aragão de Carvalho – PETI - BA
32. Fernando Lannes Fernandes – Observatório de Favelas – RJ
33. Fernando Tomás Acosta – Palestrante Instituto Noos – RJ
34. Guilherme Canela – Expositor ANDI – SP
35. Helena Oliveira da Silva – UNICEF – DF
36. Helena da Silva Melo – Instituto Marista de Solidariedade
37. Hilderone de Souza Correia – MTE – DF
38. Inês Terezinha Amaro da Silva – Fórum Estadual - PA
39. Isa Maria de Oliveira – Secretária Executiva FNPETI – DF
40. Ivete Manetzeder Keil – Palestrante Consultora UNICEF – RS
41. João Carlos Raposo Moreira – Matraca – MA
42. José Gomes da Silva – Fórum Estadual – AL
43. Keyla Inocência Ferreira – Fórum Estadual – ES
44. Leiliane Cristina Lopes Rebouças – INESC – DF
45. Linda Simone Mallak – Fundação ORSA
46. Lúcia Álvares Pedreira – UFBA-CRH - BA
47. Luciana Fondaras – SEDH – DF
48. Luís Cláudio Alves – Fórum DCA
49. Mabel de Carvalho – Fórum Estadual – PE
50. Manoel Rodrigues de Souza Neto – Fórum Estadual – AC
51. Mara Azevedo – Fundação ABRINQ
52. Marcelo Ivo Silva de Lima – SENAD
53. Márcia Guedes Vieira – Coordenadora de Oficina – MDS – DF
54. Márcia Hora Acioli – Coordenação Colegiada Cáritas – DF
55. Marco Segone – Palestrante UNICEF – DF
56. Maria America Ungaretti – Consultora FNPETI – RJ
57. Maria Auxiliadora Carmo Lima – Fórum Estadual – GO
58. Maria Carolina Costa Madeira – Liberta – PB
59. Maria Cláudia Falcão – OIT – DF
60. Maria das Graças dos Santos – Fórum Estadual – PR
61. Maria de Lourdes Alves Rodrigues – Fórum Nacional DCA
62. Maria do Socorro Brandão – SINAIT
63. Maria Edlene Costa Lins – Fórum Estadual – PB
64. Maria Eneide Teixeira – Circo de Todo Mundo – BH
65. Maria Inês da Silva Barbosa- Coordenadora de Oficina SEPPPIR-DF
66. Maria Izabel Fontoura Nunes – Fórum Estadual – RS
67. Maria José Benevides Castelo – Fórum Estadual – CE
68. Maria Liège Santos Rocha – Palestrante SEPM – DF
69. Maria Tameme Soares – Missão Criança – DF
70. Marinalva Cardoso Dantas – MTE – DF
71. Myrian Bréa – Coordenadora MJ – DF
72. Olga Maria Alves – USBEE
73. Paulo Roberto Roma Buzar – CEDECA – MA
74. Pedro Américo F.de Oliveira –Coordenação Colegiada OIT – DF
75. Perina de Fátima Aguiar Costa – Fórum Estadual – AM
76. Pollyanna Sousa Costa – Fórum Estadual – PI
77. Regina Rupp Catarino – Fórum Estadual – MS
78. Renato Zimmermm de Negreiros – Fórum Estadual – SC
79. Renato Mendes – OIT – DF
80. Salete Oliveira de Castro – Fórum Estadual – TO
81. Sebastião Estevan dos Santos – Fórum Estadual – MT
82. Sílvia P. Vendramin Brunetti – Fórum Paulista – SP
83. Sólton Pereira – Ministério do Esporte – DF
84. Sônia Maria Zerino da Silva – CNTI
85. Stuart Alan Beechler – EDUCAR
86. Susi Maria Closs – Senado Federal – DF
87. Thais Oumet Faria – OIT – DF
88. Tânia Beatriz dos Anjos da Conceição – FNPETI – DF
89. Terçalia Suassuna V. Lira – Casa Pequeno Davi
90. Theófilo Paim Netto - Proepré – RS
91. Timóteo Gomes Cantanhede – Fórum Estadual – MA
92. Vanessa Patriota da Fonseca – Fórum Estadual – PE
93. Verônica Maria da Silva Gomes – FNPETI – DF
94. Vilma M. Santos Reis – Ufba/Ceafro BA – Palestrante – BA
95. Wanderlino Nogueira Neto – Coordenador de oficina – CE
96. Zêmer Rabêlo de Andrade – Fórum Estadual – BA

Sugestões de Recomendações***Naturalização do trabalho infantil à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais**

(i) Realização de uma pesquisa de opinião com determinados atores estratégicos do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de recolher material para aprofundamento do assunto e montagem de campanhas de sensibilização e informação, envolvendo as famílias, as crianças e os adolescentes trabalhadores ou oriundos do trabalho infantil.

(ii) Criação de campanhas de formação de opinião pública, considerando as especificidades dos diferentes tipos das piores formas de trabalho infantil e envolvendo distintos parceiros para o desenvolvimento do assunto, de preferência, os segmentos dos empregadores e dos trabalhadores.

(iii) Realização de uma oficina nacional para discutir as disparidades de gênero e étnico-raciais contando com a participação, de forma prioritária, de adolescentes trabalhadores ou oriundos do trabalho infantil.

(iv) Realização de uma oficina nacional para discutir sobre crianças e adolescentes indígenas em situação de exploração do trabalho, contando com representantes dos povos indígenas, mas principalmente, com crianças e adolescentes indígenas.

Educação política e relações de poder: qualificação do professor e do monitor à luz das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

(i) Realização de oficinas regionais para o aprofundamento e a definição de ações dirigidas às famílias, às crianças e aos adolescentes, considerando as questões de preconceito, discriminação e diversidade, na perspectiva da politização dos professores e monitores,

tendo em vista que foram temas selecionados pela grande maioria dos participantes. Estas oficinas deveriam ser realizadas, de forma prioritária, nos estados comprometidos com a pobreza e a desigualdade social do semi-árido.

Papel das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil para redução das disparidades de gênero e étnico-raciais e da valorização da diversidade

(i) Promoção de uma oficina com representantes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para aprofundar o papel e as responsabilidades das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, incluindo as questões das disparidades de gênero e étnico-raciais e privilegiando os estados que integram a área do semi-árido brasileiro.

A articulação do Sistema de Garantia de Direitos e as disparidades de gênero e étnico-raciais

(i) Promoção de discussões temáticas regulares com determinados operadores do sistema de garantia de direitos sobre a erradicação do trabalho infantil, em especial, considerando as piores formas, que deverão ser objeto da ação do FNPETI (TID, lixo, tráfico e plantio de drogas e exploração sexual para fins comerciais), em parceria com a ABMP, nos estados que integram a área do semi-árido brasileiro, no Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e na Tríplice Fronteira.

(ii) Realização de uma oficina para discussão e definição de indicadores, tanto do ponto de vista quantitativo (não existentes) e qualitativo (existentes, mas questionáveis do ponto de vista da qualidade), contando com a colaboração do IBGE.

* A fim de contribuir com o FNPETI, a consultora Maria America Ungaretti propôs as seguintes recomendações a serem incorporadas no Plano de Ação 2005/2006:



Organização Pan-Americana da Saúde



Escritório Regional para as Américas da
Organização Mundial da Saúde

REPRESENTAÇÃO NO BRASIL